

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Estilos parentais, organização familiar e indicadores socioafetivos de genitores  
em exercício da guarda compartilhada**

Lara Franco Zanini

**Ribeirão Preto – SP  
2021**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Estilos parentais, organização familiar e indicadores socioafetivos de genitores  
em exercício da guarda compartilhada**

Lara Franco Zanini

Apoio:

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia da Saúde e Desenvolvimento.

**Orientadora:** Profa. Dra. Sonia Regina Pasian

**Ribeirão Preto – SP**

**2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Zanini, Lara Franco

Estilos Parentais, organização familiar e indicadores socioafetivos de genitores em exercício da guarda compartilhada. Ribeirão Preto, 2021.

166 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Pasian, Sonia Regina.

1. Avaliação psicológica; 2. Guarda Compartilhada; 3. Coparentalidade; 4. Personalidade; 5. Estilos Parentais; 6. Métodos Projetivos.

Nome: Lara Franco Zanini

Título: Estilos Parentais, organização familiar e indicadores socioafetivos em genitores em exercício da guarda compartilhada.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / 2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

#### Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, Marco e Cristiane, e à minha madrasta, Erica, que sempre me apoiaram e estimularam a percorrer novos caminhos e me serviram como exemplo de dedicação nessa empreitada acadêmica, além do carinho, amor e companheirismo durante toda a minha trajetória*

*Aos meus irmãos, Juliana, Gianluca e Luísa, que não tenho palavras para descrever o aprendizado e felicidade que é ter a oportunidade de conviver, cuidar e ser cuidada por eles, que também me ensinaram uma nova dimensão do amor.*

## **Agradecimentos**

Aos meus familiares, por todo apoio, incentivo e acreditarem nas minhas potencialidades, estando comigo durante todo o caminho percorrido.

À Profa. Dra. Sonia Regina Pasian, pela parceria, orientação, companheirismo e transmissão ensinamentos, com tamanha paciência e estímulos. A partir desse contato, foi possível um aprendizado muito além do acadêmico, contribuindo para meu amadurecimento profissional e também pessoal.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante todo esse caminho, pelo amor e compreensão.

Aos meus gatos, Mafalda e Yoda, que foram um grande suporte emocional nessa empreitada e estiveram ao meu lado em todos os momentos de elaboração dessa dissertação.

Às colegas de trabalho do Setor Técnico, por terem me acolhido desde o primeiro momento de forma tão afetuosa, me passando os mais diversos ensinamentos e orientações. Em especial, à Fernanda Pizeta e Nicole Medeiros, as quais desde o início, se dispuseram a me auxiliar das mais diversas formas na elaboração e operacionalização desse trabalho.

Aos colegas do centro de Pesquisas em Psicodiagnósticos, pelo compartilhamento de conhecimento, alegrias e angústias.

Ao juiz da Vara da Família, o qual de forma solícita, autorizou a realização da presente pesquisa, sem o qual não teria sido possível.

E aos voluntários participantes, por aceitarem compartilhar comigo suas histórias de forma tão ativa.

## RESUMO

A coparentalidade pode ser definida como interjogo de papéis necessários aos cuidados com filhos e suas responsabilidades conjuntas, resultando em plano parental coeso. Nas famílias em que houve a dissolução marital, a coparentalidade pode ser operacionalizada a partir da guarda compartilhada, a qual é definida como responsabilização conjunta de cuidados e o exercício de direitos e deveres de ambos os pais que não residem sob o mesmo teto, esperando-se a divisão equilibrada no tempo de convívio com o(a) filho(a). Tal modalidade de guarda é considerada, pela área técnica jurídica, como a que melhor atende aos interesses das crianças e/ou adolescentes nos contextos em que não há vida comum entre os genitores, por ser considerada resposta mais eficaz à continuidade das relações com ambos os pais na família dissociada, o que favoreceria o desenvolvimento e a saúde mental dos filhos. Este trabalho teve por objetivo identificar e analisar indicadores relativos a organização familiar, coparentalidade, estilos parentais e características socioafetivas de genitores em exercício da guarda compartilhada, assim como caracterizar o comportamento infantil a partir da perspectiva parental. Foram realizados estudos de caso múltiplos com sete díades parentais (N=14), selecionados por conveniência a partir de processos instaurados em Vara da Família da Comarca de Ribeirão Preto, cujo desfecho foi a efetivação da guarda compartilhada há pelo menos um ano, com filhos entre cinco e 15 anos de idade. Os instrumentos utilizados foram: roteiro de identificação sociodemográfica; Critério de Classificação Econômica; Entrevista Semiestruturada; Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas; Inventário de Estilos Parentais; Questionário de Capacidades e Dificuldades Infantil (SDQ); Método de Rorschach (Escola de Paris) e Teste de Pirâmides Coloridas de Pfister, os quais foram aplicados e avaliados conforme seus respectivos manuais e princípios técnicos. Os dados foram inicialmente tratados de forma descritivo-interpretativa, seguindo-se análise integrativa de cada caso. Os resultados apontaram diferentes configurações familiares pós-divórcio, com organização familiar e residencial diversa, exercendo a coparentalidade de forma variada, identificando-se estilos cooperativos, outros descomprometidos ou conflituosos. Os estilos parentais mostraram-se adequados, com reduzidas crenças negativas e sinais de preservação na dinâmica afetiva e suficiente coordenação de impulsos pelos genitores. Consideraram a guarda compartilhada como positiva para os envolvidos, apesar de percalços em sua operacionalização e identificaram bons recursos pró-sociais no comportamento dos filhos. Os achados confirmaram evidências da literatura científica da área que, apesar de reduzida, sugere benefícios da guarda compartilhada após dissolução marital. No entanto, ressalta-se a possibilidade de respostas permeadas por efeitos da deseabilidade social, visto que houve dificuldade de acesso a voluntários para o estudo, sinalizando complexidade técnica e ética neste campo da guarda compartilhada, exigindo contínua investigação científica antes da preconização de padrões para exercício da coparentalidade em famílias após separação conjugal, cuidado essencial para embasar atuação profissional na área das perícias psicossociais em Vara de Família.

**Palavras-Chave:** *Avaliação Psicológica, Guarda compartilhada, Coparentalidade, Estilos Parentais, Métodos Projetivos, Personalidade.*

## ABSTRACT

Coparenting might be defined as a mutual exchange of the roles in taking care of offsprings' needs and the its mutual responsibilities, resulting in a combined parental plan. Into the families who's been throught a divorce, the coparenting may be accomplished by the joint custody of the childs, wich is defined as the joint responsibilities of caring and the exercise of the rights and duties of both parents who do not live under the same residence, with a balanced division in the time spended with the child. This type of custody is considered, by the legal technical area, as the one that best serves the interests of children and / or adolescents in contexts where there is no common life between the parents, as it is considered the most effective response to the continuity of relations with both parents in the dissociated family, which would favor their children's development and mental health. This study aimed to identify and analyze indicators related to family organization, coparenting, parenting styles and socio-affective characteristics of parents in shared custody, as well as characterizing child behavior from the parents' perspective. Multiple case studies were carried out with seven parental dyads (N = 14), selected for convenience from processes initiated in the Family Court of the District of Ribeirão Preto, whose outcome was the effectiveness of shared custody for at least one year, with children between five and 15 years old. The instruments used were: sociodemographic identification script; Economic Classification Criterion; Semi structured interview; Inventory of Family Organization and Negative Beliefs; Parenting Styles Inventory; Child Abilities and Difficulties Questionnaire (SDQ); Rorschach Method (French Approach) and Pfister's Colored Pyramid Test, which were applied and evaluated according to their respective manuals and technical principles. The data were initially treated in a descriptive-interpretative manner, followed by an integrative analysis of each case. The results showed different post-divorce family configurations, with different family and residential organization, exercising coparenting in a different way, identifying cooperative styles, others uncompromised or conflicting. Parenting styles proved to be adequate, with reduced negative beliefs and signs of preservation in affective dynamics and sufficient coordination of impulses by parents. They considered shared custody to be positive for those involved, despite obstacles in its operation and identified good prosocial resources in their children's behavior. The findings confirmed evidence from the scientific literature in the area that, although reduced, suggests benefits of shared custody after marital dissolution. However, the possibility of responses permeated by the effects of social desirability since there was difficulty in accessing volunteers for the study, signaling technical and ethical complexity in this field of shared custody, requiring continuous scientific investigation before recommending standards for the exercise of coparenting in families after marital separation, essential care to support professional practice in the area psychosocial expertise in Family Court.

**Keywords:** *Psychological Assessment, Shared custody, Coparenting, Parenting Styles, Projective Methods, Personality.*



## LISTA DE ABREVIATURAS

CFP – Conselho Federal de Psicologia

EAD – Estrutura Assimétrica Dinâmica

EF- Ensino Fundamental

EI – Ensino Infantil

EM – Ensino Médio

EPS – Estudo Psicossocial

FFCLRP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

GC – Guarda Compartilhada

GU – Guarda Unilateral

HTP – House, Tree, Person

IEP – Inventário de Estilos Parentais

iep – Índice de estilos Parentais

MF – Mediação Familiar

PG – Pós-Graduação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIO – Tapete com Início de Ordem

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

RH – Recursos Humanos

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso Amostral.....	44
-----------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Caracterização dos participantes .....	46
<b>Tabela 2:</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 1 .....	56
<b>Tabela 3:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 1 .....	57
<b>Tabela 4:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas no Caso 1 .....	58
<b>Tabela 5:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 1 .....	59
<b>Tabela 6:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 1.....	60
<b>Tabela 7:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do caso 1.....	61
<b>Tabela 8:</b> Controle de impulsos dos genitores do Caso 1 .....	63
<b>Tabela 9:</b> Relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 1 .....	64
<b>Tabela 10:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 1.....	64
<b>Tabela 11 –</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 2 .....	67
<b>Tabela 12 -</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 2 .....	68
<b>Tabela 13:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 2 .....	70
<b>Tabela 14:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 2 .....	71
<b>Tabela 15:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 2 .....	72
<b>Tabela 16:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 2 .....	73
<b>Tabela 17:</b> Controle de impulsos dos genitores do Caso 2 .....	74
<b>Tabela 18:</b> Relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 2 .....	75
<b>Tabela 19:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 2 .....	76
<b>Tabela 20:</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 3 .....	79
<b>Tabela 21:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 3 .....	80
<b>Tabela 22:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 3 .....	82
<b>Tabela 23:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 3 .....	83
<b>Tabela 24:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 3 .....	84
<b>Tabela 25:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 3 .....	85
<b>Tabela 26:</b> Controle de Impulsos dos genitores do Caso 3 .....	86
<b>Tabela 27:</b> Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 3 .....	87

<b>Tabela 28:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 3.....	88
<b>Tabela 29 :</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 4 .....	90
<b>Tabela 30:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 4 .....	91
<b>Tabela 31:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 4 .....	94
<b>Tabela 32:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 4 .....	94
<b>Tabela 33:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 4 .....	96
<b>Tabela 34:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 4 .....	97
<b>Tabela 35:</b> Controle de Impulsos dos genitores do Caso 4 .....	98
<b>Tabela 36:</b> Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 4 .....	100
<b>Tabela 37:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 4 .....	101
<b>Tabela 38:</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 5 .....	104
<b>Tabela 39:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 5 .....	105
<b>Tabela 40:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 5 .....	107
<b>Tabela 41:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 5 .....	108
<b>Tabela 42:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 5 .....	109
<b>Tabela 43:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 5 .....	110
<b>Tabela 44:</b> Controle de Impulsos dos genitores do Caso 5 .....	111
<b>Tabela 45:</b> Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 5 .....	113
<b>Tabela 46:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 5 .....	113
<b>Tabela 47:</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 6 .....	116
<b>Tabela 48:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 6 .....	117
<b>Tabela 49:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 6 .....	119
<b>Tabela 50:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no Caso 6 .....	120
<b>Tabela 51:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 6 .....	121
<b>Tabela 52:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 6 .....	122
<b>Tabela 53:</b> Controle de Impulsos dos genitores do Caso 6 .....	123
<b>Tabela 54:</b> Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 6 .....	124
<b>Tabela 55:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 6 .....	125
<b>Tabela 56:</b> Caracterização Sociodemográfica do Caso 7 .....	128
<b>Tabela 57:</b> Sistematização das percepções parentais sobre guarda compartilhada (GC) pelos genitores do Caso 7 .....	129

<b>Tabela 58:</b> Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 7 .....	130
<b>Tabela 59:</b> Práticas educativas e Estilo Parental no caso 7 .....	132
<b>Tabela 60:</b> Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 7 .....	133
<b>Tabela 61:</b> Funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 7 .....	134
<b>Tabela 62:</b> Controle de Impulsos dos genitores do Caso 7 .....	135
<b>Tabela 63:</b> Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 7 .....	136
<b>Tabela 64:</b> Mecanismos de Defesa dos genitores do Caso 7 .....	137

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1. Configurações familiares e a parentalidade .....	15
1.2. Coparentalidade e guarda compartilhada em famílias divorciadas .....	18
1.3. Estilos parentais e fatores protetivos ao desenvolvimento infantil .....	26
1.4. O psicólogo judiciário e a avaliação psicológica em disputa de guarda .....	29
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>35</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>37</b>
3.1. Gerais .....	37
3.2. Específicos .....	37
<b>4. MÉTODO .....</b>	<b>38</b>
4.1. Delineamento Metodológico .....	38
4.2. Considerações Éticas .....	38
4.3. Contextualização do Campo de Estudo .....	39
4.4. Participantes .....	40
4.5. Instrumentos .....	46
4.6. Procedimentos .....	52
<b>5. RESULTADOS .....</b>	<b>56</b>
5.1. Estudo de Caso 1 .....	56
5.2. Estudo de Caso 2 .....	66
5.3. Estudo de Caso 3 .....	78
5.4. Estudo de Caso 4 .....	90
5.5. Estudo de Caso 5 .....	102
5.6. Estudo de Caso 6 .....	115
5.7. Estudo de Caso 7 .....	128
<b>6. DISCUSSÃO .....</b>	<b>140</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>152</b>
<b>9. APÊNDICES e ANEXOS .....</b>	<b>160</b>
9.1. Anexo 1 .....	161
9.2. Anexo 2 .....	162
9.3. Anexo 3 .....	163
9.4. Apêndice A .....	164
9.5. Apêndice B .....	165
9.6. Apêndice C .....	166

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. Configurações familiares e a parentalidade**

As estruturas familiares passaram por inúmeras modificações a partir do século XVI, reverberando em diversas mudanças nas funções de seus membros. Na sociedade pré-industrial, a família era um grupo social sólido e indissolúvel, caracterizando-se enquanto uma instituição que possuía como base a subsistência, não havendo a possibilidade de emergência de necessidades subjetivas como questões importantes nas relações constituídas naquele contexto (Castro, 2013). Com o progresso da industrialização e urbanização, houve diversificação dos arranjos familiares, com declínio do arranjo normativo de casal com filhos, associadas a mudanças na condição de vida das mulheres (Itaboraí, 2016). No contexto nacional, a partir do século XIX, ocorreram diversas mudanças importantes não apenas no âmbito social, como também no sentido político, favorecendo alterações vinculares (Samara, 2002). Diante da diversificação das camadas sociais, emergiram múltiplas formações familiares, revisitando-se normas determinadas pelo modelo patriarcal, surgindo estruturas mais complexas em que homens e mulheres dividem deveres e podem trabalhar para a sobrevivência do grupo familiar.

A partir do século XX, algumas transformações sociais, como a inserção feminina no mercado de trabalho, promoveram maior participação masculina na vida doméstica, surgiu a possibilidade de rompimentos conjugais dentre outras modificações, o que permitiu que a vida familiar fosse redesenhada. Estas vivências propiciaram mudanças nas rotinas de homens e mulheres e afetaram seus papéis sociais, dentre eles, o de ser pai (função paterna). A família, dessa forma, passou a não ser mais definida somente pelos parâmetros rígidos que moviam o modo de vida patriarcal, possibilitando a existência de um pai mais participativo, envolvido com os filhos e dividindo seus cuidados com as mães, uma vez que as mulheres deixaram de se dedicar exclusivamente à casa e à família (Arpini, Cúnico & Alves, 2016; Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015; Scholz, Scremin & Bottoli, 2015).

Roudinesco (2003) define três grandes períodos da evolução da família ao longo da história ocidental: o primeiro é o modelo tradicional, no qual a família é totalmente submetida à autoridade patriarcal e tem como objetivo a transmissão de um patrimônio; o segundo é a família moderna, a qual é fundada no amor romântico e na reciprocidade afetiva, em que os filhos aparecem como responsabilidade dos pais e do Estado; e o terceiro é o modelo pós-moderno, constituído a partir da década de 1960, em que a relação é desenvolvida entre dois indivíduos que

buscam relações íntimas e/ou realização sexual, podendo (ou não) incluir filhos. A autora ressalta que as transformações valorizam a divisão laboral entre o casal, o que traz divergências acerca da transmissão da autoridade. Tal circunstância propicia a emergência de outra problemática na medida em que divórcios, separações conjugais e recomposições familiares passam a aumentar, tornando-se importante valorizar a consideração dos papéis dentro de suas funções simbólicas em detrimento de abordagens mais tradicionalistas, centradas no poder paterno e patriarcado.

Os modelos familiares mais antigos são providos de valores tradicionais, baseados na dicotomia homem-mulher, em que a função social de um é automaticamente oposta ao outro, com rígida delimitação de papéis, cabendo: a) ao homem: obrigações relacionadas à provisão financeira e proteção de seus familiares; b) à mulher: gerar e fornecer cuidados, dentro das demandas domésticas cotidianas. Os novos modelos familiares possuem a difusão entre os papéis masculino e feminino, repercutindo nas funções materna e paterna. Atualmente, deparamo-nos com a coexistência de diferentes modelos ou modelos híbridos de família, que expressam contínua renegociação de posição e valores (Arruda & Lima, 2013; Féres-Carneiro, Machado, Mello & Magalhães, 2017).

Em revisão da literatura científica, Souza, Ramos, Pontes e Silva (2016) identificaram e sistematizaram algumas definições para o conceito de família na atualidade. Em sua análise existiriam: a) família nuclear (constituída por pai, mãe e filhos), família estendida (aquela que ultrapassa a família nuclear pela presença de outras pessoas em sua formação), família divorciada (passou por rompimento conjugal) e a família reconstituída (envolve reformulação interna a partir da inserção de novos companheiros). Nota-se, portanto, formação cada vez mais expressiva de agrupamentos complexos: famílias recasadas, reconstituídas, monoparentais, homoparentais, entre outras. O conceito de família não é mais explicado apenas pelos laços biológicos, prevalecendo aspectos subjetivos, como afetividade, vínculo e identificação (Verdi, 2007). Com novos arranjos familiares, novas formas de parentalidade e conjugalidade se fazem presentes (Rodriguez & Gomes, 2012).

Zornig (2010) realizou levantamento de literatura científica sobre parentalidade e seus achados apontaram que o uso desse termo é relativamente recente e que passou a ser utilizado nos escritos psicanalíticos franceses a partir de 1960 para marcar a dimensão e construção do exercício cotidiano da relação dos pais com os filhos. Nesse campo, Jura e Costa (2016) realizaram estudo empírico no contexto do Brasil com objetivo de compreender concepções sobre conjugalidade e parentalidade de famílias divorciadas. Segundo as autoras, a conjugalidade pode ser definida a partir do relacionamento entre dois adultos unidos por laços afetivos e sexuais, visando satisfazer suas necessidades psicológicas e emocionais. A parentalidade surge com a inclusão de um filho



no sistema familiar, exigindo o desenvolvimento de novas tarefas, voltadas à proteção, sustento e educação das crianças. Ambos os papéis são carregados de crenças, valores e comportamentos, construídos a partir de experiências de cada indivíduo com suas respectivas famílias de origem e outros vínculos comunitários e sociais.

Tais construtos, conjugalidade e parentalidade, são imbricados no processo de desenvolvimento familiar, sendo necessário que suas fronteiras sejam nítidas, a fim de privilegiar as necessidades dos filhos e não os inserir no meio dos conflitos de ordem conjugal (Silva & Lopes, 2012; Ziviani, Féres-Carneiro & Magalhães, 2012). Assim sendo, enquanto a conjugalidade pode ser dissolvida por decisão dos adultos, a parentalidade é considerada indissolúvel e implica em uma série de responsabilidades essenciais do casal parental para com seus filhos, como garantir a satisfação de suas necessidades econômicas e materiais, exercer a autoridade, garantir a possibilidade de seu desenvolvimento pleno e promover trocas afetivas (Grzybowski & Wagner, 2010). Segundo Isotton e Falcke (2015), atualmente os pais exercem a autoridade parental em divisão equilibrada com as mães, participando dos cuidados dos filhos de maneira ativa. Neste sentido, o termo coparentalidade foi introduzido por Bohannon, na década de 1970, o qual surgiu a partir de estudos com famílias nucleares que passaram por situações de divórcio (Souza et al., 2016).

Para caracterizar a coparentalidade podemos utilizar as considerações formuladas por Maccoby, Depner e Mnookin (1990). Segundo estes pesquisadores, existiriam três estilos de coparentalidade: a) cooperativa – a qual envolve interações de qualidade entre os pais, pautadas na comunicação regular sobre os filhos e níveis baixos de conflito, requerendo simetria nos planos parentais; b) conflituosa – regularidade na comunicação parental, mas com elevado nível de conflito; c) descomprometida – díades parentais são divorciadas e não mantêm um plano parental conjunto, existindo envolvimento da vida de cada pai com o filho, no entanto, não de forma congruente, apontando rudimentar comunicação mútua em relação às questões educativas dos filhos. Em outras palavras, apontaram estilos diferenciados no exercício da coparentalidade, cada qual com especificidades e possibilidades de favorecer (ou não) o desenvolvimento infantil. Essa temática, portanto, envolve questão relevante na contemporaneidade, onde a coparentalidade assume importantes contornos na realidade social existente, sobretudo pelo aumento de rompimentos conjugais.

Com o objetivo de avaliar dificuldades no exercício da parentalidade após um rompimento conjugal, Brito, Cardoso e Oliveira (2010) realizaram pesquisa no Brasil com grupos de pais divorciados e identificaram que a separação conjugal é definida como um acontecimento responsável por inúmeras mudanças no cotidiano dos que compõem o grupo familiar, gerando

dúvidas quanto ao relacionamento de cada um dos pais com os filhos. Seus achados apontaram que diversos homens reclamaram do afastamento dos filhos após a separação, além de evidenciarem excesso de atribuições de cuidados para a ex-esposa no que concerne à educação dos filhos. Grande parte dos participantes considerou, ainda, que as disposições jurídicas, como eram previstas no Código de Processo Civil de 2002, na busca do guardião com melhores condições para ficar com os filhos, tende a acirrar conflitos familiares.

Nesse sentido, estudos recentes, no contexto internacional, demonstraram que as relações parentais e características de funcionamento psicológico dos genitores possuem grande associação com a autoestima infantil e desempenho escolar, sendo que a participação paterna, em casos de guarda compartilhada, contribui para a melhora de ambas as variáveis (Bastaitis & Motelmans, 2016; Havermans, Vanassche & Matthys, 2017). Ainda, segundo Lansford (2009), a coparentalidade foi identificada como fator protetivo para o bem-estar infantil no período pós-divórcio. Assim, frente à realidade atual de crescente incidência de rompimentos conjugais, colocam-se em questão as modalidades de guarda dos filhos, tópico a seguir abordado.

## **1.2. Coparentalidade e a guarda compartilhada nas famílias divorciadas**

A crise da instituição “casamento”, em nível nacional e internacional, modificou a estrutura da família contemporânea, com novas configurações (“famílias mosaico”) atingindo não apenas os ex-cônjuges, mas também os filhos. Dentro dessa perspectiva, apesar de tal crise do sistema familiar acabar por eclodir em litígios exacerbados travados nos Tribunais de Justiça, tais conflitos permanecem velados, não sendo possível o acesso e conhecimento de tais dinâmicas, devido ao sigilo judicial (Shine, 2007). Realizando uma contextualização sobre a incidência de rompimentos conjugais na realidade brasileira, Brito e Silva (2017) contabilizaram mais de 800 mil processos de divórcio em trâmite e que este número segue em constante crescimento.

Quando os ex-cônjuges vivenciam considerável nível de conflito e este extrapola o âmbito privado, atribui-se a um terceiro (o Estado) o objetivo de determinar e definir as questões que envolvem tal demanda. Ressalta-se que alguns casais, mesmo após o divórcio, ficam aprisionados em uma ligação baseada na repetição e perpetuação do vínculo, ainda que de forma destrutiva, a qual atua por meio do litígio, sendo representada nas ações de guarda dos filhos (Antunes, Magalhães & Féres-Carneiro, 2010).

De acordo com Hameister, Barbosa e Wagner (2015), o interesse na pesquisa da coparentalidade teve início a partir da avaliação do ajustamento familiar após a separação conjugal. A partir desse enquadre, coparentalidade passou a ser definida independentemente da

configuração familiar, não sendo um substrato da relação conjugal, mas um subsistema autônomo, diferenciando-se a conjugalidade da parentalidade (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Desta forma, a coparentalidade pode ser definida como um interjogo de papéis que se relacionam com os cuidados globais dos filhos e a responsabilidade conjunta pelos mesmos, executando um plano parental conjunto, ou seja, o desenvolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação, tomada de decisões e cuidados globais sobre a vida dos filhos. Em outras palavras, envolve a relação de dois adultos convergindo para a satisfação de necessidades de uma criança e a corresponsabilização (concreta e simbólica) dos genitores quanto ao exercício de direitos e deveres relativos aos filhos (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2010; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010; Levy, 2010; Paula & Alvarenga, 2017).

Em uma perspectiva psicanalítica, Groeninga (2008) enfatizou que, para o desenvolvimento saudável da personalidade, é necessário que a criança conte com alguém para exercer a função materna e a função paterna. A coparentalidade prevê esta divisão, assim como a complementaridade de papéis entre pai e mãe.

Os relacionamentos entre pais e filhos após transições familiares foram objeto de revisão sistemática da literatura científica realizada por Souza, Ramos, Pontes e Silva (2016). Este trabalho evidenciou mudanças que o divórcio pode causar no contexto familiar de modo geral e, especificamente, no cotidiano dos filhos, para além da saída de uma figura parental da residência. Dentre as transformações que as crianças podem vivenciar, é possível destacar o declínio econômico, mudança de casa, mudança escolar, alteração no contexto social, entre outros. Sob essa perspectiva, o medo da perda do contato com a figura parental que sai da residência assume grandes proporções e, no geral, traz efeitos negativos para os filhos.

O nível de conflito estabelecido pela díade parental possui valor significativo para a adaptação no período após dissolução familiar, bem como para o estabelecimento de relacionamento entre pais e filhos. A coparentalidade funciona como variável de grande importância dentro do sistema familiar que transitou por uma separação conjugal para a predição de saúde mental infantil, sendo esta considerada tanto mais positiva quanto maior a participação conjunta nos cuidados contíguos dos genitores (Hack & Ramires, 2010; Lamela & Figueiredo, 2016). Os achados na literatura científica ainda apontaram que o afastamento do genitor cuja conjugalidade foi rompida prejudica o exercício da coparentalidade após a separação (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2010).

Apesar do rompimento da conjugalidade, há aspectos positivos em se preservar a relação entre a criança e ambos os seus pais. A literatura científica nacional aponta que o ideal é a criança conviver com ambos os genitores, pois cada um possui características que podem contribuir em

algum aspecto para o desenvolvimento infantil, sendo que a ausência de um dos genitores pode levar ao comprometimento nos âmbitos psicológicos, sociais e/ou cognitivos (Brito et al, 2010; Grzybowski & Wagner, 2010 a; Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012). De forma complementar, Campana, Santos e Gomes (2019) destacaram que os cuidados e a preocupação primária podem ser desenvolvidos também nos homens e que a maior participação masculina pode favorecer o desenvolvimento infantil desde tenra idade.

Em outro estudo de revisão integrativa da literatura científica sobre o impacto da separação conjugal no ajustamento emocional infantil, Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Castro e Prego (2011) analisaram evidências empíricas e teóricas. Enfatizaram que o divórcio por si não traz problemas de ajustamento nos filhos, o que pode se associar a múltiplos fatores, como questões internas de personalidade. A variável relevante, segundo seu estudo, é a forma com a qual se lida com a separação e a continuidade da parentalidade para a criança. Sob essa perspectiva, em termos legais e teóricos, a guarda compartilhada possibilitaria a oportunidade de se exercer a parentalidade de forma conjunta quando em situação de dissolução marital.

Lago e Bandeira (2009) traçaram um histórico sobre o compartilhamento de cuidados das crianças após divórcio e separação conjugal. Mostraram que a guarda compartilhada teve a Inglaterra enquanto pioneira, na década de 1970, focalizando participação conjunta e equilibrada nos cuidados com os filhos no que concerne a sua educação, direitos e deveres. Também a partir de revisão na literatura científica, Soares (2009) sinalizou que o enfoque para decisão acerca do tipo da guarda a ser instituído deve se centrar na criança, levando-se em consideração, entretanto, a história da díade parental e qualidade do relacionamento entre pais e filhos. Ressaltou a importância de se manter o vínculo positivo com ambos os genitores para propiciar que a criança tenha seu relacionamento preservado com os dois pais.

Com o objetivo de conhecer experiências da parentalidade em díades parentais divorciadas em situações que a mãe possuía a guarda exclusiva, Grzyboski e Wagner (2010 a,b) demonstraram que enquanto as genitoras evidenciaram sobrecarga devido aos cuidados concretos a serem realizados, os genitores expressaram perda de convivência com as crianças, além da sua relação ser intermediada pela mãe. Diante destes achados, os pesquisadores ressaltaram a importância da constituição legal da modalidade de guarda compartilhada com o objetivo de preservar a convivência infantil com ambos os genitores para minimizar sofrimento emocional e priorizar o desenvolvimento.

Nesse sentido, a literatura científica internacional sobre o tema demonstrou a importância de políticas públicas relacionadas a mudanças na sociedade no sentido de divisão igualitária dos cuidados domésticos e dos filhos entre o casal parental, para que o exercício da coparentalidade

pós-divórcio ocorra de forma coesa e natural (Fransson, Sakardi, Hjern & Bergström, 2016; Fransson, Turuen, Hjern, Östberg & Bergström, 2016). Dentro dessa lógica, no Canadá, Bala, Poitras, Saini, Cyr e LeClair (2017) enfatizaram também a importância da mudança das terminologias utilizadas no âmbito judicial. De acordo com seus achados, um quinto dos divórcios que possuem crianças/adolescentes perpetua em guarda compartilhada com convivência mínima de 40% a cada genitor, ressaltando que tais desfechos foram mais comuns nas províncias em que houve modificação legislativa, favorecendo mudanças positivas nos padrões do exercício da parentalidade pós-separação.

Acerca das vivências da guarda compartilhada no contexto do Brasil, Alves Arpini e Cúnico (2015) e Gadoni-Costa, Frizzo e Lopes (2015) realizaram entrevistas semiestruturadas com genitores divorciados. Descobriram que a díade parental, ainda que demonstrasse insegurança pela decisão da guarda compartilhada devido à possibilidade de descontinuidade na rotina de vida, consideraram importante a convivência equilibrada, a coparticipação parental na formação e educação dos filhos e a compreensão da importância da diferenciação entre a conjugalidade e a parentalidade. Apontaram algumas dificuldades encontradas nesse contexto, como, por exemplo, conflito no âmbito conjugal reverberando no exercício da parentalidade, incertezas frente à constituição da rotina e insegurança frente a diferentes estratégias educativas, entre outros.

Ainda, no que concerne a aspectos que podem ser negativos à guarda compartilhada com alternância de residência, Sodermans e Matthijs (2014) apontaram que a literatura científica evidencia a necessidade de maior organização da rotina dos filhos nestes casos. Sua pesquisa focalizou a relação entre os arranjos residenciais após divórcio e medida de bem-estar subjetivo em adolescentes. Os achados indicaram que as demandas dessa divisão residencial, tais como fazer transições ambientais frequentes, morar em dois lugares diferentes e ter de se ajustar a duas realidades distintas, contribuem para conscientização e amadurecimento dos adolescentes no sentido de maior organização e planejamento. Apesar de alguns pontos considerados como dificultadores, os genitores em exercício de guarda compartilhada avaliaram como positiva esta modalidade de guarda e trouxeram a percepção de continuidade da parentalidade, com esforço na díade parental para a compreensão dos novos papéis estabelecidos a partir da nova configuração.

Nesse sentido, a separação conjugal não deveria ser sinônimo da intensificação de conflitos no exercício da parentalidade. Apesar disso, alguns estudos apontam que a representação de estreita relação entre conjugalidade e parentalidade dificulta minimizar o conflito entre os genitores, além do senso comum sobre a perspectiva de que a mãe é a mais preparada para realizar os cuidados dos filhos e assim obter a guarda. Investigações mais recentes apontam que o convívio

dos genitores com as crianças propicia melhor adaptação social e afetiva, trazendo vantagens para a guarda compartilhada, na medida em que favorece a participação ativa da díade parental nas atividades relacionadas à rotina dos filhos, além de minimizar a possibilidade de sobrecarga quando há apenas um guardião (Brito, Cardoso & Oliveira, 2010; Kotulski, Christofari, Bloss, Arpini & Paraboni, 2017; Levy, 2010; Schnneebeli & Menandro, 2014).

Tais achados estão em concordância com a literatura internacional, a qual demonstra a importância do exercício da parentalidade de forma conjunta para priorizar o desenvolvimento saudável dos filhos. Apesar de possíveis conflitos com os ex-companheiros, muitos pais referiram que a guarda compartilhada encontra-se no melhor interesse das crianças e trouxeram o desejo e o esforço de fazê-la funcionar. Estes estudos da literatura internacional têm se mostrado favoráveis ao estabelecimento da guarda compartilhada. Destacam que a residência física compartilhada e pernoites de crianças ainda em fase pré-escolar em residências paternas pode facilitar o contato e a experiência de se realizar os cuidados das crianças, o que pode favorecer o aprimoramento de estratégias parentais para conhecer as necessidades dos filhos, exercendo, então, a parentalidade conjunta de forma satisfatória. Essa configuração apresentou maior nível de satisfação de vida entre as modalidades de famílias não intactas (Bjarnason, Bendtsen, Arnasson, Borup, Ianotti, Lofstedt, Haapasalo e Niclasen, 2012; Nielsen, 2015; Fransson et al., 2016a; Fransson et al., 2016b).

No contexto brasileiro, legalmente, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA - Brasil 1990) define, em seu artigo 33, a guarda como obrigação da “prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais” (p. 41). Ainda, define que a guarda confere à criança ou o adolescente a condição de dependente de seu guardião para todos os fins e efeitos.

Neste sentido, o Código Civil Brasileiro (2002), o qual foi atualizado em 2008 e 2014, determina duas modalidades de guarda dos filhos: unilateral ou compartilhada. Nas determinações deste Código, a guarda unilateral constitui-se como a modalidade atribuída a um dos genitores ou alguém que o substitua, obrigando o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, considerando quaisquer dos genitores como “parte legítima para solicitar informações e/ou prestações de contas objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que afetem direta ou indiretamente a saúde física e psicológica e educação de seus filhos” (artigo 1583). Já a guarda compartilhada é especificada como a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres de ambos os pais que não convivem sob o mesmo teto. Nessa modalidade de guarda, o tempo de convívio dos filhos com o pai e com a mãe deveria ser dividido de forma equilibrada,

sempre levando em consideração as condições fáticas e o melhor interesse das crianças e/ou adolescentes.

Kruk (2014), na Declaração de Consenso sobre Pesquisas de Coparentalidade após o divórcio, informou que o Conselho Internacional sobre Guarda compartilhada preconizou que a parentalidade compartilhada envolve a autoridade e a responsabilidade parental divididas em igualdade entre ambos os pais. Esse Conselho indica a guarda compartilhada como o arranjo ideal para a maioria dos filhos, sugerindo que ela deveria ser a norma para crianças de todas as idades. Ainda sob tal aspecto, Kruk (2011), trouxe a perspectiva de que, ao instituir a guarda unilateral, o sistema judiciário está retirando a guarda de um dos pais, uma vez que estes exerciam os cuidados com os filhos em termos de igualdade antes do rompimento conjugal. Na opinião deste autor, este procedimento jurídico nega os mesmos direitos de proteção às crianças “filhas do divórcio”, não respeitando o “superior interesse da criança e do adolescente”, o que pode causar sofrimento de diversas formas.

No Brasil, a guarda compartilhada foi instituída e regulamentada em 2008, pela Lei 11.698/2008, com modificações nos marcos legais em 2014 (Lei 13.058/2014). A partir de 2008, então, ficou prevista a aplicação da guarda compartilhada sempre que possível, mesmo na ausência de acordo entre os genitores. Nas modificações de 2014 do Código Civil Brasileiro, a lei previu que a guarda compartilhada seria aplicada independentemente da concordância das partes, desde que ambos os genitores se encontrassem aptos para exercer o poder familiar, excetuando-se os casos em que um dos pais declarasse não desejar a guarda. No entanto, observa-se que a implementação dessa diretriz da lei brasileira na prática cotidiana nos casos de separação judicial é vulnerável a múltiplas variáveis intervenientes, dificultando sua concretização. Os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) demonstraram que em 2016 ainda havia o predomínio de guarda unilateral materna, embora com aumento dos casos de guarda compartilhada.

Para ilustrar a aplicação desses princípios técnicos na realidade nacional, Brito e Gonsalves (2013) realizaram levantamento em acórdãos de três Estados brasileiros com o objetivo de avaliar as decisões judiciais acerca da guarda compartilhada. As autoras perceberam que o pedido de guarda compartilhada era negado, por diversas vezes, devido à relação litigiosa entre o ex-casal, sendo possível observar que a beligerância entre os pais foi o principal motivo de impedimento para a aplicação de tal modalidade de guarda. Segundo as autoras, a rotina da guarda compartilhada, apesar de demandar maior organização dos genitores e dos próprios filhos, é a que melhor atende aos interesses das crianças e adolescentes, por não privá-los do convívio de ambos. Ressaltaram que configura a resposta mais eficaz à continuidade das relações da criança com seus

dois pais na família dissociada, argumentando que o litígio não deveria ser justificativa para a convivência familiar de crianças e adolescentes deixar de ser garantida. Embora circunscrito, este estudo apontou as dificuldades de aplicação prática de princípios previstos na última revisão do Código Civil brasileiro.

Ao examinar o que a literatura científica tem apontado sobre essa temática, o levantamento de literatura realizado por Nielsen (2017) mostrou que o papel dado ao conflito parental tem sido exacerbado em decisões relacionadas à guarda compartilhada, considerando que este não deve ser o fator determinante para as decisões judiciais relativas à guarda, salvo em casos que envolvam violência doméstica. A autora reforça a necessidade de favorecer o relacionamento coparental e fortalecer o relacionamento de ambos os pais com os filhos, melhorando suas habilidades parentais. Para Noronha e Valentin (2014), a parentalidade compartilhada é viável mesmo para os filhos de pais com alto nível de conflito, por ser considerada como mais eficaz contra a alienação parental, o abandono afetivo e o preconceito de gênero. Neste sentido, apesar de possíveis conflitos com os ex-companheiros, os pais referiram que a guarda compartilhada encontra-se no melhor interesse das crianças e trouxeram o desejo e esforço de fazê-la funcionar (Nielsen, 2015; Fransson, Sakardi, Hjern & Bergström, 2016).

A partir da revisão sistemática da literatura científica sobre o tema da guarda compartilhada, Sena e Penso (2019) sugerem que o objetivo real desta modalidade legal poderia ser o de convocar o pai a assumir seu papel parental mesmo após e apesar da separação conjugal. Dentre as vantagens da guarda compartilhada foram destacados: reequilíbrio de papéis parentais; favorecimento do convívio com ambos os pais; a diminuição da alienação parental. Nas desvantagens, houve destaque para o não cumprimento pela parte paterna dos acordos estabelecidos com as mães em relação aos cuidados e obrigações relativos ao(s) filho(s); dificuldade de comunicação entre os ex-cônjuges; empecilhos criados por novos parceiros em relação à convivência com filho(s) de relacionamento anterior. Segundo estes pesquisadores, a separação da conjugalidade não significa o fim da família, pois a parentalidade e as relações com a família ampliada continuam existindo. Pontuaram, assim, a necessidade de contínua construção da parentalidade, apesar das intempéries que a dissolução marital pode causar.

Apesar desta diretriz geral, a literatura científica reconhece que a efetivação da guarda compartilhada exige manutenção do diálogo entre o ex-casal, como condição para que seja bem sucedida (Alves et al., 2015). Nesse sentido, há implicações práticas bastante diretas e necessárias para que os princípios desta modalidade de guarda funcionem adequadamente para facilitar o desenvolvimento dos filhos.



Resmini e Frizzo (2018) realizaram estudo qualitativo cujo objetivo foi investigar a experiência de diferentes membros de famílias em relação à guarda compartilhada, a partir de entrevistas semiestruturadas. As autoras demonstraram que a maioria dos avaliados considerou a experiência com a guarda compartilhada positiva, destacando a flexibilidade de horários de convivência e possibilidade de maior envolvimento paterno, sendo que em apenas uma das famílias avaliadas o conflito dificultou o compartilhamento da guarda, sem impedi-lo, entretanto.

Ferreira, Montanher, Mariano, Duarte e Felipe (2018) realizaram levantamento de literatura científica nesta área e apontaram que as pesquisas empíricas trazem resultados consistentes no sentido de sugerir que pais divorciados compartilhem decisões e cuidados dos filhos, incluindo divisão temporal nessas atividades. As autoras concluem que a noção de instabilidade nociva da parentalidade residencial compartilhada não se mostra compatível com estudos publicados sobre o assunto, os quais sugerem que os filhos apresentam melhores resultados acadêmicos, emocionais, cognitivos, comportamentais e de saúde geral, quando comparados a crianças que vivem em guarda unilateral. Tais perspectivas acompanham os achados de Nielsen (2011), a qual identificou resultados iguais ou melhores em medidas de bem-estar emocional, comportamental, físico e acadêmico em crianças com guarda compartilhada, comparativamente a outras na configuração de guarda unilateral. Ainda, segundo a autora, os genitores com a guarda compartilhada também sinalizaram vivenciar benefícios a si mesmos e aos filhos, com tendência a organizarem a rotina de vida de modo a favorecer o convívio e formas mais espontâneas e não padronizadas de interação familiar.

Sob este prisma, autores escandinavos realizaram estudo para avaliar o quanto adolescentes em famílias divorciadas recorrem aos pais para suporte emocional em diferentes configurações familiares, em comparação com lares residenciais nucleares, sem separação parental. Encontraram evidências de que os adolescentes recorrem a ambos os pais de forma mais comum em lares intactos, seguidos daqueles com a guarda compartilhada. O estudo ainda sugeriu que a guarda compartilhada é associada a maior inclinação para uso do recurso parental como fonte de apoio emocional pelos adolescentes das famílias divorciadas (Laftman, Bergström, Modin & Östberg, 2014).

Com o passar do tempo, há tendência ao afastamento do genitor não guardião da vida dos filhos, nos casos de guarda unilateral. Isso poderia imprimir sentimentos negativos nos filhos em relação a essa perda e desejo de maior proximidade com genitor afastado, as quais podem se estender pela vida adulta, acarretando prejuízos ao desenvolvimento emocional infanto-juvenil (Brito, 2007; Brito & Gonsalves, 2013; Nielsen, 2011; Nielsen, 2015). Se a criança passa a residir exclusivamente com um dos genitores, alguns aspectos desfavoráveis da monoparentalidade

podem estar presentes, tais como: redução de renda, diminuição do tempo disponível para a criança devido à jornada de trabalho, aumento de reações emocionais negativas em relação ao filho, sensação de sobrecarga do guardião, oferta de modelos de resolução de conflitos de forma não pacífica, entre outros (Grzybowski & Wagner, 2010; Lamb & Kelly, 2009).

Por outro lado, há estudos (McIntosh, Smyth, Kelaher, Wells, & Long, 2010; Tornello, Emery, Rowen, Potter, Ocker & Xu, 2013) com achados desfavoráveis aos pernoites frequentes de crianças pequenas (idade pré-escolar), identificando maior índice de apego inseguro às mães e maior irritabilidade nesses casos. Porém, pesquisas posteriores questionaram tais achados, apontando falhas metodológicas nos estudos (inclusive no que se refere a fidedignidade e validade dos instrumentos utilizados, sua forma de aplicação e interpretação equivocada dos dados). Essas outras investigações científicas, com maior rigor metodológico, demonstraram que as pernoites e a frequência de convivência na residência paterna não trouxeram nenhuma consequência negativa às crianças pequenas. Ao contrário, apontaram consequências positivas associadas à guarda compartilhada, destacando-se que os pernoites foram associadas a manutenção e regularidade do envolvimento paterno (Fabricius & Suh, 2017; Nielsen, 2015; Warshak, 2014).

O exercício da coparentalidade envolve numerosos aspectos que se relacionam à realidade psíquica de cada um dos pais, histórico da díade parental e a forma com que estes se envolvem no cotidiano dos filhos, em atividades de lazer, alimentação, educação, higiene, sendo que tais fatores variam de acordo com a disponibilidade e a realidade pessoal. A forma com a qual os pais realizam tais cuidados é considerada uma das experiências primárias mais relevantes para o desenvolvimento infantil (Martins, León & Seabra, 2016; Sutter & Bucher-Malluschke, 2008; Zornig, 2010), razão considerada suficiente para preconizar a guarda compartilhada como condição de melhor preservação do interesse das crianças/adolescentes em casos de dissolução familiar, constituindo diretriz legal do Brasil na atualidade.

No entanto, a qualidade do relacionamento entre cada genitor e sua prole, na condição da separação conjugal, sofre influências importantes de variáveis pessoais, para além do contexto legal. Com essa preocupação, a seguir passa-se a considerar os estilos parentais como variável relevante nesse processo de estabelecimento de guarda de filhos e seus impactos sobre o desenvolvimento infanto-juvenil.

### **1.3. Estilos Parentais e fatores de proteção para o desenvolvimento infantil**

As figuras parentais exercem influências diretas no processo de desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança, constituindo-se enquanto base de referência para o filho ao

transmitir as primeiras informações relacionadas ao mundo. Tal relação pode ser estudada a partir da perspectiva das práticas parentais educativas (Falcke & Steigleder, 2012). Estas práticas parentais podem ser delineadas como estratégias ou técnicas que os pais utilizam para a orientação de seus filhos, no que diz respeito aos seus comportamentos frente a diferentes situações (Paiva & Ronzani, 2009).

As práticas educativas parentais irão compor os chamados estilos parentais, representando as maneiras como os genitores concretizam os cuidados com sua prole. Retomando a proposta de Maccoby, Depner e Mnookin (1990) vale a pena examinar o estilo de coparentalidade alcançado pelos genitores, podendo ser classificada como cooperativa, conflituosa ou descomprometida, exercendo influência direta sobre a dinâmica familiar e o desenvolvimento infanto-juvenil.

O estilo educativo pode ser definido a partir das experiências vivenciadas pelos pais na sua família de origem juntamente com suas características pessoais. Ressalta-se, no entanto, que o estilo parental é construído a partir da relação com o filho (Arruda & Lima, 2013; Isotton & Falcke, 2015; Scholz et al., 2015). Estudos envolvendo estilos parentais e desenvolvimento infantil apontaram que pais com práticas educativas predominantemente positivas (como o conhecimento das atividades, gostos e preferências dos filhos, assim como preocupação frente à educação, lazer, higiene, entre outros) tiveram em seus filhos menor incidência de depressão e estresse, e indicadores mais elevados de habilidades sociais (Falcke et al., 2012; Sampaio, 2007).

Os estilos parentais foram objeto de investigação científica realizada por Kuppens e Ceulemans (2018), a partir da escala “*Positive Parenting of the Ghent Parental Behavioral Style*”. Encontraram relevante associação entre diferentes formas de estilo parentais e resultados comportamentais autorrelatados pelos genitores no Questionário de Dificuldades e Capacidades (SDQ), em especial nas seguintes variáveis: comportamento pró-social, hiperatividade, sintomas emocionais e problemas de conduta. As autoras demonstraram que filhos de pais que exercem a autoridade negativa apresentaram mais problemas comportamentais (hiperatividade, problemas de conduta e sintomas emocionais) e menos sintomas positivos (comportamento pró-social). No que concerne à autoridade positiva exercida de forma congruente entre os genitores, as autoras encontraram baixa incidência de problemas de conduta e aumento dos comportamentos pró-sociais. Estes achados são considerados de grande importância para demonstrar a associação entre os estilos parentais e indicadores de comportamentais nos filhos.

No mesmo sentido, Finzi-Dottan e Cohen (2012) realizaram estudo objetivando identificar a influência de fatores da personalidade, comunicação e cooperação parental como preditores de sucesso para o exercício da coparentalidade após o divórcio. Os autores encontraram que a variável sexo teve grande influência na abertura para a negociação de práticas educativas, sendo

que as mulheres se mostraram mais abertas à comunicação. Seus achados apontaram que o estilo dos mecanismos de defesa individuais possui influência no aumento do uso de táticas de negociação, intensificando o apoio familiar entre a díade parental, levando à cooperação, negociação e, conseqüentemente, a utilização de práticas educativas consonantes.

Ainda referente à relação entre a personalidade e a parentalidade, Silva e Vieira (2018) realizaram revisão integrativa da literatura científica e encontraram apenas estudos internacionais que realizavam essa associação, com claro predomínio do modelo teórico dos Cinco Fatores da Personalidade (modelo *Big Five*) nas investigações. As autoras concluíram que as características de personalidade de pais e mães podem ressoar em diferentes comportamentos em relação à parentalidade. Sugerem que a temática seja explorada em novas investigações para se reconhecer quais características individuais poderiam potencializar o fornecimento de cuidados e quais características poderiam atuar enquanto fatores de risco nos cuidados parentais.

Com foco na preservação do desenvolvimento infantil frente a esse período de transição familiar, Silva e Gonçalves (2016) realizaram levantamento sobre os efeitos do divórcio em crianças e possíveis fatores protetivos. As autoras trouxeram a perspectiva de necessidade de reconstrução da figura materna e paterna, ressignificação de experiências e vivências. Tal processo pode ocorrer de maneira naturalizada ou trazer desajustes comportamentais, ansiedade e depressão. Nesse sentido, elencaram fatores que tendem a preservar o desenvolvimento geral dos filhos na família dissociada, tais como: boa qualidade relacional entre pais e filhos; contato de qualidade e consistência entre os pais, com o compartilhamento de regras, deveres e rotinas; relacionamento pacífico entre os genitores; e atributos subjetivos dos envolvidos, como habilidades sociais, comportamentais, autoestima, dentre outros.

Sob essa perspectiva, em pesquisa voltada ao estudo das relações parentais e a adaptação com o divórcio, Lamela et al. (2010a) encontraram que a coparentalidade pode ser o fator mediador entre a qualidade das interações da díade conjugal e os percursos desenvolvimentais dos filhos. Para tanto, a coparentalidade considerada positiva é aquela em que os genitores possuem estilos parentais congruentes, ou seja, negociam e aplicam visões aproximadas quanto à regulação comportamental e emocional da criança e partilham entre si as tarefas associadas à prestação de cuidados, aplicando as mesmas regras, normas, reforços e valores na educação dos filhos, mesmo em cônjuges divorciados (Lamela et al., 2010b).

Nesse sentido, Pinheiro (2016) realizou estudo a partir de entrevistas semiestruturadas para avaliar a coparentalidade após o divórcio sob a perspectiva de pais com filhos pré-adolescentes, no contexto português. Demonstrou que o exercício das práticas parentais conjuntas, assim como a comunicação acerca de tais responsabilidades e práticas coparentais, influenciou no

envolvimento positivo do pai que não reside com o filho. Para Grzybowski e Wagner (2007), o envolvimento parental nas práticas educativas pode se modificar por uma variedade de fatores, como o relacionamento entre os ex-cônjuges, ocupações parentais, modalidade de guarda, entre outros.

Frente a esses achados da literatura científica e diante da importância das práticas coparentais para o desenvolvimento infantil, o processo de identificação e análise dos estilos parentais, modo de convivência entre as díades parentais e a forma de educar seus filhos torna-se extremamente relevante no contexto dos processos judiciais de separação conjugal, onde a guarda das crianças e adolescentes precisa ser definida. Nesse campo, o olhar profissional do psicólogo sobre esses casos tem sido reconhecido como relevante nos processos judiciais. Diante da complexidade das variáveis envolvidas, a riqueza das informações possíveis de serem obtidas com os processos de avaliação psicológica em processos judiciais de disputa de guarda torna-se inegável. Neste sentido, o psicólogo deve analisar se a criança/adolescente se encontra em condições de garantia de seus direitos a proteção e a cuidados parentais adequados, devendo ponderar sobre a continuidade do relacionamento da criança com ambos os pais, examinando de que forma os cuidados parentais estão sendo exercidos (Shine, 2007).

Para bem exercer esse papel profissional, o psicólogo deve se pautar em conhecimento técnico-científico adequado, de modo a fundamentar sua análise e ponderações sobre os processos judiciais de guarda de filhos. Detalhamentos sobre suas possibilidades de ação são apresentados a seguir, na perspectiva de contextualização do objeto da presente investigação.

#### **1.4. O papel do psicólogo no judiciário e a avaliação psicológica em casos disputa de guarda**

O Tribunal de Justiça, no contexto da Vara da Infância e Juventude e das Varas de Família, tem como princípio norteador o ECA (1990), o qual modificou a visão sobre infância, alinhando-a com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989. A principal premissa de tais modificações foi estabelecer a proteção integral de crianças e adolescentes (sendo considerados, então, enquanto sujeitos de direitos frente ao Estado, à família e à sociedade), sempre levando em consideração sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento. Nesse sentido, os juízes e Tribunais de Justiça julgam as condutas humanas de acordo com a legislação, levando em consideração as mudanças realizadas com o passar do tempo.

Neste contexto a Ciência Psicológica pode contribuir colocando seus conhecimentos à disposição para o julgamento do magistrado, assessorando-o em aspectos relevantes para

determinadas ações (Rovinski, 2013). A Psicologia pode trazer à tona questões psicológicas subjetivas das partes envolvidas no processo, revelando aspectos motivacionais e de dinâmica da personalidade dos indivíduos, acabando por realizar um refinamento nos parâmetros da Justiça. Neste campo de atuação, o psicólogo não possui o compromisso restrito de fornecimento de informações ao magistrado para a tomada de decisões dentro do processo judicial, mas atua em todas as dimensões do caso, promovendo e propiciando a manutenção de políticas na garantia de direito da infância e juventude, em diversos aspectos (Bernardes, 2005). Este fato marca uma evolução desse sistema condizente com a atual complexidade da sociedade contemporânea. A psicologia judiciária é um dos ramos que mais cresceu nos últimos anos, em termos de campo de trabalho, no Estado de São Paulo, sendo que no poder judiciário se encontra o maior número de psicólogos contratados pelo governo (Castro, 2013; Rovinski, 2013).

A inserção do psicólogo judiciário no Brasil ocorreu inicialmente nas Varas da Infância e Juventude no âmbito das políticas públicas, realizando a avaliação de crianças em situações de vulnerabilidade. A entrada do psicólogo nas Varas de Família ocorreu posteriormente, segundo Castro (2005), e o objetivo do psicólogo neste contexto é de realizar perícias quando requisitado pelo juiz para subsidiar decisões relativas a crianças e adolescentes em processos de guarda, regulamentação de visitas (direito/dever de convivência), alienação parental e alimentos, quando o casal parental não está de acordo acerca da questão. Na área cível, a perícia psicológica judicial está regulamentada, inicialmente, pelo Código de Processo Civil de 1973 (CPC, Lei n. 5.868/73), o qual passou por algumas alterações no decorrer das décadas. O novo Código de Processo Civil foi promulgado em março de 2015 (CPC, Lei n. 13.105), direcionando determinações quanto às atividades dos peritos, seus procedimentos e o produto de seu trabalho.

Para Castro (2013), o estudo psicológico no contexto das Varas de Família tem por objetivo responder a uma questão que lhe é dirigida nos autos por determinação judicial, tendo a criança como eixo principal de todo trabalho pericial a se desenvolver. É importante que o perito consiga elucidar as motivações que levaram à instauração do processo, consiga detectar como a criança vivencia suas figuras parentais, questões relacionadas ao apego e vínculo afetivo, considerando-se acima de tudo o bem estar e o desenvolvimento saudável (intelectual e afetivo) da criança. A psicologia judiciária no Direito de Família aborda elementos além do litígio em si, sendo a responsável por avaliar conteúdos pertinentes às relações de parentalidade, de filiação, conflitos intersubjetivos e relações familiares (Suannes, 2011).

Do ponto de vista psicológico, a decretação de uma sentença está longe de ser o término do conflito, uma vez que as ações podem encobrir questões mais profundas e complexas do que as explicitadas nos autos. Esse deslocamento do conflito pode levar à cronificação do litígio

(Shine, 2003). Com o divórcio, as partes separadas em termos de vínculo conjugal permanecem sendo um casal parental e essa condição demanda elaboração psíquica. A dificuldade em elaborar o luto da separação pode ter relação com a escolha da instituição judicial como instrumento para lidar com o conflito. Os conflitos nas Varas de Família envolvem grande carga de afetividade e mobilizam padrões de conduta diferentes dos supostos pelo sistema legal e senso comum dos juristas, os quais possuem uma visão maniqueísta no sentido processual. No entanto, no contexto das Varas de Família, as relações podem se perpetuar após a decisão judicial (Shine, 2002).

A partir de levantamento da literatura científica e discussão frente à avaliação psicológica no contexto jurídico, Costa, Penso e Sudbrack (2009) explanam a diferenciação entre o divórcio no contexto de vida e divórcio destrutivo. O primeiro é relativo a uma etapa no processo de vida que inclui novos arranjos conjugais e familiares, enquanto o segundo consiste em uma separação conjugal que envolve grandes disputas e expressões de violência, encontrando possibilidade de resolução pelo âmbito judiciário. Para as autoras, o divórcio destrutivo colocaria a criança triangulada de forma não saudável, ocasionando, muitas vezes, conflitos de lealdade e ambivalência afetiva. O papel do psicólogo em tais situações, para as autoras, deveria ser integrativo entre o enquadramento terapêutico e avaliativo, focalizando os limites e as necessidades de cada pessoa envolvida no processo, mantendo sempre o foco no superior interesse da criança, pontuando elementos psicológicos nos pareceres de forma protetiva, resgatando a subjetividade e visando à transformação do litígio. Uma vez que a avaliação psicológica nesse âmbito constitui documentação a partir do qual o juiz toma a sua decisão, dentre outras provas dos autos, o psicólogo deve esclarecer questões técnico-científicas envolvidas nos fatos, levando em conta não apenas o direito de defesa das partes contrárias, mas sim o superior interesse das crianças e a subjetividade presente nas relações estabelecidas (ECA, 1990; Shine, 2007; Suannes, 2011).

A prática do psicólogo neste contexto requer conhecimentos específicos em processos de investigação e é materializada por estratégias técnicas para compreensão da demanda instalada e sua relação com o domínio jurídico, definição de instrumentos e técnicas de avaliação psicológica que sejam adequados à demanda. Ressalta-se, segundo a Resolução do CFP 008/2010, a autonomia do psicólogo para escolha de procedimentos e instrumentais, com posterior elaboração de laudo profissional, o qual deverá conter dados úteis para elucidar as questões do juiz, com cuidado para não expor elementos desnecessários que possam abalar psiquicamente as partes que poderão ter acesso ao laudo (Silva, 2013). Para Lago (2008), a primeira necessidade que se deve considerar ao realizar avaliação psicológica no contexto de disputa de guarda, é entender a dinâmica familiar e os aspectos que levaram à ruptura de tal configuração (separação),

considerando variáveis associadas à disputa judicial do filho por seus genitores. A autora ressalta, ainda, que a questão norteadora para realizar avaliação psicológica em processos de disputa de guarda é o que será melhor para a criança, suas necessidades físico-biológicas, cognitivas, emocionais e sociais.

O manual de Referências Técnicas para a atuação do psicólogo nas Varas de Família (CFP, 2013) traz a visão de que a guarda compartilhada pode funcionar como um suporte social simbólico, apontando para os pais que não há um único responsável pela criança, reafirmando assim a dupla filiação. Nesse sentido, entende-se que a equipe técnica (psicólogo e assistente social judiciários) possa auxiliar os pais na estruturação, entendimento e cumprimento da guarda compartilhada após o rompimento da conjugalidade. Os casos atendidos nesse contexto envolvem grande diversidade de componentes, associados aos novos modelos de conjugalidade, às diferentes configurações familiares, às relações de gênero, ao papel do objeto externo na constituição do aparelho psíquico da criança, aos sentidos atribuídos à maternidade e paternidade, aos lugares que o filho pode ocupar na vida emocional do homem, da mulher, entre outros componentes (Suannes, 2011).

Dentre tantas questões a serem abordadas pelos psicólogos nessa área, os principais procedimentos utilizados pelos psicólogos nesses processos têm sido: entrevistas clínicas com cada um dos genitores e filhos, individualmente; observação da interação pais-filhos; entrevistas conjuntas com o ex-casal; entrevistas com terceiros; visitas à escola ou às residências dos pais; métodos projetivos de avaliação psicológica (avaliando pais e filhos, separadamente). Entre esses últimos, os mais frequentemente utilizados são o House-Tree-Person (HTP), o Método de Rorschach e técnicas de desenho para as crianças (Lago, 2008; Lago & Bandeira, 2009).

A utilização de instrumentos padronizados de avaliação nas perícias psicológicas traz vantagens em relação aos processos realizados apenas com entrevistas, pois aprofundam a compreensão do indivíduo, possibilitando o conhecimento sobre indicadores de características psíquicas que não seriam possíveis perceber ou mensurar por meio de outros métodos. Dessa forma, os instrumentos auxiliam o psicólogo a observar o comportamento de forma padronizada e também possibilitam acessar conteúdos psíquicos profundos dos avaliados, muitos dos quais inacessíveis a ele próprio, por não ter consciência de tais características, além de diminuir a possibilidade de manipulação da avaliação psicológica (Jung, 2014). Ainda, segundo a autora, os métodos projetivos constituem-se enquanto uma forma bastante apropriada para se obter dados acerca de características da personalidade de um periciando, pois as possibilidades de simulação e dissimulação de características apresentam-se mais reduzidas, quando comparadas a entrevistas, observações ou testes objetivos de personalidade.



Diante da dificuldade de mensurar questões subjetivas entre pais e filhos devido ao crescente número de diferentes configurações familiares, Lago, Amaral, Rosa e Bandeira (2010) apresentaram uma revisão sistemática da literatura científica sobre os principais instrumentos nacionais e internacionais nesta área. As autoras encontraram sete instrumentos utilizados no contexto internacional e três nacionais, concluindo que há escassez de métodos científicos padronizados para essa finalidade, tornando-se evidente a necessidade de estudos de adaptação ou construção de instrumentos úteis para a área clínica e forense, em avaliações individuais ou familiares.

Para Rovinski (2006), dentre os métodos projetivos de avaliação psicológica, o Rorschach é bastante relevante no contexto jurídico, uma vez que possibilita conhecimento sobre a estrutura e dinâmica da personalidade, com adequados indicadores psicométricos. Estas características o tornam um dos instrumentos mais utilizados no meio judiciário.

Ainda que essas técnicas e procedimentos clínicos se mostrem úteis na prática profissional, pouco conhecimento sistematizado tem sido produzido no campo da Psicologia Jurídica voltado às questões da guarda de filhos e suas associações com as características parentais. Em revisão de literatura científica realizada pela pesquisadora (Zanini & Pasian, 2018) utilizando-se os unitermos “parentalidade”, “coparentalidade”, “guarda compartilhada” AND “avaliação psicológica” nas bases de dados Scielo, Lilacs e Pepsic, não foram encontrados artigos científicos nacionais com produções referentes a tais demandas.

Nesse mesmo sentido, Peres (2018) avalia que a construção teórica da Psicologia acerca do litígio e das relações afetivas entre filhos e genitores ainda é bastante escassa, sobretudo no Brasil, com reduzida literatura científica voltada à singularidade afetiva de tais relações no contexto de disputa judicial. A autora indica a importância de se compreender os processos subjetivos para entender a forma como as pessoas envolvidas nesse âmbito mediam seu desenvolvimento e interações com a família e, conseqüentemente, a forma com a qual estes avaliam, constroem e se colocam dentro de um processo de disputa de guarda.

No cotidiano dos processos judiciais de separação e de disputa de guarda de filhos, contudo, os desafios profissionais são diários, no sentido de buscarem condições para o adequado desenvolvimento dos envolvidos. Atualmente, métodos de mediação, conciliação e negociação têm sido utilizados pelos tribunais brasileiros, opondo-se à cultura litigante, atuando no sentido de promover acordos de forma pacífica, dentre eles, a guarda compartilhada (Silva, 2013). Desse modo, no cotidiano dos processos judiciais parece ocorrer aumento de acordos no sentido da coparentalidade. Porém, a literatura científica sobre o assunto é bastante limitada no sentido de investigar como a guarda compartilhada, judicialmente estabelecida, é aplicada e vivenciada na

prática cotidiana e de que forma os casais divorciados exercem tais cuidados (Alexandre & Vieira, 2009; Alves, Arpini e Cúnico, 2015; Gadoni, Frizzo & Lopes, 2015), lacuna a ser focalizada no presente trabalho.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Estudos científicos apontam que o relacionamento da criança no âmbito familiar é determinante para a manutenção do pleno desenvolvimento geral e da saúde mental infantil (Groeninga, 2008; Brito et al, 2010; Grzybowski & Wagner, 2010 a; Silva et al., 2012). Em contexto de disputas judiciais, as evidências da literatura científica nacional e internacional mostram-se favoráveis ao estabelecimento da guarda compartilhada, ressaltando a importância da convivência da criança com ambos os genitores. Nesse sentido, características psicossociais dos genitores e variáveis relacionais podem atuar enquanto fatores de proteção ou risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes dentro de uma família que passou por rompimento conjugal.

Desta forma, compreender indicadores de funções psicológicas e saúde mental dos genitores, funcionamento e exercício da parentalidade compartilhada e relacionamento entre as díades parentais tornam-se de extrema importância para preconizar a possível proteção desenvolvimental e de saúde mental dos filhos. Há, ainda, a necessidade de melhorar o relacionamento coparental e fortalecer a interação de ambos os pais com os filhos, aprimorando suas habilidades e competências parentais, assim como os comportamentos voltados às necessidades da prole. Estas evidências estão em consonância com a legislação brasileira, a qual afirma que o exercício da guarda deve ser relativo ao melhor interesse da criança. A literatura científica ainda traz a importância de se resguardar seu direito de convivência familiar, ainda que diante de conflito parental (Nielsen, 2011).

Considera-se relevante ressaltar que a literatura científica internacional sobre o tema demonstrou a importância do poder público se apropriar de tal temática, fortalecendo o diálogo e orientação profissional a pessoas que vivenciam a transição familiar (Fransson et al., 2016 a; Fransson et al., 2016 b). Também se faz necessário refletir sobre questões relacionadas às mudanças na sociedade no sentido de divisão equilibrada dos cuidados domésticos e dos filhos entre o casal parental, para que o exercício da coparentalidade pós-divórcio possa ocorrer de forma mais naturalizada.

No entanto, no âmbito da literatura científica nacional poucos estudos abordam as características psicológicas parentais nas decisões de guarda compartilhada, assim como o acompanhamento relativo ao exercício cotidiano de tal modalidade de guarda (Zanini & Pasian, 2018). Diante dessa realidade, considera-se importante, estabelecida a guarda compartilhada, examinar as características psicológicas dos pais e seus estilos parentais, bem como sua

organização familiar e exercício da coparentalidade de modo a compreender como derivam no cuidado infantil, uma vez que o preconizado pelas diretrizes é sempre o melhor interesse das crianças e dos adolescentes.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar indicadores da dinâmica familiar, estilos parentais e características socioafetivas de genitores em exercício da guarda compartilhada de seus filhos. Procura integrar, a partir de estudos de caso, diversas variáveis psicológicas relativas aos pais e o comportamento infantil na perspectiva de seus genitores.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

3.2.1. Analisar os recursos da organização familiar e crenças negativas de genitores em exercício da guarda compartilhada.

3.2.2. Avaliar estilos parentais e o exercício da coparentalidade de genitores com a guarda compartilhada.

3.2.3. Examinar, sob a perspectiva dos genitores em exercício de guarda compartilhada, problemas comportamentais e capacidades de seus filhos.

3.2.4. Avaliar características socioafetivas relacionadas à personalidade de genitores em exercício de guarda compartilhada.

3.2.5. Integrar e avaliar qualitativamente indicadores das características parentais avaliadas em relação ao comportamento infantil, a partir de indicadores de saúde mental dos filhos.

## **4. MÉTODO**

### **4.1. Delineamento metodológico**

O delineamento metodológico adotado nesta investigação científica foi o de estudo de casos múltiplos, com abordagem descritiva e interpretativa, a partir de um recorte transversal (Capitão & Villemor-Amaral, 2016). O referencial teórico adotado pauta-se na concepção psicodinâmica de personalidade, na qual se consideram elementos inconscientes como componentes do comportamento humano. Recorreu-se a processos de avaliação psicológica enquanto estratégia de coleta de dados, focalizando variáveis da dinâmica familiar, do estilo parental e do funcionamento socioafetivo de genitores em exercício de guarda compartilhada, bem como de indicadores de saúde mental de seus filhos.

### **4.2. Considerações Éticas**

O projeto referente a esta pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética CAAE no. 89448918.8.0000.5407 (ANEXO 1). Para realização da coleta de dados com casos envolvendo processos judiciais foi necessária autorização judicial pelo juiz responsável da Vara da Família (ANEXO 2). Somente após a regularização dessas formalidades institucionais, os possíveis voluntários foram selecionados e convidados para o estudo.

Antes de iniciar aplicação dos instrumentos previstos neste estudo, a pesquisadora esclareceu, aos possíveis participantes, as informações básicas e os objetivos da pesquisa e ofereceu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, APÊNDICE A). Foi ressaltado o caráter voluntário da participação na pesquisa, a possibilidade de desistência a qualquer momento e a garantia do sigilo da identidade, respeitando os princípios de bioética em pesquisa envolvendo seres humanos. Quando o voluntário concordava em participar do estudo, concedia sua autorização mediante assinatura do TCLE. Foram disponibilizadas duas vias do documento, sendo uma entregue ao participante e outra arquivada com o restante dos materiais de pesquisa. Por fim, realizava-se um encerramento do contato com o voluntário na pesquisa por meio de formal agradecimento.

Aos participantes interessados em receber informações relativas ao processo avaliativo realizado foi disponibilizada a possibilidade de entrevista individual (devolutiva). Mediante solicitação do voluntário, as entrevistas devolutivas foram agendadas em dia, horário e local convenientes, expondo-se os principais resultados. Houve demanda por devolutivas em cinco participantes, as quais transcorreram de forma adequada.

### **4.3. Contextualização do campo de estudo**

Este trabalho foi desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, a partir de casos registrados no Fórum Estadual do Tribunal de Justiça dessa localidade. Nessa Comarca existem três Varas da Família e Sucessões, cada qual com seu juiz específico, atendendo a demandas relacionadas a divórcio, inventário, herança, interdição, investigação de paternidade, guarda de crianças e adolescentes, alimentos, regulamentação de visitas e alienação parental.

No caso de processos de disputa judicial envolvendo crianças e adolescentes, os juízes responsáveis pelas referidas Varas podem determinar a realização de um estudo psicológico e/ou social, desenvolvido por psicólogos e assistentes sociais lotados na referida Comarca. A partir da chegada de tais processos aos profissionais designados, estes iniciam a atuação nos casos com autonomia na decisão do uso de instrumentais e referenciais teórico-técnicos de atuação.

Nos casos de disputa de guarda, os psicólogos realizam a avaliação psicológica com o intuito de prover elementos aos operadores do direito, buscando construir uma dimensão interventiva no sentido de analisar o local subjetivo ocupado pela criança no casal parental, investigando potencialidades dos genitores para dar novos significados ao conflito instaurado e reorganizar a dinâmica familiar após o divórcio. Nesse sentido, cabe ao psicólogo oferecer informações e refletir, em conjunto com as partes, sobre a guarda compartilhada, seus benefícios e demonstrar a importância simbólica e prática de tal modalidade: a de que ambos os genitores são responsáveis pelo(s) filho(s), uma vez que a legislação brasileira atual a considera a norma quando em casos de rompimento conjugal.

Com a finalização da perícia, o psicólogo irá elaborar o relatório profissional concernente a sua atuação no caso, de forma a embasar o juiz na tomada da decisão judicial. Desta forma, a guarda compartilhada pode ser estabelecida a partir de determinação judicial após o estudo psicológico, em audiência de conciliação, após a realização de mediação familiar ou por acordo entre as partes na petição inicial.

Nota-se, portanto, que a guarda compartilhada de filhos possui atualmente imensa importância no contexto legal. Em contraponto, na prática enquanto psicóloga judiciária do TJSP de Ribeirão Preto (SP) pode-se notar resistência em operadores do direito e nos genitores envolvidos em tais disputas judiciais quanto a esta prática. Esse contexto motivou o presente estudo, viável pela experiência da pesquisadora enquanto psicóloga dentro do contexto judiciário, levando em consideração os diversos trâmites administrativos e éticos envolvidos.

#### **4.4. Participantes**

##### **4.4.1. Critérios de seleção dos participantes**

Foram incluídos no estudo aqueles genitores (pai e mãe) que, identificados em uma Vara de Família de Ribeirão Preto (SP) como vivenciando guarda compartilhada de seus filhos, preencheram os seguintes critérios:

- a) Concordância explícita de ambos os genitores para com a pesquisa;
- b) Exercício da guarda compartilhada há pelo menos um ano (de modo que essa modalidade de guarda tenha se efetivado como experiência significativa nos envolvidos). Para avaliar o tempo que a guarda compartilhada estava sendo exercida, tomou-se como referência as informações obtidas no primeiro contato telefônico de convite à pesquisa com um dos genitores;
- c) Genitores com filho(a) entre cinco e quinze anos de idade;
- d) Declarem-se heteroafetivos (figura materna exercida pela mãe biológica e figura paterna exercida pelo pai biológico).

Esses critérios buscaram limitar algumas variáveis intervenientes no estudo de casos, embora a complexidade do tema em foco seja por si elevada. Não houve restrição em relação ao sexo das crianças, assim como ao número de filhos desses genitores, tampouco ao tempo de relacionamento ou ao tipo de relação conjugal estabelecida previamente, isto é, se em união estável ou casamento. Também não houve controle do nível econômico e de escolaridade dos genitores.

Foram excluídos do estudo aqueles casos em exercício de guarda compartilhada em que houve:

- a) Aceite da pesquisa por apenas um dos genitores;
- b) Ausência de efetivo exercício da guarda compartilhada na vida cotidiana da família, a partir do relato dos genitores;



c) Genitores identificados, pelo contato com a pesquisadora, como portadores de quadros clínicos associados a comprometimentos perceptivos e lógicos (como deficiência intelectual e/ou quadros psicóticos) ou a limites sensoriais (impeditivos de aplicação de instrumentos de avaliação psicológica).

No caso de uma díade parental aceitar a pesquisa e possuir mais de um(a) filho(a) na idade considerada neste trabalho, selecionou-se como foco a criança na faixa entre sete a 10 anos. Isso foi efetuado na tentativa de aglutinar os casos em termos de desenvolvimento etário.

Aplicados os critérios de seleção (inclusão e exclusão), os genitores (pai e mãe) foram contatados pela pesquisadora em ordem aleatória, até se completar o número de sete casos completos, quando emergiram evidências de saturação (Minayo, 2017). Desse modo, a amostra foi composta por viabilidade prática, caracterizando-se como amostra de conveniência, constituindo-se como estudo de casos múltiplos (Capitão & Villemor-Amaral, 2016).

#### 4.4.2. Percurso Amostral

Apesar da existência de três Varas da Família na Comarca de Ribeirão Preto do TJSP e de todas terem sido contatadas pela pesquisadora, em apenas uma delas houve autorização formal do juiz responsável possibilitando o estudo. Para garantir os cuidados éticos necessários nesse contexto (“Segredo de Justiça”), a identificação dos possíveis participantes da pesquisa foi realizada pelo Cartório da respectiva Vara de Família, a partir dos registros existentes no período de outubro de 2016 a abril de 2018. Não foram autorizadas informações específicas sobre o número de casos de disputa de guarda de filhos e de guarda compartilhada registrados nessa Vara de Família, limitando a visualização do panorama de casos existentes nessa realidade para oferecer o contexto geral dessa pesquisa.

Inicialmente, o Cartório da Vara de Família autorizada para essa pesquisa levantou os casos de disputa de guarda cuja finalização foi o estabelecimento da guarda compartilhada no período de outubro a dezembro do ano de 2017, sendo identificados 26 processos. No entanto, em quatro processos a idade da criança não estava dentro do estabelecido para a pesquisa e em dois casos houve reconciliação dos genitores, sendo excluídos para possível convite ao estudo. Dos 20 processos restantes, o Cartório forneceu à pesquisadora o nome e os endereços dos genitores, sem quaisquer outras informações, conforme determinação do juiz responsável. Pela autorização conseguida, seria responsabilidade da pesquisadora buscar o contato com esses eventuais voluntários, os quais deveriam permitir o acesso aos dados dos registros oficiais, caso assim desejassem.

Para facilitar o acesso aos genitores indicados, em um primeiro momento, a pesquisadora buscou identificar seus contatos telefônicos a partir de dados disponíveis na internet (Plataforma Google, Lista Telefônica Online e Guia de Assinantes da Vivo). Dessa forma foi possível encontrar contatos telefônicos (residenciais ou de trabalho) de 26 possíveis voluntários dentre as 40 pessoas indicadas. A pesquisadora ativamente telefonou para esses números telefônicos, porém em oito casos havia equívocos (telefone inexistente, não atendeu chamada ou número equivocado), não permitindo o contato. Foi possível fazer o convite à pesquisa por telefone para 12 genitores a partir desses números telefônicos iniciais, sendo que oito indivíduos aceitaram a proposta, a saber: três genitoras, um genitor e duas díades de ex-cônjuges. Como um dos critérios da pesquisa era o aceite de ambos os genitores, por meio dessa estratégia inicial de contato telefônico, conseguiu-se apenas dois casos completos.

Para tentar acessar os demais casos de guarda compartilhada inicialmente identificados pelo Cartório, recorreu-se à estratégia de envio de carta convite à pesquisa aos respectivos endereços residenciais dos genitores. Foram enviadas 28 cartas aos remanescentes (14 díades de ex-cônjuges) explicando acerca da presente pesquisa, indicando o número de telefone da pesquisadora para que entrassem em contato, caso houvesse possibilidade de colaborar com o estudo. Houve apenas duas respostas a esta estratégia de contato: um genitor que aceitou participar da pesquisa e em seguida forneceu o telefone da ex-mulher, a qual também concordou com a proposta. No entanto, no dia agendado para coleta de dados, esse voluntário desmarcou e posteriormente informou não querer mais participar do estudo, sendo o caso descartado. O segundo aceite da pesquisa por meio das cartas foi o de uma genitora, a qual informou inexistir o exercício de guarda compartilhada na prática cotidiana, sendo este caso excluído. Não houve resposta das demais 26 cartas enviadas, evidenciando não se tratar de eficiente estratégia para acesso aos genitores indicados para o estudo.

Buscou-se, então, identificar e realizar contato inicial com esses genitores indicados pelo Cartório a partir de nova pesquisa na internet pela rede social Facebook. Por essa via foram encontradas seis pessoas, as quais foram convidadas ao estudo pela pesquisadora. Quatro não responderam ao convite da pesquisadora pelo Facebook, mas duas se manifestaram: um pai não aceitou participar do estudo e uma mãe respondeu positivamente ao convite, fornecendo o contato telefônico do ex-marido, o qual também aceitou participar da presente pesquisa, constituindo o terceiro caso completo do estudo.

A partir dessas diferentes estratégias de contato realizadas com os 20 possíveis casos fornecidos pelo Cartório da Vara da Família, foi possível constituir três casos para análise. Esses contatos iniciais da pesquisadora ocorreram no período de outubro a dezembro de 2018.

Em um segundo momento, conforme a disponibilidade do Cartório da Vara da Família, houve indicação de mais 39 processos para a pesquisa, referentes ao período de janeiro a setembro de 2017, cujo desfecho foi a determinação da guarda compartilhada. Em quatro desses casos as crianças não correspondiam à faixa etária do estudo e, em outros três casos, houve reconciliação dos genitores, restando 32 casos para possível contato da pesquisadora. Foram utilizados os mesmos mecanismos de busca dos contatos telefônicos desses genitores, identificando 23 registros telefônicos de possíveis voluntários. A pesquisadora realizou o contato telefônico com esses casos, com o seguinte resultado: houve o aceite de um caso completo (pai e mãe), 16 aceites parciais (ou do pai ou da mãe), os quais foram excluídos, e cinco negativas.

Em seguida, foi realizada a busca pelo Facebook dos genitores ainda não contatados, sendo encontrados mais oito possíveis participantes, devidamente convidados ao estudo pela pesquisadora. Desse processo houve o seguinte resultado: um aceite completo; três mães não receberam a mensagem enviada; dois pais e duas mães recusaram a pesquisa.

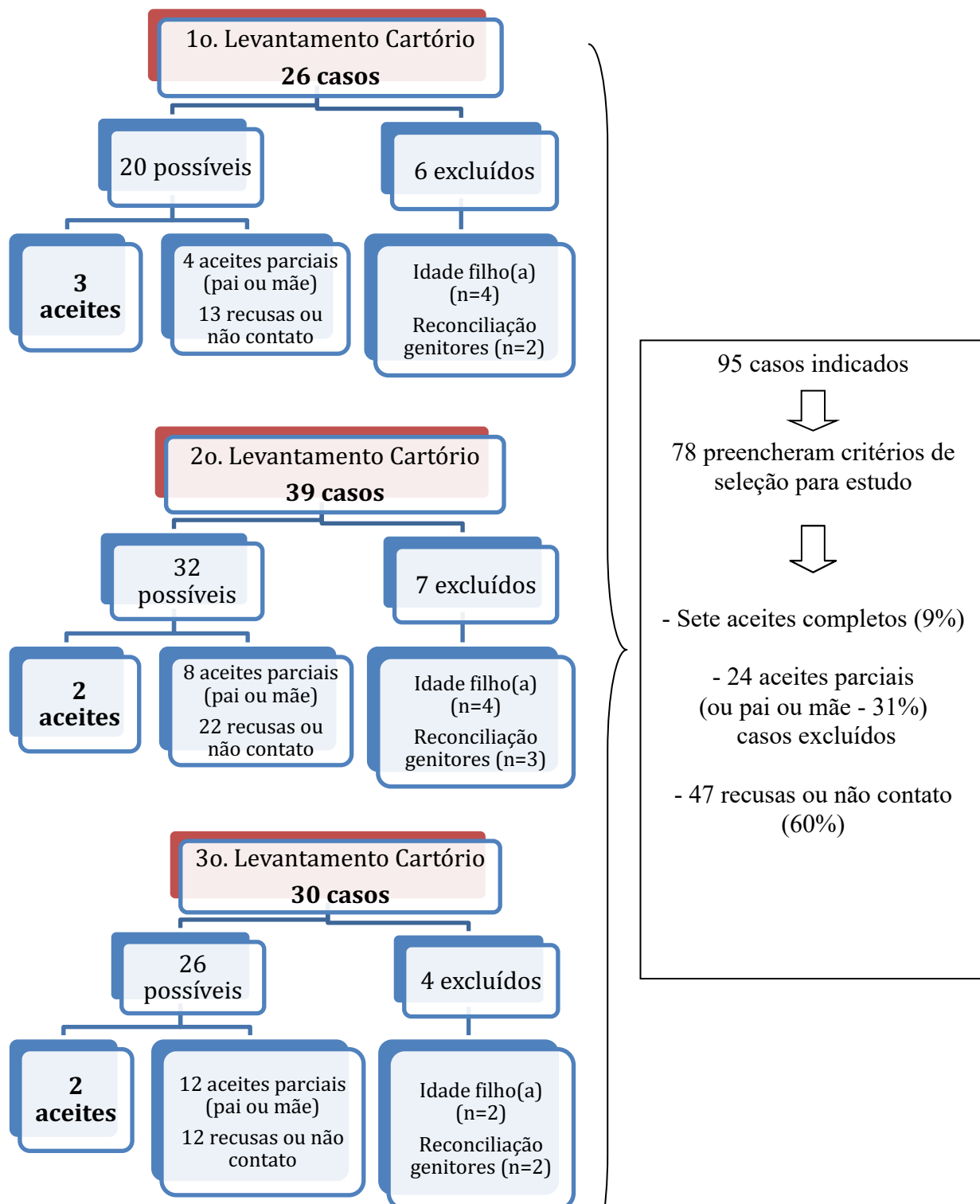
Diante do exposto, dos 32 possíveis casos de guarda compartilhada a partir do segundo levantamento do Cartório da Vara da Família, a pesquisadora efetivou convite a 19 possíveis casos. Houve o aceite de duas díades parentais para compor a amostra, além da recusa de 17 outros casos. Dessa forma, a pesquisadora conseguiu efetivar a avaliação desses casos do estudo no período de fevereiro a abril de 2019. Até então existiam cinco casos completos na pesquisa.

Em um terceiro momento, o Cartório da Vara da Família levantou informações sobre processos de guarda compartilhada no período de outubro a dezembro de 2016 e de janeiro a abril de 2018, conforme sua disponibilidade de funcionamento. Do período citado de 2016 foram encontrados sete processos, dos quais a pesquisadora conseguiu contato telefônico com três casos, entre os quais houve um aceite completo e duas recusas. Não foi possível efetivar contato com os demais casos remanescentes, nem por meio do Facebook.

Entre os meses de janeiro e abril de 2018 foram disponibilizados 23 processos de guarda compartilhada. Em dois deles a idade da criança não correspondia ao critério adotado no estudo e outros dois casos houve a reconciliação dos genitores. Dos 19 casos restantes, foram encontrados 11 contatos telefônicos, sendo que a pesquisadora conseguiu efetivar o convite para cinco desses casos, com um aceite e quatro negativas. Nos demais casos não foi possível obter o contato tanto pela busca telefônica, quanto pelo Facebook.

Desta forma, entre outubro de 2016 e abril de 2018, foram disponibilizados pelo Cartório um total de 78 processos de guarda compartilhada. Desse conjunto houve o aceite de sete díades parentais, 47 recusas no primeiro contato telefônico e/ou impossibilidade de contato com os possíveis participantes, além de 24 aceites parciais (ou pai ou mãe), sendo esses casos excluídos.

A partir das estratégias descritas foi possível completar sete avaliações, considerados suficientes para os objetivos propostos para a presente investigação (Minayo, 2017). O percurso amostral pode ser visualizado na Figura 1.



**Figura 1:** Percurso amostral do estudo.

Devido à temática do presente estudo, considera-se importante comentar alguns pontos nevrálgicos observados durante a tentativa de contato com possíveis participantes. Uma das genitoras contatadas informou que não estava em exercício da guarda compartilhada e, apesar do estabelecimento judicial incluindo as especificações de visitas, o pai havia deixado de realizá-las. Outros relatos apresentaram sinais de perpetuação do conflito entre os genitores mesmo na determinação judicial de guarda compartilhada. Assim, não se sentiam à vontade para informar o contato telefônico do outro genitor, indicando dificuldades relacionais persistentes. Houve, ainda, diversos participantes, os quais apresentaram mobilização frente à temática sobre a guarda compartilhada, com indicadores de desconfiança no convite feito pela pesquisadora, confirmando a complexidade inerente a esta investigação, como evidencia também a reduzida literatura científica a respeito do tema.

#### 4.4.3. Caracterização dos Participantes

A partir dos critérios adotados no estudo, foi possível realizar a avaliação de sete díades parentais, constituindo 14 participantes em exercício de guarda compartilhada, entre 24 e 49 anos, respectivos genitores de crianças e/ou adolescentes entre cinco e 15 anos de idade. Para caracterização desses casos avaliados elaborou-se a Tabela 1 que traz informações relativas a idade, escolaridade, nível econômico, estado civil atual e profissão das díades parentais. Os casos foram organizados levando em consideração a faixa etária dos filhos dos avaliados, sendo distribuídos do filho mais novo ao mais velho.

**Tabela 1:** *Características sociodemográficas dos casos avaliados.*

CASO	Genitor	Idade (anos)	Escolaridade	Nível Econômico*	Religião	Estado Civil	Ocupação
<b>01</b> Menino, 5 anos	Pai	38	Pós-Graduação	C1	Cristão	Divorciado	Motorista de Uber
	Mãe	35	Pós-Graduação	C1	Sem religião	Divorciada	Assistente Social
<b>02</b> Menino, 5 anos	Pai	27	Ensino Médio	B1	Evangélico	Divorciado	Motoboy
	Mãe	30	Curso Técnico	B2	Evangélica	Divorciada	Secretária
<b>03</b> Menino, 7 anos	Pai	27	Ensino Médio	A	Sem religião	Divorciado	Taxista
	Mãe	24	Ensino Médio	B2	Católica	União Estável	Desempregada

<b>04</b> Menino, 8 anos	Pai	43	Ensino Fundamental	C1	Católico	Divorciado	Cabeleireiro
	Mãe	42	Pós- graduação	B1	Católica	Divorciada	Coordenadora de treinamento
<b>05</b> Menino, 8 anos	Pai	34	Ensino Médio	B2	Evangélico	Divorciado	Vigilante
	Mãe	30	Ensino Fundamental	B2	Evangélica	Casada	Manicure
<b>06</b> Menino, 13 anos	Pai	43	Pós- Graduação	A	Católico/ Espiritualista	Divorciado	Empresário
	Mãe	41	MBA	A	Católica	Divorciada	Bancária
<b>07</b> Menina, 15 anos	Pai	47	Superior	A	Católico/Espírita	Divorciado	Representante Comercial
	Mãe	49	Superior	B1	Católica	Divorciada	Aposentada por saúde

\*A partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2016).

Os participantes da presente pesquisa possuem idade entre 24 e 49 anos, caracterizando-se como jovens adultos, em sua maioria. De modo geral, os participantes têm, pelo menos, o Ensino Médio, com duas exceções que possuem apenas o Ensino Fundamental. O nível econômico variou entre C1 e A, ou seja, pelo menos condição média em termos materiais.

Apenas dois participantes não referiram possuir religião, existindo diversidade de crenças, a saber: católica, espírita e evangélica. No que concerne ao estado civil, apenas duas participantes não estavam regularizadas enquanto divorciadas, sendo uma mãe que se casou novamente e outra que se encontra em união estável. Em termos ocupacionais, os participantes referiram diversificadas atividades laborais, incluindo cabeleireiro, coordenadora de treinamento, assistente social, motorista, representante comercial, vigilante, manicure, empresário, bancária, taxista, motoboy e secretária. Apenas duas mães não exerciam atividade de trabalho fora do lar, uma por estar aposentada (por problema de saúde) e outra por estar desempregada.

Depreende-se, portanto, que os indivíduos participantes dessa pesquisa retratam um grupo de genitores em idade jovem-adulta, produtiva, com algum credo religioso, economicamente estável e com bom nível de escolaridade. Apesar de comporem amostra de conveniência, pode-se considerar que retratam o existente no TJSP em relação aos casos de disputa de guarda de filhos, tendo chegado à opção pela guarda compartilhada como estratégia de cuidado da prole após divórcio.

#### 4.5. Instrumentos

Para a operacionalização do presente estudo foram utilizados os seguintes instrumentos no processo de coleta de informações sobre os casos:

#### 4.5.1. Roteiro de Identificação e Critério de Classificação Econômica Brasil

Foi elaborado pela pesquisadora um roteiro de identificação dos participantes do estudo e da sua constituição familiar, conforme apresentado no APÊNDICE B. O Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2016) foi acoplado a esse roteiro de modo a caracterizar o nível econômico dos participantes. Trata-se de instrumento disponível online (<http://www.abep.org/criterio-brasil>), classificando os indivíduos em função de levantamento de características dos domicílios (presença e quantidade de alguns itens considerados de conforto doméstico, além do grau de instrução). São atribuídos pontos em função dos itens disponíveis e é realizada sua soma total. O nível A corresponde ao mais elevado poder de compra, enquanto a classe E representa o mais baixo nível econômico (ANEXO 3).

#### 4.5.2. Entrevista semiestruturada

O roteiro de entrevista realizado por Silva (2003) foi adaptado pela pesquisadora, tendo por base os objetivos específicos deste estudo. Foram realizados questionamentos concernentes à constituição da guarda compartilhada, relacionamento entre os genitores e entre os genitores e o(s) filho(s). A entrevista foi realizada individualmente (e de forma independente) a ambos os genitores, com a finalidade de identificar variáveis relacionadas ao histórico das famílias participantes e seu processo de constituição da guarda compartilhada (APÊNDICE C). Referido instrumento foi utilizado com a finalidade de caracterizar a constituição familiar e compreender a consolidação da guarda compartilhada e sua operacionalização prática.

A partir dos objetivos desse estudo, foram elencados aspectos referidos na literatura como significativos para o exercício da coparentalidade, identificando-se as principais variáveis dessa prática no cotidiano e suas reverberações na dinâmica familiar. Assim, foram consideradas para cada caso: a forma que se constituiu o divórcio; a forma de instituição da guarda compartilhada; apresentação de sintomas ou comportamentos atípicos do(a) filho(a) como reação à separação conjugal; periodicidade do contato de cada genitor com o(a) filho(a); benefícios e danos da guarda compartilhada observados pela díade parental; frequência de participação atuante em atividades envolvendo o(a) filho(a); responsabilidade na colocação de regras e limites; relação entre os ex-cônjuges; apreciação geral da guarda compartilhada.

#### 4.5.3. Roteiro de entrevista para Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

Instrumento desenvolvido por Pizeta, Rodrigues, Loureiro, Pasian e Fontaine (2019) a partir de entrevista semiestruturada (Pizeta, 2014) para identificar indicadores de risco e proteção que influenciam no comportamento de crianças em idade escolar convivendo com depressão materna. Está estruturado como um inventário, cujos itens foram testados para a validade aparente e de conteúdo para posterior aplicação e verificação de suas propriedades psicométricas como parte de um instrumento sistemático que avalia recursos de proteção e cuidados (por meio da organização familiar) e variável de risco concorrente (crenças negativas).

O inventário é constituído de 42 itens em duas dimensões: (1) Organização Familiar, a qual possui 24 itens, com categorias que representam variáveis de recursos protetivos latentes relacionados à organização familiar; e (2) Crenças Negativas, composto por 18 itens relacionados às crenças negativas. A definição e operacionalização dos itens relacionados à organização familiar e crenças negativas consideraram variáveis relacionadas à percepção da habilidade familiar em exercer tarefas essenciais, incluindo a habilidade de: organizar regras e rotinas estabelecidas, reorganização em situações de adversidade e imprevistos, manutenção dos laços afetivos a despeito da presença de condições adversas, preservação do papel de cada membro e a percepção da eficácia dos recursos sociais e econômicos.

Tal instrumento foi utilizado com o intuito de encontrar indicadores de risco e recursos protetivos da díade parental no estabelecimento da rotina familiar. Para tanto, foi realizada análise sistemática dos relatos dos genitores pelo preenchimento do protocolo de codificação, visando a identificar a presença de recursos da organização familiar (protetivos) ou crenças negativas (risco). A categorização de tais cognições ocorreu seguindo a instrução do instrumento, com as seguintes definições:

- a) Ruminação: presença de verbalizações de ideias e pensamentos repetitivos e focalizados em aspectos negativos de si, do ambiente ou do outro, podendo ser expressa por repetições acerca do mesmo problema ou situação, destacando seus aspectos negativos e sem resolutividade.
- b) Negatividade: presença de verbalizações críticas ou expressões de desaprovação, rejeição ou hostilidade dirigida a si, ao outro ou a seu desempenho.
- c) Viés Cognitivo: denota a presença de verbalizações com distorções cognitivas, ou seja, erros sistemáticos na percepção e processamento das informações.

Após a categorização de cada entrevista, foi realizada a codificação atribuindo a cada questão analisada a seguinte pontuação:

- a) sobre os recursos protetivos: 1=presença de recurso de proteção; 0=ausência de recurso de proteção;



b) sobre as crenças negativas: 1=presença de Ruminação; 1=presença de Negatividade; 1=presença de Viés Cognitivo; 0=ausência de tais crenças negativas. Foi realizada a somatória dos recursos e das crenças negativas, separadamente, e realizada a comparação dos achados com resultados encontrados por Pizeta, Rodrigues, Loureiro, Pasian e Fontaine (2019). Os dados foram sistematizados posteriormente em formato de tabelas, visando a comparação dos recursos e crenças negativas da díade parental.

#### 4.5.4. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

Este instrumento investiga indicadores de saúde mental em crianças e adolescentes. Foi desenvolvido por Goodman (1997) e validado para a população brasileira por Fleitlich, Cortázar e Goodman (2000). Os estudos de fidedignidade foram realizados para a aplicabilidade na população brasileira a partir do *alfa* de *Cronbach* e teste-reteste, apresentando adequados indicadores psicométricos (Saur & Loureiro, 2012). Existe em três versões para aplicação a pais, a professores e para jovens a partir dos 11 anos. Neste estudo foi utilizada a versão para os pais. O questionário é composto por 25 itens, sendo 10 concernentes a capacidades e 15 referentes a dificuldades da criança. Estão subdivididos em cinco subescalas: Escala de Comportamento Pró Social; Escala de Sintomas Emocionais; Escala de Problemas de Conduta; Escala de Hiperatividade; Escala de Problemas de Relacionamento com os Colegas. Cada subescala contém cinco itens e as alternativas de resposta para cada item são: verdadeiro, mais ou menos verdadeiro e falso, com a pontuação variando entre zero a dois, sendo que cada subescala pode ser pontuada de zero a 10. O instrumento permite a obtenção de um escore total de problemas, com pontuação máxima de 40, o que corresponde à soma da pontuação das quatro subescalas de dificuldades (Sintomas Emocionais, Problemas de Conduta, Hiperatividade e Problemas de Relacionamento com os Colegas), sendo que quanto maior o escore, mais problemas comportamentais na área específica avaliada e no escore geral. Quanto maior a pontuação obtida na Subescala de Comportamento Pró Social, que corresponde às capacidades, mais recursos a criança apresenta. Para cada uma das cinco subescalas, o instrumento oferece notas relativas às classificações normal, limítrofe e anormal.

A partir do escore total das dificuldades referidas no instrumento, faz-se uma classificação geral do comportamento das crianças ou adolescentes sob a perspectiva dos genitores. Considerou-se como normal a pontuação entre 0 a 13 pontos, limítrofe entre 14 a 16 pontos e anormal aquele escore entre 17 e 40 pontos. A classificação específica em cada subescala seguiu o esquema:

Sintomas Emocionais: 0 – 3 = normal; 4 = limítrofe; 5 – 10 anormal

Problemas de Conduta: 0 – 2= normal; 3 = limítrofe; 4 – 10 anormal

Hiperatividade: 0 – 5= normal; 6 = limítrofe; 7 – 10 anormal

Problema com os Colegas: 0 – 2= normal; 3 = limítrofe; 4 – 10 anormal

#### 4.5.5. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

Este instrumento foi construído e validado por Gomide (2006), no contexto brasileiro, com bons indicadores psicométricos. Avalia o estilo parental, isto é, estratégias e técnicas utilizadas pelos pais para educar os filhos. O inventário é composto por 42 questões que correspondem a sete práticas educativas utilizadas pelos pais na interação com os filhos. As respostas são dadas com base em uma escala *Likert* de três pontos (0=nunca, 1=às vezes e 2=sempre). Para cada prática educativa foram elaboradas seis questões distribuídas ao longo do inventário. São duas as práticas consideradas positivas: (1) monitoria positiva – proporcionar ao filho conjunto de regras, garantir o seguimento de tais regras e ter ação disciplinar consistente quando são violadas; e (2) comportamento moral – transmissão de valores para a inibição de comportamentos antissociais; e cinco práticas consideradas negativas: (3) punição inconsistente – punição estabelecida a partir do humor do genitor, não levando em consideração o comportamento da criança; (4) negligência – pais não responsivos a necessidades do filho e que evitam situações difíceis; (5) disciplina relaxada – não cumprimento das regras estabelecidas; (6) monitoria negativa – fiscalização e ordens excessivas dadas aos filhos que geram uma relação baseada na hostilidade entre os pais e filhos; e (7) abuso físico - resultado da punição corporal com comportamentos que machucam fisicamente (Gomide, 2011).

O cálculo do índice de estilo parental é realizado a partir da soma das práticas positivas (1+2) e das práticas negativas (3+4+5+6+7), subtraindo-se as práticas negativas do conjunto de positivas. Obtém-se, dessa forma, o índice de estilos parentais (iep). Quando o índice de estilo parental é negativo indica prevalência de práticas parentais negativas (punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico) e, quando é positivo, aponta presença de práticas parentais positivas (monitoria positiva e comportamento moral) que se sobrepõem às negativas. O iep pode variar de -60, em que há a ausência de práticas positivas e presença total de práticas negativas, a + 24, com ausência de práticas negativas e presença total de práticas positivas. O índice é um escore bruto que deve ser transformado em nota percentual a partir de tabelas normativas (uma para os pais e outra para as mães), que permite identificar o estilo parental predominante. Os escores brutos são comparados aos dados normativos das práticas educativas maternas e paternas, separadamente, apresentando os índices percentuais (Gomide, 2011). Esses, por sua vez, são interpretados com base na seguinte classificação: 80% a 99%: Estilo

parental ótimo; 55% a 75%: Estilo parental bom, acima da média; 30% a 50%: Estilo parental regular, porém abaixo da média; 1% a 25%: Estilo parental de risco.

#### 4.5.6. Método de Rorschach (Escola Francesa ou de Paris)

Método projetivo de avaliação psicológica, composto por um conjunto de dez cartões padronizados com manchas de tinta (Rorschach, 1921) que, de acordo com sua fundamentação teórica, permite a avaliação de características da personalidade (Pasian, 2000). Os cartões são apresentados um a um, sendo solicitado ao examinando que diga com o que os estímulos apresentados podem parecer. A partir das respostas, é possível obter informações amplas acerca do funcionamento psicológico dos indivíduos. Neste estudo, dentre os diferentes sistemas avaliativos disponíveis, a opção escolhida como referencial técnico-científico foi da Escola de Paris/Francesa, conforme proposição apresentada classicamente por Rausch de Trautenberg (1998), contendo adequadas bases teóricas e empíricas deste método projetivo para avaliação da personalidade. As categorias de respostas são subdivididas em Localização, Determinantes, Conteúdo e Banalidades. Para análise dos casos deste trabalho foram utilizados os referenciais normativos do Rorschach desenvolvidos por Freitas (2016), englobando adultos da região de Ribeirão Preto (SP), compatíveis, portanto, com a faixa etária aqui focalizada.

Cada protocolo foi classificado pela pesquisadora e também por outra avaliadora, de modo a conferir precisão aos dados. As codificações das respostas dos participantes permitiram a elaboração da síntese quantitativa (psicograma) das variáveis da Escola de Paris do Rorschach, que foi utilizado para compreender a psicodinâmica de cada voluntário.

Para sistematizar a análise individual de cada participante diante do Método de Rorschach, considerou-se a proposição de Loureiro e Romaro (1985) em relação às funções psicológicas. Desse modo, foram consideradas as seguintes variáveis:

- a) Pensamento e Teste do Real: G%, D%, Dd%, Dbl%, F%, F+%, A%, K% e Ban%.
- b) Controle dos Impulsos: FC:(CF+C), K:(kan+kob+kp); FE:(EF+E); Fórmula da Angústia, Choques, Fórmulas Afetivas (Tipo de Ressonância Íntima=TRI; Segunda fórmula=Tendências Latentes; Terceira Fórmula=reatividade cromática).
- c) Relacionamentos Interpessoais: K, H, (H), Hd, (Hd), H% e FC.
- d) Mecanismos de defesa: K:(kan+kob+kp), FC:(CF+C),  $\sum C$ :  $\sum E$ , F+%, F%, K, kan e (H).

#### 4.5.7. Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister

Método projetivo de avaliação psicológica, constituído por quadrículos coloridos (10 cores subdivididas em 24 tonalidades). Este instrumento avalia aspectos da personalidade,

destacando principalmente a dinâmica afetiva e indicadores relativos a aspectos cognitivos. Os estudos psicométricos desse método projetivo foram realizados com grupos de pacientes e não pacientes, mostrando resultados altamente satisfatórios, possibilitando o uso válido e preciso desse instrumento avaliativo no Brasil, com diferentes faixas etárias (Villemor-Amaral, 2012). Para a análise dos dados, foram utilizadas as orientações e referenciais normativos fornecidos pelo manual do instrumento (Villemor-Amaral, 2013).

O Teste de Pfister foi usado com a finalidade de se obter indicadores acerca da dinâmica afetiva e aspectos cognitivos. A seguir a análise individual de cada produção foi sistematizada conforme proposta de Loureiro e Romaro (1985), organizada em funções psicológicas, a saber:

- a) Pensamento e Teste do Real: Aspecto Formal, Modo de Colocação, Br%, Az%, Vd% e Br%.
- b) Controle dos Impulsos: SN%, SE%, SF%, SI%, Cores elevadas ou rebaixadas, trocas.
- c) Relacionamentos Interpessoais: Vd% e Ma%.
- d) Mecanismos de defesa: SI%, Az%, Cores elevadas e rebaixadas, Síndromes elevadas e rebaixadas.

As variáveis selecionadas, representativas das funções psicológicas, são consideradas úteis para a compreensão de determinantes associados à coparentalidade, identificando-se características e potencialidades para exercício do cuidado com os filhos, sendo este benefício à criança. No que concerne aos métodos projetivos de avaliação psicológica, Rovinski (2013) traz a perspectiva de que estes podem contribuir para se obter conhecimento aprofundado da dinâmica psíquica de cada genitor avaliado, podendo favorecer a própria compreensão do relacionamento entre o ex-casal, avaliação de interesse e empatia com o outro, flexibilidade ou rigidez cognitiva, comportamentos nas tomadas de decisões, ansiedade, desordem do pensamento, entre outros componentes que interferem nas interações estabelecidas e necessárias para adequado exercício da coparentalidade.

## **4.6. Procedimentos**

### **4.6.1. Coleta de Dados**

O processo de coleta de dados ocorreu em ambiente suficientemente adequado para as atividades e para garantir o sigilo profissional, sendo definido por conveniência com cada participante, a partir de sua preferência e disponibilidade. Dentre os 14 participantes, em nove voluntários a avaliação foi realizada nas residências dos mesmos. Também foi utilizado o

ambiente laboral de dois participantes e, outros em três casos, o processo de coleta de dados foi realizado nas dependências do Centro de Pesquisas em Psicodiagnóstico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP).

Em todos os voluntários, a aplicação dos instrumentos foi antecedida pela leitura do TCLE e o trabalho foi realizado individualmente, em contextos com a devida privacidade para a realização de avaliação psicológica. Esta ocorreu em um único encontro com cada participante, com duração média de duas horas. Em cada díade avaliada, a sequência do contato foi iniciada por um dos genitores que, no geral, indicava a forma de acesso ao outro, o que ocorreu apenas por conveniência nas interações.

Após a concordância na participação e a assinatura do TCLE por cada indivíduo, os instrumentos propostos para esse estudo foram aplicados na seguinte ordem: Roteiro de Identificação, Critério de Classificação Econômica, Entrevista Semiestruturada, Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas, Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), Inventário de Estilos Parentais (IEP), Método de Rorschach e Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. O processo de aplicação e de análise dos instrumentos psicológicos seguiu as instruções contidas nos respectivos manuais técnicos, conforme descrito nos materiais.

#### 4.6.2. Análise dos Dados

Inicialmente fez-se a sistematização dos resultados individuais em cada técnica de avaliação psicológica, baseando-se em seus respectivos manuais ou trabalhos científicos de referência. Em seguida procurou-se organizar as informações a partir de abordagem descritivo-interpretativa para cada membro da díade parental, buscando compreender a dinâmica pessoal e relacional existente no exercício da guarda compartilhada, segundo autorrelato do participante.

Primeiramente buscou-se caracterizar a estrutura familiar existente em cada um dos sete casos avaliados e como os genitores vivenciaram o processo de separação conjugal, relacionamento de cada um dos participantes com o(a) filho(a) e o atual exercício da guarda compartilhada. Para essa caracterização as informações foram retiradas da entrevista semiestruturada realizada com cada genitor, sistematizadas em tabelas descritivas a partir das variáveis: constituição do divórcio; instituição da guarda compartilhada; reação da criança a separação de seus genitores; periodicidade do contato com o(a) filho(a); benefícios e danos da guarda compartilhada; participação em atividades com o(a) filho(a); regras e limites; interação entre ex-cônjuges.

Para complementar dados relativos à dinâmica familiar desses casos, utilizou-se os achados do Inventário de Organização Familiar e de Crenças Negativas. Examinou-se, a partir da visão de cada genitor, a força dos recursos familiares existentes, bem como de suas crenças negativas, seguindo-se orientações técnicas desse instrumento (Pizeta, Rodrigues, Loureiro, Pasian & Fontaine, 2019).

A seguir foram sistematizadas as informações relativas às práticas educativas relatadas por cada genitor no Inventário de Estilos Parentais (IEP). Novamente esses achados foram sistematizados de forma descritiva, a partir da visão de cada genitor nos sete casos avaliados. Procurou-se examinar os estilos de coparentalidade conforme proposto por Maccoby, Depner e Mnookin (1990), a saber: a) cooperativa (baixos de conflito, simetria nos planos parentais); b) conflituosa (elevado nível de conflito); c) descomprometida (ausência de plano parental conjunto).

Vistas essas características dos cuidados parentais, foram organizados os relatos dos pais sobre o comportamento de seu(u) filho(a), conforme diretrizes técnicas do SDQ. Foram considerados os resultados no total de indicadores e nas subescalas de problemas de comportamento, bem como de recursos potenciais nas crianças. Nesse sentido, cada resultado pode ser considerado como normal, limítrofe ou anormal, conforme diretrizes do instrumento (Saur & Loureiro, 2012).

Para a avaliação das características de personalidade dos genitores foram consideradas variáveis do Método de Rorschach e do Teste de Pfister, a partir da proposição avaliativa de Loureiro e Romaro (1985), examinando diferentes funções psicológicas. Apesar de o único artigo nacional encontrado (Silva & Vieira, 2018) sobre a relação entre personalidade e parentalidade é referente a revisão integrativa da personalidade e traz a perspectiva de que os estudos internacionais referentes a tal associação, em sua maioria, possuem como modelo teórico predominante os Cinco Fatores da Personalidade, optou-se nesse estudo a proposição avaliativa de funções psicológicas citada acima por considerá-la mais ampla e que poderia abarcar uma maior gama de características da personalidade dos participantes, com maior possibilidade de analisar as potencialidades referentes ao exercício da parentalidade e proteção desenvolvimental dos filhos. Nesse sentido, foram sistematizados indicadores relativos ao funcionamento lógico e teste da realidade, controle dos impulsos, relacionamento interpessoal e mecanismos de defesa de cada genitor, apresentados em tabelas descritivas. Essas informações permitiram análise interpretativa sobre características de sua dinâmica psíquica.

Essas variáveis, por fim, foram qualitativamente classificadas como consistentes (ou não) com as práticas educativas e estilos parentais de cada genitor, numa abordagem qualitativa integrativa dos achados individuais, realizada pela pesquisadora. Por fim, procurou-se contrapor

essas informações com o autorrelato dos pais sobre os indicadores de saúde mental infantil, a partir do SDQ, de modo a examinar possíveis sinais de consistência (ou não) entre práticas educativas e o comportamento infantil, conforme avaliação dos próprios genitores em exercício de guarda compartilhada.

O conjunto destas informações foi sistematizado para cada díade parental, compondo diferentes “estudos de caso” (n=7), apresentados sequencialmente nos resultados. Os achados serão apresentados de forma didática, por instrumento avaliativo, de modo a permitir uma visão específica de seus indicadores técnicos, sendo posteriormente integrados em análise articuladora das principais informações. Destaque interpretativo foi elaborado para marcar especificidades e componentes compartilhados entre os casos, de modo a compreender o exercício da guarda compartilhada em nossa realidade sociocultural contemporânea.

## 5. RESULTADOS

### 5.1. ESTUDO DE CASO 1: GUARDA COMPARTILHADA DE CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR COM PAIS RESIDINDO EM CIDADES DIFERENTES

#### 5.1.1. Dados de identificação e constituição familiar

O Caso 1 se refere a um menino de cinco anos, cujos pais se divorciaram há dois anos e meio. Esse menino convive atualmente com ambos os genitores e, segundo seus relatos, dividem os cuidados da criança e participam ativamente de sua rotina de atividades. Uma síntese dessas informações pode ser visualizada na Tabela 2.

**Tabela 2:** Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 1.

Membro	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filho	5	EI	Estudante	Solteiro
Mãe	35	PG (Serviço Social)	Assistente Social	Divorciada
Pai	38	PG (Gestão Empresarial)	Motorista de Uber	Divorciado
Avó Materna	61	EM	Aposentada	Casada

*Legenda:* EI= Ensino Infantil, EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio, PG = Pós-Graduação.

A partir do divórcio da díade parental houve modificação do espaço físico vivenciado pelo filho, sendo este dividido entre residência materna e paterna. Houve mudança de cidade da genitora, porém com ambos os pais participando ativamente de atividades envolvendo o filho. A recomposição da estrutura familiar implicou no auxílio concreto da avó materna, moradora da nova casa da mãe. Dessa forma, a constituição familiar configura-se enquanto família estendida.

A rotina constituída no momento da coleta encontrava-se em um período de transição e adaptação familiar, visto que a genitora se mudou de cidade devido a questões relativas a trabalho e tinha planos de retornar a Ribeirão Preto quando possível. Dessa forma, o genitor (que reside em Ribeirão Preto) se locomove até a nova cidade em momentos que há reuniões escolares e/ou quando a genitora necessita de algum suporte, uma vez que ele possui trabalho com horários flexíveis.



Um dia típico do filho, nesse contexto, é representado pela frequência escolar no período matutino, sem outros compromissos regulares, sendo que a genitora o leva à escola e a avó materna é a responsável por buscá-lo. É esta avó que permanece com a criança no período vespertino até a mãe retornar do trabalho no final da tarde.

### 5.1.2. Entrevista semiestruturada

As informações obtidas por meio das entrevistas com os pais permitiram a compilação dos dados sintéticos presentes na Tabela 3. Têm-se uma visão panorâmica sobre as principais variáveis relacionadas ao divórcio e ao estabelecimento da guarda compartilhada do filho.

**Tabela 3:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 2 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual	Consensual
Instituição GC	Acordo inicial, sem conflitos	Acordo inicial, sem conflitos
Reação da criança ao divórcio	Não apresentou comportamentos inadequados	Não apresentou comportamentos inadequados
Periodicidade contato com o filho	Diária, pernoite materna, exceção finais de semana	Diária, pernoite materna, exceção finais de semana
Benefícios da GC	Vínculo paterno	Presença paterna
Danos da GC	Não referidos	Não referidos
Participação nas atividades do filho	Constante	Constante
Regras e limites educativos	Ambos	Ambos
Relação ex-cônjuge	Excelente	Muito positiva
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

Os participantes permaneceram em relacionamento por oito anos e consideraram que o divórcio foi estabelecido de forma consensual e a guarda compartilhada foi determinada a partir de acordo realizado na petição inicial, sem denotar conflito frente ao seu estabelecimento. Não houve disparidades nos relatos da díade parental no que concerne ao filho, seus cuidados,

periodicidade de contato com cada genitor e tarefas com o filho, mesmo com a mudança de município de residência da genitora.

Ambos consideraram a guarda compartilhada positiva à criança, atribuindo importância pela efetiva participação paterna na convivência e ocupações da criança, englobando questões relativas à educação, saúde e estabelecimento de regras e limites. Destacaram uma divisão equilibrada do contato com o filho, sendo que este era diário a ambos até a mudança de cidade da genitora.

No momento da entrevista, a genitora residia com o filho em outro município (saiu de Ribeirão Preto) devido a realocação por sua atividade laboral, contando com a ajuda da avó materna para eventualidades. Porém, já estava se programando para retornar a Ribeirão Preto, por considerar importante a presença física paterna. Ambos consideraram que a GC continua a ser exercida, ressaltando a proximidade afetiva, financeira e concreta do genitor com a criança. Relataram exemplos práticos desta participação concreta em questões envolvendo a educação do filho, como presença conjunta em reunião com a professora sobre a adaptação da criança a essa nova circunstância. O pai, por sua ocupação laboral permitir autodefinição de seus horários de atividades, frequentemente se desloca à cidade da genitora para auxiliar em imprevistos nas atividades relativas ao filho.

Não houve diferenças na avaliação a respeito da adaptação do filho ao divórcio, sendo que os dois referiram que ele não apresentou comportamentos desadaptativos neste processo. Ambos os participantes consideraram seu relacionamento como positivo após o divórcio.

### 5.1.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

Com foco nas variáveis relacionadas à rotina familiar de cuidados para com a criança, a Tabela 4 sintetiza os principais achados a partir da percepção de ambos os genitores.

**Tabela 4:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas da diade parental do Caso 1.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	39 (↑)	35 (↑)
Crenças Negativas	0 (↓)	1 (↓)

Os participantes apresentaram resultados acima da média para a utilização dos recursos parentais na manutenção das atividades diárias do filho, assim como quase ausência das crenças

negativas. Evidenciaram boa organização familiar, a qual se mostrou condizente com as necessidades de desenvolvimento de seu filho.

Por esses achados pode-se pensar que esses genitores conseguiram preservar, após seu divórcio, as funções parentais de modo saudável. Manifestaram lidar de forma positiva com imprevistos na rotina e organizarem-se de forma equilibrada entre as obrigações laborais e as necessidades do âmbito familiar.

#### 5.2.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

As práticas educativas dos genitores foram identificadas a partir dos dados do IEP. Estes dados foram sistematizados na Tabela 5.

**Tabela 5:** *Práticas educativas e Estilo Parental dos genitores do Caso 1.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
	Monitoria Positiva	10	11
	Comportamento Moral	6	12
	Punição Inconsistente	3	4
	Negligência	1	2
	Disciplina Relaxada	1	0
	Monitoria Negativa	5	3
	Abuso Físico	0	1
	Pontos	6 (60%)	13 (90%)
Estilo Parental	Classificação	Bom	Ótimo

O genitor apresentou estilo parental classificado como bom, com práticas educativas focalizadas nos cuidados do filho por meio de estratégias de Monitoria Positiva (aproximar-se do filho, oferecendo-lhe segurança do ponto de vista afetivo, indagando sobre as atividades realizadas pela criança e dispondo-se a auxiliá-lo quando avalia que o filho possui dificuldades ou problemas) e menor pontuação em Comportamento Moral (orientando o filho a partir de sua visão de mundo, ressaltando que, no momento, devido à idade da criança seu maior objetivo é brincar; destacou o ensino do compartilhar brinquedos e desculpar-se quando faz algo considerado errado). Apresentou pontuações em práticas negativas, ressaltando a Monitoria Negativa

(insistência para que o filho lhe relate o que se passa, ainda que contrariado, quando percebe que o mesmo não parece bem).

A genitora evidenciou estilo parental classificado como ótimo e práticas educativas positivas, com destaque para Monitoria Positiva. Ela se mostrou consciente dos processos adaptativos do filho, principalmente nesse atual momento de mudanças, denotando atuar de forma ativa quando percebe que ele precisa de auxílio. Também enfatizou uso de práticas educativas vinculadas ao Comportamento Moral, com indicativos de manter um diálogo aberto com a criança sobre questões consideradas certas e erradas no comportamento e desenvolvimento. De modo geral, obteve maior pontuação nas práticas positivas e menor nas estratégias negativas. No entanto, dentro das práticas negativas, obteve a maior pontuação na Punição Inconsistente, demonstrando que por vezes seu humor influencia na forma como tenta orientar a correção de algum comportamento errático do filho.

O exercício da coparentalidade destes voluntários sinalizou-se como cooperativo, pois apesar do distanciamento físico, ambos participam ativamente da organização da rotina da criança. Acompanham suas atividades escolares e extracurriculares de forma congruente, inclusive desenvolvendo planos parentais conjuntos com comunicação ativa, assim como demonstraram baixo nível de conflito.

#### 5.2.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

O comportamento da criança foi examinado pela díade parental conforme diretrizes do SDQ. Os achados estão sistematizados na Tabela 6.

**Tabela 6:** *Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 1 pela díade parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	10	3
	Classificação	Normal	Normal
Escala Emocional	Escore	3	0
	Classificação	Normal	Normal
Problemas de Conduta	Escore	0	0
	Classificação	Normal	Normal
Hiperatividade	Escore	5	0
	Classificação	Normal	Normal

Relacionamento com colegas	Escore	5	3
	Classificação	Anormal	Limítrofe
Comportamento Pró-Social	Escore	9	8
	Classificação	Normal	Normal

Os participantes apresentaram percepções consonantes acerca do comportamento do filho, sem indicadores clínicos no total de dificuldades e nas subescalas de Sintomas Emocionais, Problemas de Conduta e Hiperatividade, reconhecendo bons recursos pró-sociais na criança. Ambos os pais reconheceram algumas dificuldades do filho no tocante ao relacionamento com colegas, sendo mais fortemente apontadas pelo pai (classificação anormal). Sob a perspectiva paterna, o filho possui funcionamento introversivo, preferindo brincar sozinho, levando tempo para se adaptar à presença de outras crianças em situações sociais, como em festas infantis e parquinhos. Na análise da mãe o relacionamento do filho com colegas obteve classificação limítrofe, visto que considera que existam alguma resistência inicial à interação com outras crianças, mas que consegue estabelecer vínculo e realizar brincadeiras com adultos. Ambos consideraram que essas dificuldades relacionais pouco atrapalham a rotina da criança.

#### 5.2.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

Os indicadores relativos à personalidade obtidos pelo Rorschach e Pfister dos genitores foram organizados em termos de função psicológica, para facilitar análise integrativa. Os achados compõem a Tabela 7.

**Tabela 7:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 1.*

Método	Variável	Pai	Mãe	
Projetivo	G%	57 ↑	35 x	
	Modos apreensão	D%	43 x	55 ↑
		Dd%	-	10 ↓
	Rorschach	Dbl%	-	-
		F%	79% ↑↑	45 ↑

Determinantes	F+%	81 ↑	100 ↑↑
	K%	-	5 ↓
Conteúdos e banalidade	A%	29 ↓	30 ↓
	Ban%	36 ↑	10 ↓
		TIO	Formação camada
Aspecto formal	Tapete Furado		Tapete Furado
	Tapete Furado		Formação camada
Pfister	Ascendente, direta		Direta
	Modo colocação	Ascendente	Descendente
		Ascendente, direta	Ascendente, Direta
Cores	Br%	4 ↓↓	16 ↑↑
	Az%	27 ↑↑	9 ↓↓
	Vd%	20 <i>x</i>	11 ↓

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média; TIO = Tapete com Início de Ordem.

Os indicadores de funcionamento lógico e teste do real do Rorschach paterno foram sugestivos de boa habilidade cognitiva e abstrata, com abertura ao contato com a realidade. Sinalizou adaptação lógica, conseguindo apreender elementos relevantes do ambiente, com precisão e ajuste formal. O controle interno tende a funcionar pela intelectualização, com pensamento que busca síntese e sistematização, denotando certo distanciamento dos aspectos afetivos, percepção associada ao senso comum e conformismo social. O Pfister sugeriu certa constrição e repressão dos afetos, com busca pelo equilíbrio interno por meio racional.

A produção da genitora diante do Rorschach sugeriu adequados recursos intelectuais, com abordagem intelectualizada da realidade e inibição da afetividade. A genitora apresentou diversidade de interesses e atividade imaginativa pessoal, apesar de baixo nível de abstração no compartilhamento com o grupo social. Os dados do Pfister apontaram indícios de funcionamento cognitivo instável, com vulnerabilidade por insuficientes mecanismos de controle lógico.

**Tabela 8:** Indicadores do controle dos impulsos dos genitores do Caso 1.

Método	Variáveis	Pai	Mãe	
Projetivo				
Rorschach	Relação	FC: CF + C	1:0	2:4
	determi-	K: kan + kob + kp	0:0	1:4
	nantes	FE: EF + E	1:0	0:0
Fórmulas		$\sum K: \sum Cp$	0:0,5 (coartado)	1:5 (E.D.)
		$\sum k: \sum Ep$	0:1 (coartativo)	4:0 (I.P.)
	Vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	36% (ambigual)	40% (ambigual)
	Fórmula da Angústia	21% ↑	20% ↑	
	Choques	Prancha IX	-	
	Normalidade	67% ↑	40% ↓	
	Síndromes	Estímulo	36% x	35% x
	*	Fria	54% x ↑	38% ↓
Pfister		Incolor	10% ↓	16% x
		↑	Az Vm	Vm Vi Br Ma
	Cores	↓	La Br Ma	Vd Az Am Ci Pr

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

Apesar da restrição afetiva, o genitor apontou, a partir dos indicadores do Rorschach, adequado controle racional dos impulsos, mas com rebaixamento das expressões afetivas e retraimento da personalidade, dos interesses vitais e investimentos psíquicos. Pelo Pfister houve indicativos de conflito interno, com grande repressão e rígido controle dos aspectos emocionais para a manutenção do equilíbrio. Houve indicadores de esforço para a manutenção de conduta adequada, no entanto, com o rebaixamento de elementos estabilizadores de suas vivências emocionais.

A partir dos dados do Rorschach materno, notou-se esforço racional de contenção dos afetos, porém com preservação das vivências emocionais. A genitora apresentou indicativos de riqueza afetiva em sua personalidade, mas com dificuldade em utilizar construtivamente seus recursos, sinalizando angústia. No mesmo sentido, os dados do Pfister indicaram sinais de

impulsividade, tensão, angústia e extroversão, ligados às esferas mais primitivas, assim como mecanismos insuficientes de controle emocional e dificuldade em canalizar expressões de maneira adequada e adaptada.

**Tabela 9:** *Indicadores do relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 1.*

Método Projetivo	Variáveis		Pai	Mãe
Rorschach	Determinantes	K	-	1
		FC	1	2
		H, (H)	1, 3	1, 1
		Hd, (Hd)	1, 0	1, 1
		H%	36 (↑)	20 (↑)
Pfister	Cores	Vd %	20 x	11 ↓
		Ma %	-	11 ↑↑

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os dados do Rorschach paterno indicaram interesse para o contato interpessoal, no entanto, com pouca afetividade e abordagem mais objetiva da realidade. A partir dos dados do Pfister houve indicadores positivos no contato com o outro, denotando funcionamento de forma adaptada.

No tocante aos sinais sobre relacionamento interpessoal do Rorschach materno notou-se abordagem restrita para o contato, porém com preservação afetiva nas interações. A partir do Pfister, no entanto, a genitora evidenciou rebaixamento da disponibilidade para os relacionamentos interpessoais e atitude restritiva e de apego ao concreto como estratégia defensiva.

**Tabela 10:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 1.*

Método Projetivo	Variáveis		Pai	Mãe
	Determinantes	F+%	81 ↑↑	100 ↑↑
		F%	79% ↑↑	43 ↑
		K	-	1 (+)
		kan	-	1 (+)



Rorschach				
	Relação entre	K: kan+ kob + kp	0:0	1:4
	Determinantes	FC: CF + C	1:0	2:4
		$\Sigma C: \Sigma E$	0,5:1	5:0
	Conteúdo	(H)	3	1
		SI%	10 ↓	16 x
		Az%	27 ↑↑	9↓↓
Pfister				
		↑	Az Vm	Vm Vi Br Ma
	Cores	↓	La Br	Vd Az Am Pr Ci
		↑	SN	-
	Síndromes	↓	SI	SN SF

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média;

SN= Síndrome Normal; SI = Síndrome Incolor; SF= Síndrome Fria.

A partir dos dados do Rorschach, o pai sinalizou esforço intelectualizado de controle dos afetos, com empobrecimento no investimento emocional. A partir do Pfister denotou exacerbação da razão para manter conduta normal e adaptada, com certa estabilidade e equilíbrio emocional, apesar de de falta de elementos estabilizadores internos.

A partir do Rorschach a mãe evidenciou mecanismos defensivos baseados na racionalidade, porém, com maior expressão afetiva e dinamismo. No entanto, houve indicadores de presença de angústia e rebaixamento no equilíbrio emocional, dificuldade de canalizar as expressões de forma adaptada. O Pfister apontou adequados estabilizadores defensivos, no entanto, instáveis. Evidenciou a possibilidade de descargas afetivas explosivas, com possível descontrole da ação, denotando dificuldade de elaboração emocional.

### 5.2.7. Análise integrativa dos achados do Caso 1

Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 1, podemos sistematizar as seguintes informações:

- a) A guarda compartilhada é efetivamente exercida pela díade parental, mesmo com os genitores residindo temporariamente em municípios diferentes. Apesar desse fato, a rotina foi constituída com o apoio social da avó materna e o genitor frequenta a cidade onde a mãe trabalha atualmente, participando de diversas atividades envolvendo o filho. Ambos se consideram como responsáveis pelo estabelecimento de rotina diária, colocação de regras e limites, sendo que há comunicação e diálogo frente às práticas educativas. Consta a informação de que há divisão equilibrada dos custos financeiros com relação aos cuidados com o filho, funcionando bem o acordo verbal entre os pais.
- b) Os dois participantes consideraram a guarda compartilhada positiva para o filho, principalmente por esta possibilitar o contato com ambos os pais.
- c) Os dois genitores apresentaram bons recursos na rotina de organização familiar e quase ausência de crenças negativas.
- d) Os pais sinalizaram estilos parentais adequados, sendo que a mãe apresentou em sua maioria estratégias positivas, enquanto o pai evidenciou algumas práticas de monitoria negativa. Depreendeu-se que a coparentalidade exercida por esta díade parental é cooperativa, com comunicação de boa qualidade e baixo nível de conflito.
- e) As características de personalidade dos participantes denotaram abertura ao contato com a realidade externa. O pai apresentou indicadores de esforço intelectualizado no controle dos afetos, enquanto a mãe demonstrou contenção dos afetos, porém associado a dinamismo afetivo e preservação das vivências emocionais, mas com certo rebaixamento de interesse nos relacionamentos.
- f) A partir da perspectiva da díade parental, essa criança de cinco anos não apresentou dificuldades em termos de saúde mental, embora ambos reconheçam algumas resistências no relacionamento com colegas. Os dois participantes apresentaram visões consonantes de que o filho possui bons recursos adaptativos à realidade externa.

## **5.2. ESTUDO DE CASO 2: GUARDA COMPARTILHADA DE PRÉ-ESCOLAR EM PROCESSO DE LITÍGIO CONJUGAL**

### **5.2.1. Dados de identificação e constituição familiar**

O caso 2 se refere a um menino de cinco anos, cujos genitores mantiveram relacionamento por quatro anos e estão separados há três. A criança convive intensamente com ambos os genitores e eles dividem ativamente as responsabilidades com o filho, participando da organização familiar e residencial, cada qual em seu ambiente. Além disso, o filho convive com o irmão materno, sendo que este também possui forte vínculo afetivo com o genitor desta pesquisa, tratando-o como seu pai. Além dessas pessoas, a criança convive de forma intensa com os avós paternos, avós maternos, com a tia paterna e tio materno.

**Tabela 11:** *Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 2.*

Membro	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filho	5	1º ano EF	Estudante	Solteiro
Mãe	30	CT	Secretária	Divorciada
Pai	27	EM	Motoboy	Divorciado
Irmão Materno	7	2º ano EF	Estudante	Solteiro
Avô Paterno	59	EF	Zelador	Casado
Avó Paterna	52	EF	Do lar	Casada
Tia Paterna	18	EM	-	Solteira
Tio Materno	26	EM	Tapeceiro	Solteiro
Avó Materna	60	EF	Do lar	Divorciada

*Legenda:* EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; CT= Curso Técnico.

A genitora iniciou o relacionamento com o genitor após já ter vivenciado uma dissolução marital, possuindo um filho de seis meses do primeiro relacionamento. Devido à relação conflituosa com o pai de seu primeiro filho, este se referia ao genitor entrevistado enquanto seu pai e tinha forte vínculo afetivo com o mesmo.

Após o rompimento do relacionamento conjugal entre os participantes, ambas as crianças continuaram residindo com a mãe, a qual se mudou para casa da avó materna, e o genitor retornou à residência de seus pais. Apesar da manutenção do contato com o filho biológico, houve o distanciamento afetivo e físico do filho do primeiro relacionamento da genitora. Dessa forma, a

reconstituição desse caso se estabeleceu enquanto família estendida, em que ambos os pais contam com o apoio social dos avós e todas as figuras participam ativamente de atividades envolvendo a criança em foco.

Diante de tal realidade, no momento da entrevista, um dia típico da criança se constituía em ir à escola, sendo levado por motorista contratado (em veículo de Van Escolar). Permanecia na escola em período integral, retornando à residência materna no final da tarde, onde ficava sob os cuidados da avó e o irmão maternos. Mais tarde, a genitora chegava do trabalho e assumia os cuidados com a criança em foco.

### 5.2.2. Entrevista semiestruturada

As informações derivadas da entrevista com os genitores foram sistematizadas para permitir visão geral do contexto de vida da criança. Estes dados compõem a Tabela 12.

**Tabela 12:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 2 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Litigiosa (ele entrou)	Litigiosa (ela entrou)
Instituição GC	EPS + AC	Instrução advogada + EPS + AC
Reação do filho ao divórcio	Não observou	Choro, solicitava o pai e avós paternos.
Periodicidade contato com o filho	Finais de semana alternados + um dia da semana; Livre.	Durante semana com a mãe, final de semana pai; Livre. Mais contato com as duas famílias, contato constante com o pai, responsabilidades mútuas.
Benefícios da GC	Presença paterna	Mais contato com as duas famílias, contato constante com o pai, responsabilidades mútuas.
Danos da GC	Tratamento ≠ no sentido emocional	Não observou
Participação nas atividades do filho	Constante	Constante

Regras e limites educativos	Pai	Mãe
Relação ex-cônjuge	Evitação; Realizada por intermédio da avó paterna, poucas exceções.	Tranquila, apenas sobre o filho; conflito no âmbito financeiro.
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

*Legenda:* EPS = Estudo Psicossocial; AC = Audiência de Conciliação.

Os participantes informaram que o processo foi estabelecido de forma litigiosa, no entanto, cada um se considerou responsável pela instauração do divórcio, relatando que a outra parte dificultou o andamento do processo. A mãe informou ter sido a responsável por entrar com o processo de divórcio, desejando a guarda unilateral do filho. Em seu relato, apenas posteriormente e por orientação de advogada acerca da maior possibilidade de sucesso da guarda compartilhada, é que o pai pleiteou esta modalidade de guarda em sua ação judicial de divórcio. Contudo, na perspectiva paterna foi ele quem iniciou o processo. A parte concordante do relato foi a de que o conflito permeou grande parte do processo, tanto devido à modalidade de guarda da criança quanto a questões financeiras e, principalmente, de alimentos. A definição da guarda compartilhada, segundo o pai, foi a partir da realização de estudo psicossocial e posterior audiência de conciliação, sendo que ele realizou o pedido de guarda compartilhada no sentido processual. Para a mãe, além de tais recursos judiciais, informou ter sido orientada pela advogada sobre a guarda compartilhada, pois possuía entendimento equivocado sobre tal modalidade e, ao ser esclarecida a respeito, aceitou este acordo.

O genitor não observou comportamentos adversos no filho devido à separação conjugal. Por outro lado, a genitora revelou que a criança chorava e solicitava presença do pai e avós paternos, atribuindo também a esse fator sua aceitação da guarda compartilhada. Sobre a frequência do contato com o filho, ambos informaram que este ocorre de forma livre, com maleabilidade na interação e possibilidade de participação de ambos conforme as necessidades e seu desejo. Referiram que, de modo geral, a criança permanece durante a semana com a genitora e aos finais de semana e alguns dias da semana com o genitor.

Com respeito a benefícios da guarda compartilhada, ambos referiram a presença paterna como importante nesse contexto. A mãe relatou ainda a divisão das responsabilidades com relação ao filho e o contato com a família extensa do genitor como positivo. Sobre os danos da guarda compartilhada, o pai referiu a percepção de que em seu ambiente familiar o filho tem um contato

mais afetivo que na casa da genitora, o que pode ocasionar à criança certa confusão e maior desejo de permanecer na casa paterna. A mãe afirmou não observar prejuízos associados à guarda compartilhada.

Ambos informaram participação constante nas atividades gerais envolvendo a criança e cada qual considerou ser o responsável por colocar regras e limites, ressaltando que no outro ambiente familiar tais cuidados não ocorrem. No que concerne aos cuidados concretos do filho, os dois participantes trouxeram o relato de que este sempre fora dividido, ainda quando estavam casados e que ambos realizavam as atividades externas da criança, como levar à creche ou a acompanhamentos médicos, em conjunto.

Acerca do relacionamento entre os ex-cônjuges, o pai afirmou ter melhorado, mas apesar disso, ainda é conflituoso, relatando evitar o contato com a genitora. Seus diálogos são relativos ao filho e ocorrem, em sua maioria, por meio de mediação da avó paterna. A genitora, por outro lado, informou que a comunicação ocorre de forma tranquila ao que concerne o filho, porém, no âmbito financeiro, mesmo que seja relacionado a questões envolvendo a criança, ainda há conflitos. De modo geral, ambos consideraram a guarda compartilhada como positiva ao filho.

### 5.2.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

A organização familiar foi foco de investigação por meio dos relatos de ambos os pais à pesquisadora, permitindo identificação de recursos e de crenças negativas associadas aos cuidados com o filho. Estas informações constam na Tabela 13.

**Tabela 13:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 2.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	30 (↑)	32 (↑)
Crenças Negativas	-	1

*Legenda:*  $x$  = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os participantes apresentaram resultados acima da média para a utilização dos recursos parentais na manutenção das atividades diárias do filho, assim como quase ausência das crenças negativas. Nota-se que os valores foram bastante próximos nos recursos referidos pelos genitores em termos de sua organização familiar. Desse modo, pode-se depreender que, na perspectiva de ambos os pais, há adequadas condições familiares para acompanhar as necessidades da criança, sem sinalizadores de preocupações ou pensamentos negativos que interfiram nesses cuidados.

#### 5.2.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

A partir dos achados com o IEP foi possível caracterizar as práticas educativas dos genitores, permitindo identificação de seu estilo parental. Estas informações constam na Tabela 14.

**Tabela 14:** *Práticas educativas e Estilo Parental dos genitores do Caso 2.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
	Monitoria Positiva	11	11
	Comportamento Moral	6	9
	Punição Inconsistente	0	2
	Negligência	0	0
	Disciplina Relaxada	0	4
	Monitoria Negativa	1	5
	Abuso Físico	0	0
	Pontos	16 (95%)	9 (75%)
Estilo Parental	Classificação	Ótimo	Bom

O pai apresentou estilo parental Ótimo, sinalizando práticas educativas positivas, com foco na Monitoria Positiva. Isso pode ser exemplificado pela proximidade afetiva construída com o filho, determinação de regras e limites de forma a explicitar a importância de tais medidas, assim como mostrar-se disponível à criança para abordar temáticas pertinentes a seu desenvolvimento. Além disso, o pai recorreu a estratégias pautadas no Comportamento Moral, demonstrando manter diálogo aberto com a criança, de forma lúdica, a respeito de comportamentos sociáveis e corretos. A partir de seu relato notou-se quase ausência de práticas negativas em seus cuidados com o filho.

A genitora, por outro lado, apresentou estilo parental classificado como bom, com destaque às práticas parentais positivas. Em termos de Monitoria Positiva referiu explicar as regras estabelecidas de comportamento, bem como seus motivos, assim como interessar-se em auxiliar as necessidades do filho. Pautou-se também por práticas de Comportamento Moral, explicitando à criança sobre a importância de ser sincero em diversas situações e sobre a forma de se portar entre suas amigas. No entanto, referiu práticas parentais negativas, com as maiores

pontuações em Disciplina Relaxada, demonstrando realizar ameaças para que o filho lhe obedeça e mesmo que ele não a escute, não as cumpre. Outro exemplo desta prática ocorre quando a mãe o coloca de castigo e o filho solicita liberação da punição, ela assim o faz. Além disso, evidenciou práticas de Monitoria Negativa ao realizar controle rígido sobre os locais frequentados pelo filho e suas companhias.

Podemos considerar que a coparentalidade dessa díade parental ocorre de forma descomprometida. Há o envolvimento assíduo de cada genitor na vida do filho (por exemplo, quando a criança está na casa de cada um, este é o responsável por seus cuidados), no entanto, não há um plano parental conjunto. Além disso, há reduzida comunicação relativa ao filho com sinais de conflito quando há comunicação interparental.

#### 5.2.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

A percepção dos pais sobre o comportamento do filho foi examinada pelo SDQ, em termos de indicadores de saúde mental. Os achados constam na Tabela 15.

**Tabela 15:** *Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 2 pela díade parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	4	7
	Classificação	Normal	Normal
Escala Emocional	Escore	1	0
	Classificação	Normal	Normal
Problemas de Conduta	Escore	1	3
	Classificação	Normal	Limítrofe
Hiperatividade	Escore	2	3
	Classificação	Normal	Normal
Relacionamento com colegas	Escore	0	1
	Classificação	Normal	Normal
Comportamento Pró-Social	Escore	8	9
	Classificação	Normal	Normal

Ambos os participantes consideraram que o comportamento do filho não traz indicadores de dificuldades em quaisquer dos elementos avaliados pelo SDQ. Reconhecem bons recursos pró-



sociais na criança. Para a genitora, entretanto, o filho apresentou pequenas dificuldades no sentido de Problemas de Conduta, com alguns rompantes de agressividade verbal e pelo fato de ele preferir atividades solitárias, o que levou à classificação como Limítrofe nesta subescala. Também identificou adequados recursos do filho em termos sociais, como apontado pelo genitor.

#### 5.2.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

O levantamento de indicadores do funcionamento psicológico dos genitores foi realizado por meio do Rorschach e do Pfister, sendo seus principais indicadores técnicos apresentados nas próximas tabelas. A Tabela 15 destaca os sinais referentes ao funcionamento lógico.

**Tabela 16:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 2.*

Método	Variável	Pai	Mãe		
Rorschach	Projetivo	G%	69↑↑	42 x	
		Modos	D%	23 ↓	58 ↑
		apreensão	Dd%	8↓	-
			Dbl%	-	-
	Determinantes	F%	39 x ↑	33 x	
		F+%	100 ↑↑	75 ↑	
		K%	-	-	
		Conteúdos e banalidade	A%	54 x	42 ↓
			Ban%	31 x ↑	25 x
		Pfister	Aspecto formal	Formação Camada	Formação Camada
Formação Alternada	Formação Camada				
Tapete Furado	Formação Camada				
Modo colocação	Ascendente, Inversa		Descendente, Direta		
	Ascendente, Direta		Descendente, Direta		
	Ascendente, Direta		Descendente, Direta		

Pfister			
Cores	Br%	20 ↑↑	-
	Az%	16 x ↓	31 ↑↑
	Vd%	11 ↓	-

*Legenda: x = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.*

Os dados obtidos a partir do Rorschach paterno acerca do funcionamento lógico e teste do real sugerem tendência a apreender as situações em seu conjunto e modo de pensar propenso à generalização. Sinalizou busca de síntese e sistematização, com abordagem mais intelectualizada e socializada da realidade, com êxito nos esforços de intelectualização, denotando rigidez e valorização de controle intelectual. Evidenciou rigor lógico e retraimento da personalidade em termos imaginativos. Houve bom uso dos mecanismos automatizados do pensamento e adequação do nível de abstração compartilhada pelo grupo social, evidenciando apropriada adaptação sócio-intelectual e vínculo com a realidade. Segundo o Pfister, o pai apresentou bons recursos no funcionamento cognitivo e emocional, porém com tendência a um trato não satisfatoriamente amadurecido das emoções, originando tensões.

A partir do Rorschach materno têm-se indicadores de acentuada busca de adaptação às exigências do meio, funcionando com inteligência prática e boas resoluções adaptativas. Sinalizou atividade reguladora da razão e do pensamento, com rigor lógico e retraimento da personalidade, mantendo a atenção precisa, mas com pobreza imaginativa. A partir do Pfister, houve indicadores de acentuação do controle cognitivo das emoções, tendendo a atitude estereotipada na forma de colocar-se no mundo, com possível supressão e constrição dos afetos, resultando em atitude supercontroladora com estratégia defensiva.

**Tabela 17:** *Indicadores do controle de impulsos dos genitores do Caso 2.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe	
projetivo	Relação entre	FC: CF + C	2:2	2:0
	determinantes	K: kan + kob + kp	0:2	0:2
Rorschach		FE: EF + E	0:2	2:1
	Fórmulas	$\sum K: \sum Cp$	0:3 (E.P.)	0:1 (coartativo)
	Vivenciais	$\sum k: \sum Ep$	2:2 (ambigüal)	2:2 (ambigüal)
	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	23% (introversivo)	25% (introversivo)	

		Fórmula da Angústia	-	33%
		Choques	Prancha II e IV	Prancha IX
Pfister	Síndromes *	Normalidade	36 ↓	38 ↓
		Estímulo	20 ↓	38 x ↑
		Fria	38 ↓	62 ↑
		Incolor	40 ↑↑	-
Cores	↑	Br Pr Vi	Az Vi Am La	
	↓	Vd Vm Am Ma Ci	Vm Vd Ma Pr Br Ci	

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

A partir dos indicadores obtidos no Rorschach, o genitor denotou presença de vivência emocional parcialmente coordenada pela racionalidade, porém com instabilidade e espontaneidade nas trocas interpessoais. Os indicadores apontaram ricas vivências internas, caracterizando um estilo ambigüal. A partir dos achados do Pfister, tem-se rebaixamento na capacidade de manutenção de uma conduta adaptada e na manifestação afetiva, focalizando mecanismos para negar e reprimir tais manifestações, sugerindo fuga de situações afetivas, a partir de forte função repressora e retraimento defensivo, denotando insegurança.

Os dados do Rorschach materno indicaram controle racional sobre o emocional, porém com alto nível de angústia e empobrecimento afetivo. A partir do Pfister indicou sobrecarga afetiva e busca de autocontenção, podendo ocasionar conflito psíquico, com reduzidos elementos de estabilização interna.

**Tabela 18:** *Indicadores do relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 2.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo			
	K	-	-
Rorschach	Determinantes		

		FC	2	2
	Conteúdo	H, (H)	-	0, 1
		Hd, (Hd)	-	3, 1
		H%	-	42 (↑↑)
Pfister	Coors	Vd	11 ↓	-
		Ma	2 ↓	-

*Legenda:* ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

Os dados obtidos com o Rorschach indicaram reduzido interesse no contato humano pelo pai, procurando conter racionalmente sua expressão afetiva. A partir do Pfister o genitor apresentou rebaixamento na sensibilidade emocional, o que pode ocasionar diminuição na abertura aos relacionamentos e retraimento social.

A genitora, por sua vez, apresentou no Roschach indícios de forte desejo de contato com o outro, porém sem grande criatividade. No entanto, os achados do Pfister apontaram dificuldade de adaptação ao ambiente pelo enrijecimento afetivo e por atitudes estereotipadas que evitam o contato emocional em profundidade, tendendo também ao retraimento social.

**Tabela 19:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 2.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo			
	F+%	100 ↑↑	75↑
Determinantes	F%	39 x ↑	33 x
	K	-	-
Rorschach	kan	1	1
Relação entre	K: kan+ kob + kp	0:2	0:2
Determinantes	FC: CF + C	2:2	2:0
	∑C: ∑ E	3:2	1: 2
Conteúdo	(H)	-	1
	Síndrome Incolor %	40 ↑↑	-

	Azul %		16 x ↓	31 ↑↑
Pfister	Cores	↑	Br Pr Vi	Az Vi Am La
		↓	Vd Vm Am Ma Ci	Vm Vd Ma Pr Br Ci
	Síndromes	↑	SI	SF
		↓	SN SE SF	SN SI

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média;

SI= Síndrome Incolor; SN = Síndrome Normal; SF= Síndrome Fria; SE = Síndrome do Estímulo.

A partir do Rorschach, ao que concerne aos mecanismos de defesa, o pai sinalizou o controle defensivo pela racionalidade, apresentando eficiência dos esforços de intelectualização e extrema rigidez, com a valorização de contato pelo funcionamento lógico ao invés de contato espontâneo, ocasionando distanciamento dos aspectos afetivos. A partir do Pfister houve sinais de fuga das situações afetivas por mecanismos repressores, com função de negar e atenuar os estímulos, acompanhados de fragilidade e insegurança. Assim, evidenciou retraimento defensivo, com dificuldade em canalizar as emoções de forma adequada e presença de ansiedade.

A genitora apresentou indicadores no Rorschach condizentes com a coordenação dos afetos a partir do funcionamento lógico, apresentando, entretanto, maior manifestação emocional e expressão afetiva e menor carga defensiva e desgaste nas vivências afetivas. A partir do Pfister sinalizou rigidez no controle afetivo, com possível constrição da vida emocional, sentimentos de ambivalência e de inferioridade, assim como rebaixamento de elementos estabilizadores internos. Os dados ainda sinalizaram dificuldade na manutenção de comportamento adaptado e presença de ansiedade e tensão, o que pode sugerir desequilíbrio emocional.

### 5.2.7 Análise integrativa dos achados do Caso 2

Busca-se, nesse momento, estratégia para descrever e compreender múltiplas variáveis e vivências associadas ao exercício de guarda compartilhada de filhos, após divórcio conjugal. A partir da perspectiva de Estudo de Caso alcança-se o nível descritivo e interpretativo de principais achados, podendo-se sistematizar as seguintes informações a respeito do Caso 2:

- a) O casal parental possuiu rompimento afetivo permeado por litígio. Após a realização de estudo psicossocial no âmbito judiciário e audiência de conciliação, foi possível o estabelecimento da guarda compartilhada, a qual ocorre de forma concreta. Os genitores apontaram certas divergências nos relatos, mas pareceram dividir as responsabilidades nos cuidados com o filho, com liberdade deste para transitar entre suas residências.
- b) No que concerne aos benefícios da guarda compartilhada, o pai referiu sua participação efetiva no cotidiano e decisões relativas ao filho. A mãe, por sua vez, relatou o contato da criança com o pai e sua família, assim como referiu a divisão das responsabilidades educativas como um fator positivo.
- c) Ambos os participantes apresentaram resultados acima da média em termos de recursos parentais presentes na organização familiar. Enquanto o pai não denotou crenças negativas permeando suas práticas educativas, a mãe apresentou resultados quase nulos nesse construto.
- d) Sobre os estilos parentais, o genitor apresentou estilo parental Ótimo, enquanto a genitora apresentou estilo parental Bom. Desta forma, estes genitores sinalizaram possibilidades educativas compatíveis ao socialmente esperado em seu contexto sociocultural. A coparentalidade é exercida de forma descomprometida, com comunicação rudimentar e com o envolvimento de cada genitor na vida da criança, porém não de forma congruente e sem planejamento parental conjunto.
- e) No que se refere às características de personalidade, o pai apresentou funcionamento rígido, com abordagem mais intelectualizada da realidade, com mecanismos de repressão das vivências afetivas e reduzido interesse no contato interpessoal. A mãe denotou acentuação do controle cognitivo das emoções e maior interesse no contato humano, embora permeado por alguma instabilidade emocional.
- f) Sobre os indicadores de saúde mental, ambos apresentaram percepções harmônicas, considerando o comportamento da criança como adequado em termos de desenvolvimento, o que levou à classificação de normalidade. A genitora, no entanto, realizou pequenas pontuações no que concerne aos Problemas de Conduta, o que gerou classificação limítrofe nessa subescala.

### **5.3. ESTUDO DE CASO 3: GUARDA COMPARTILHADA DE CRIANÇA ESCOLAR COM FAMÍLIA RECONSTITUÍDA E ESTENDIDA**

#### **5.3.1 Dados de identificação e constituição familiar**

O caso 3 se refere a um menino de seis anos, filho de genitores que ficaram casados por três anos e estão separados há três. A criança convive com ambos os núcleos familiares, com

alternância de residências. No entanto, os cuidados prioritários são realizados pela família paterna, centralizada nos avós paternos devido a questões de trabalho dos genitores, possuindo maior convivência concreta com essa parte da família.

**Tabela 20:** *Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 3.*

Membro	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filho	6	1º ano EF	Estudante	Solteiro
Mãe	24	EM	Desempregada	Divorciada
Pai	27	EM	Taxista	Divorciado
Irmã	5	EI	-	-
Avô Paterno	80	EF	Aposentado	Casado
Avó Paterna	67	EF	Diarista	Casada
Primo	19	SI	Estudante	Solteiro
Madrasta	30	EF	Recepcionista	Solteira
Padrasto	24	EM	Marceneiro	Solteiro
Irmão Padrasto	19	SI	Estudante	Solteiro

*Legenda:* EI= Ensino Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; SI= Superior Incompleto.

Após o divórcio, a residência fixa das crianças se estabeleceu no âmbito paterno, com os avós paternos auxiliando nos cuidados dos filhos. Houve recomposição familiar com a inserção de companheiros por parte dos dois genitores e a introdução da presença do irmão do atual companheiro da mãe. Dessa forma, essa família foi estendida e reconstituída.

A partir do estabelecimento da guarda compartilhada e com a residência fixa da criança na residência dos avós paternos, um dia típico pode ser assim descrito: os cuidados primários são realizados prioritariamente pela avó paterna, que o acompanha à escola no período da manhã e às atividades extracurriculares (judô e natação), levando-o de volta à residência. O pai retorna do trabalho à tarde e permanece com o filho até o momento de dormir. O convívio com a genitora é realizado aos finais de semana.

### 5.3.2. Entrevista semiestruturada

As informações retiradas da entrevista realizada com os genitores foram sistematizadas em indicadores compactos presentes na Tabela 21. Os achados ilustram variáveis relacionadas ao processo de divórcio e da instituição da guarda compartilhada.

**Tabela 21:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 3 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual, mesmo advogado	Consensual, mesmo advogado
Instituição GC	Acordo inicial	Quer GU, acordo inicial
Reação do filho ao divórcio	Solicitava sua mãe	Perguntava se os pais retomariam relacionamento
Periodicidade contato com o filho	Semana com o pai e avós paternos; finais de semana com a mãe; Livre	Semana com o pai e avós paternos; finais de semana com a mãe; Livre
Benefícios da GC	Convívio constante com os dois genitores	Convívio constante com os dois genitores
Danos da GC	Falta da mãe, carência	Terceirização de atividades, distanciamento
Participação nas atividades do filho	Constante	Nula
Regras e limites educativos	Pai e avó paterna	Mãe e avó paterna
Relação ex-cônjuge	Amigável, diálogo aberto	Amigável, diálogo aberto
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

*Legenda:* GU= Guarda Unilateral.



Os participantes relataram, de forma concordante, que o divórcio foi estabelecido de maneira consensual, inclusive utilizando o mesmo representante legal para a instauração do processo. Estabeleceram a guarda compartilhada de forma direta a partir de acordo na petição inicial, apesar da genitora verbalizar que gostaria de ter obtido a guarda unilateral. Sobre esse aspecto, a mãe sinalizou labilidade afetiva e sofrimento, ao relatar que gostaria de ser a cuidadora primária de seus filhos, porém isso se tornou inviável por condições financeiras e seu horário de trabalho.

Sobre questões comportamentais atípicas apresentadas pelo filho como resposta ao divórcio, o genitor informou que a criança solicitava muito a presença materna, uma vez que a residência física ficou consigo. Já a genitora afirmou que o filho lhe indagava quando os pais retomariam o casamento. Ambos referiram abertura e liberdade de trânsito entre as residências paterna e materna, apesar de existir acordo informal de que o filho permaneça com o pai durante semana e com a mãe aos finais de semana. Relataram existir abertura para que tal configuração seja revista quando há desejo dos genitores ou das crianças.

No entanto, de forma concreta no cotidiano, o filho permanece na residência paterna, sendo que aos finais de semana fica com a mãe. Frente a tal configuração, a genitora demonstrou sofrimento e trouxe desejo de maior presença na vida dos filhos, sendo que atribuiu o estabelecimento de tal configuração por considerar que o pai tem melhores condições financeiras e apoio dos avós, uma vez que a genitora relatou que seu ritmo de trabalho dificultava os cuidados das crianças. Como desdobramento de tal configuração, a genitora referiu que sua participação em atividades relacionadas a seus filhos é inexistente, considerando que o genitor também possui pouca participação, uma vez que também tem horário de trabalho comercial.

Sobre os benefícios da guarda compartilhada, inicialmente, o genitor considerou que a separação do casal parental não pode ser avaliada como um benefício aos filhos, e sim como motivo de angústia. Acerca desse tema, trouxe relatos de sua vivência como filho de pais separados, analisando ter sido essa uma questão bastante sofrida para si. Porém, sobre a guarda compartilhada após a existência de um término de relacionamento, os participantes consideraram, de forma consonante, que a possibilidade de convívio com ambos os genitores traz benefícios ao desenvolvimento do filho.

Quanto aos danos, o pai referiu perceber a falta que o filho sente da mãe, o que repercute em carência afetiva. Para a genitora, o dano percebido é que na atual configuração familiar, ela avalia não conseguir participar na rotina diária de atividades dos filhos, em função do distanciamento físico. Cada genitor referiu ser o responsável pelo estabelecimento de regras e limites em seu ambiente residencial, porém ambos relataram que a avó paterna funciona como

referência constante na efetivação de condutas educativas. Ambos relataram possuir relação amigável entre si na atualidade. Consideraram a guarda compartilhada, de modo geral, positiva. A mãe informou que atualmente sua relação com a avó paterna é permeada por respeito, no entanto, ponderou que a mesma não lhe avisa acerca de atividades relativas ao filho, por exemplo, de festividades escolares. Buscou manter contato direto com a escola, mas pela existência da guarda compartilhada estabelecida judicialmente, esta não lhe repassa as informações solicitadas.

### 5.3.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

A rotina da organização familiar também foi investigada nesta com ambos os genitores. Os achados relativos aos recursos e às crenças negativas compõem a Tabela 22.

**Tabela 22:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 3.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	30 (↑)	33(↑)
Crenças Negativas	4 (x)	5 (x)

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

O genitor apresentou pontuação acima da média para os recursos familiares e dentro da média para as crenças negativas. Evidenciou sinais de negatividade, com presença de críticas e hostilidade dirigida a si mesmo no que concerne à participação concreta e ativa nos cuidados despendidos ao filho, devido ao seu horário laboral. Sinalizou também percepção negativa relativa aos rendimentos familiares e ruminação, focalizando aspectos negativos referentes à sua divisão entre as atividades domésticas e cuidados com o filho, contrapondo seus longos períodos fora de casa e as necessidades do filho no cotidiano.

A genitora pontuou acima da média para os indicadores de organização familiar e às crenças negativas, evidenciando mais recursos e mais crenças negativas que o genitor. Nas crenças negativas, a genitora apresentou pontuação em negatividade e ruminação na percepção do que a criança precisa em seu cotidiano, negatividade na percepção sobre suas reações quando o filho não obedece às ordens, sobre suas reações quando os problemas se repetem e nas expectativas frente a situações novas ou difíceis.

### 5.3.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

As informações relativas às práticas educativas concretizadas por cada genitor permitiram identificar seus estilos parentais, a partir do IEP. Estes dados estão presentes na Tabela 23.

**Tabela 23:** *Práticas educativas e Estilo Parental dos genitores do Caso 3.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
Monitoria Positiva		12	11
Comportamento Moral		12	9
Punição Inconsistente		0	2
Negligência		3	3
Disciplina Relaxada		1	0
Monitoria Negativa		8	3
Abuso Físico		0	0
Pontos		12 (85%)	12 (80%)
Estilo Parental	Classificação	Ótimo	Ótimo

Os participantes apresentaram estilos parentais classificados como ótimos, focalizando suas práticas educativas na Monitoria Positiva, com intenso envolvimento nas atividades que se referem ao filho e à forma que este se adapta a novas situações. Sinalizaram conhecer como a criança reage frente às adversidades, proporcionando ao filho conjunto de regras e limites e ação disciplinar efetiva quando este os desobedece. Além disso, referiram práticas educativas pautadas pelo chamado Comportamento Moral, onde os genitores buscam transmitir ao filho seus valores relativos à participação em grupo de amigos, uso de substâncias psicoativas e forma de se colocar no ambiente escolar.

A maior diferença entre os genitores foi na prática de Monitoria Negativa, em que o pai obteve a maior pontuação dentre as práticas negativas. A genitora obteve pequenas pontuações nas práticas negativas de Negligência e Monitoria Negativa. É interessante notar como as informações advindas do IEP evidenciaram estilos parentais adequados, mesmo que a mãe tenha referido inicialmente forte distanciamento da rotina de atividades do filho. Os comportamentos de Monitoria Negativa do genitor foram expressos a partir da fiscalização excessiva do filho, insistindo para que ele fale de seus sentimentos, com controle exacerbado sobre amizades e horários de atividades.

O exercício da coparentalidade pareceu cooperativo, uma vez que, apesar de contato restrito com os filhos, há baixo nível de conflito e comunicação positiva interparental. Nos momentos em que estão com os filhos, sinalizaram simetria nos planos parentais e na percepção de cuidados e necessidades da criança.

### 5.3.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

Com relação ao comportamento do filho, os pais apresentaram suas análises independentes a partir das diretrizes do SDQ. Os achados constam na Tabela 24.

**Tabela 24:** *Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 3 pela díade parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	4	11
	Classificação	Normal	Normal
Escala Emocional	Escore	0	4
	Classificação	Normal	Limítrofe
Problemas de Conduta	Escore	1	3
	Classificação	Normal	Limítrofe
Hiperatividade	Escore	3	2
	Classificação	Normal	Normal
Relacionamento com colegas	Escore	0	2
	Classificação	Normal	Normal
Comportamento Pró-Social	Escore	8	9
	Classificação	Normal	Normal

Ambos os genitores consideraram os comportamentos do filho dentro da classificação normal. A genitora apontou sinais de dificuldade no filho quanto a Sintomas Emocionais, relatando que algumas vezes ele se mostra excessivamente preocupado e com indicativo de insegurança. Na percepção materna o filho também apresenta comportamentos de briga com seus pares e, por vezes, mente aos pais, pontuando em Problemas de Conduta, alcançando classificação limítrofe, ou seja, sem caracterizar problemas clínicos nessa área.

### 5.3.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

As informações relativas à organização e ao funcionamento psicológico dos pais foram buscadas a partir do Método de Rorschach e do Teste de Pfister, como ocorreu nos demais casos avaliados. Os achados estão apresentados nas próximas tabelas, sendo que dados sobre funcionamento lógico compõem a Tabela 25.

**Tabela 25:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 3.*

Método	Variável	Pai	Mãe	
<b>Projetivo</b>				
Rorschach		G%	34 ↓	33 ↓
	Modos apreensão	D%	38 <i>x</i>	53 ↑
		Dd%	27 ↑	13 <i>x</i> ↓
		Dbl%	-	-
	Determinantes	F%	52 <i>x</i> ↑	73 ↑
		F+%	73 ↑	64 <i>x</i>
		K%	10 <i>x</i>	6 ↓
	Conteúdos e banalidade	A%	45 <i>x</i>	73 ↑
		Ban%	20 <i>x</i> ↓	20 <i>x</i> ↓
			TIO	Tapete Furado
Aspecto formal		TIO	Tapete Furado	
		Tapete Furado	Tapete Puro	
Pfister	Modo colocação		Ascendente, Simétrica	Ascendente, Inversa
			Ascendente, Direta	Descendente, Direta
			Descendente, Direta	Ascendente, Alternada
	Cores	Br%	11 ↑	4 ↓
		Az%	22 <i>x</i> ↑	20 <i>x</i>
Vd%		18 <i>x</i>	16 <i>x</i> ↓	

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média; TIO= Tapete com Início de Ordem.

Os indicadores do Rorschach paterno apontaram reduzida abstração e apreensão do todo, com abordagem cognitiva meticulosa e minuciosa, sinalizando contato mais formal. Os dados sugeriram adequação à realidade exterior a partir da atividade reguladora da razão, com aptidão para dirigir o pensamento com atenção clara e julgamento exato, com fronteiras estáveis e divisão efetiva entre a realidade interna e externa. Nesse sentido, apresentou adequada adaptação social. Os dados do Pfister trouxeram indicadores de busca de adaptação e equilíbrio com tendência a instabilidade e insegurança, com adequados mecanismos de controle e ajuste racional.

A produção da mãe diante do Rorschach evidenciou manutenção do controle emocional pelo rigor lógico e adequado funcionamento cognitivo, com abordagem intelectual e socializada da realidade. A partir do Pfister houve indícios de perturbação do fluxo do pensamento, reagindo com tentativas de inibição nos contatos afetivos e interpessoais.

**Tabela 26:** *Indicadores do controle dos impulsos dos genitores do Caso 3.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo			
	Relação entre	FC: CF + C	2:4
	Determinantes	K: kan + kob + kp	3:1
		FE: EF + E	3:1
Rorschach		$\sum K: \sum Cp$	3:5 (E.D.)
	Fórmulas	$\sum k: \sum Ep$	1:2,5 (E. D.)
	vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	34,5% (ambigüal)
		Fórmula Angústia	25% (introversivo)
			10%
			13%
		Choques	Prancha VIII
			Prancha IX
	Síndromes *	Normalidade	51 x
		Estímulo	56 x
		Fria	28 x
		Incolor	33 x
Pfister			47 x
			15 x
	Cores	↑	Am Br Az
			Vm Vi Ma Ci
		↓	La Ma Pr
			Vd Am Br

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os indicadores do Rorschach paterno sugeriram manifestação afetiva preservada, com bom controle dos impulsos e atitude prática, predominando estilo extratensivo em suas interações. A partir do Pfister, o genitor apresentou conduta normalizada e adaptada, com adequada manifestação e coordenação afetiva.

A partir do Rorschach da genitora foi possível identificar rebaixamento na coordenação lógica dos afetos, apresentando certa instabilidade emocional. Evidenciou que a ressonância afetiva é voltada prioritariamente para vivências introversivas. Houve indicadores de angústia que podem interferir em suas funções cognitivas e afetivas. O Pfister trouxe indícios de conduta adaptada e normalizada em relação ao ambiente, com tendência à excitação e impulsividade, evidenciando conotação de relacionamentos menos estáveis e equilibrados, apesar dos esforços de contenção inibitória.

**Tabela 27:** *Indicadores do relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 3.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo			
	K	3	1
Rorschach	Determinantes		
	FC	2	-
	Conteúdo		
	H, (H)	4, 0	1, 0
	Hd, (Hd)	1, 0	-
	H%	17 x	6 ↓
Pfister	Cores		
	Vd	18 x	16 x ↓
	Ma	2 ↓	7 ↑

*Legenda:* ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

No campo do relacionamento interpessoal do genitor, a partir do Rorschach, houve indicadores de boa capacidade empática, interesse no contato social e humano. Os dados do Pfister sugeriram aptidão para compreender o outro e interesse nos relacionamentos interpessoais, com sua preservação funcional.

A genitora demonstrou, a partir do Rorschach, menor disposição interna para o contato e relacionamento social. No Pfister apresentou leve rebaixamento na abertura aos relacionamentos,

porém os dados sugeriram busca ansiosa ao contato, necessidade de amparo, proteção e sentimentos de inferioridade.

**Tabela 28:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 3.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe	
	F+%	73 ↑	64 <i>x</i>	
	F%	52 <i>x</i> ↑	73 ↑	
	Determinantes			
	K	3	1	
	kan	1	2	
Rorschach	Relação entre	K: kan+ kob + kp	3:1	1:2
	Determinantes	FC: CF + C	2:4	0:1
		ΣC: Σ E	5:2,5	1:0
	Conteúdo	(H)	-	-
	Síndrome Incolor %	12 <i>x</i>	15 <i>x</i>	
	Azul %	20 <i>x</i>	22 <i>x</i> ↑	
Pfister	Cores	↑	Am Br Az	Vm Vi Ma Ci
		↓	La Ma Pr	Vd Am Br
	Síndromes	↑	-	-
		↓	-	-

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os indicadores acerca de mecanismos de defesa obtidos a partir do Rorschach paterno indicaram hipersensibilidade e tentativa de adaptação por meio da intelectualização e integração da vida imaginativa. Os indícios do Pfister foram de coordenação afetiva a partir de controle racional, com adequados mecanismos de estabilização interna.

A genitora apresentou, a partir do Rorschach, sinais de esforço de organização racional e adaptação, com adequado controle do comportamento, apesar de certa imaturidade afetiva e



expressão de necessidades primárias e instintivas. A partir do Pfister, a mãe denotou aparência de tranquilidade, porém sobrecarga e extensa amplitude afetiva, com rebaixamento na coordenação lógica.

### 5.3.7. Análise integrativa dos achados do Caso 3

Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 3 pôde-se sistematizar as seguintes informações:

- a) A guarda compartilhada passou por modificações devido a recursos financeiros e de trabalho, principalmente relativas à mãe. O acordo judicial realizado era de que haveria residência alternada a cada quinze dias, porém a genitora não está com condições de perpetuar esse combinado. Dessa forma, o filho reside com o pai e avós paternos, e fica com a mãe aos finais de semana. A genitora se ressentida desta realidade por não conseguir participar de decisões referentes ao filho, assim como de atividades escolares do mesmo, uma vez que a principal responsável pelos cuidados é a avó paterna.
- b) Ambos os genitores apresentaram considerações concordantes no que se refere aos benefícios da guarda compartilhada, avaliando que o convívio constante com o pai e a mãe é sua maior vantagem. Sobre possíveis danos, o pai ponderou que o filho sente bastante falta do convívio rotineiro com a genitora, apresentando comportamentos de carência afetiva. Para a mãe, os principais danos avaliados são a terceirização dos cuidados do filho e o distanciamento físico.
- c) Tanto o pai quanto a mãe apresentaram recursos familiares acima da média para o estabelecimento de rotina diária, associada a proporção dentro da média esperada para as crenças negativas ligadas a organização familiar.
- d) Ambos os genitores apresentaram estilo parental classificado como Ótimo. Apesar disso, o pai apresentou pontuações consideráveis na prática educativa de Monitoria Negativa. Nesse caso, o exercício da coparentalidade pode ser considerado cooperativo, sendo que os participantes apresentaram baixo nível de conflito, diálogo no que concerne às questões envolvendo os filhos e planos parentais coesos.
- e) Com relação às características de personalidade, o genitor apresentou indícios de adequado vínculo com a realidade exterior, com análise minuciosa da mesma e contato mais formal, assim como manifestação afetiva preservada. A genitora apresentou controle emocional a partir do rigor lógico e abordagem intelectual e socializada da realidade. O genitor demonstrou interesse no contato social, enquanto a genitora apresentou menor disposição interna ao relacionamento interpessoal.

f) Sobre os indicadores de saúde mental da criança, ambos apresentaram percepções harmônicas, considerando-o classificado como Normal. A genitora, no entanto, realizou pequenas pontuações no que concerne aos Sintomas Emocionais e Problemas de Conduta, o que levou à classificação limítrofe em tais subescalas.

#### **5.4. ESTUDO DE CASO 4: GUARDA COMPARTILHADA DE CRIANÇA ESCOLAR FRENTE À RECOMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA PATERNA**

##### **5.4.1. Dados de identificação e constituição familiar**

O Caso 4 se refere a um menino de oito anos, cujos pais se divorciaram há dois anos. Essa criança convive atualmente com ambos os genitores e estes dividem os cuidados com o filho, participando ativamente de sua rotina e atividades. Uma síntese dessas informações pode ser visualizada na Tabela 29.

**Tabela 29:** *Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 4.*

Membro familiar	Idade (anos)	Escolaridade *	Ocupação	Estado Civil
Filho	8	3º ano EF	Estudante	Solteiro
Mãe	42	PG (RH)	Coordenadora de treinamento	Divorciada
Pai	43	EF	Cabeleireiro (Autônomo)	Divorciado
Irmã	13	7º ano EF	Estudante	Solteira
Madrasta	36	EM	Vendedora	Solteira

\* EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio, PG = Pós Graduação, RH= Recursos Humanos.

A constituição do divórcio da díade parental propiciou recomposição familiar, com modificação do espaço físico vivenciado pelos filhos, sendo este dividido entre residência materna e paterna, com a inserção da companheira do genitor como participante das atividades familiares diárias. No entanto, sua estrutura manteve o formato de família reconstituída, com o envolvimento ativo de ambos os pais nas funções cotidianas envolvendo os filhos, acrescida pela presença da atual companheira do genitor.

Dentro da rotina estabelecida, um dia típico do filho se constitui em frequentar a escola no período matutino, sendo levado pela mãe. Por sua vez, o pai busca o filho ao final das atividades na escola e vão para sua residência, onde almoçam juntos. Após período de descanso e realização das tarefas escolares no período da tarde, o pai leva o filho à atividade extracurricular (futebol). Ao final desta, a genitora busca a criança e esta pernoita em sua residência, fechando o ciclo diário de atividades.

#### 5.4.2. Entrevista semiestruturada

As informações relativas ao histórico do processo de divórcio e as vivências relativas à guarda compartilhada foram sistematizadas de forma esquemática para facilitar sua identificação. Estes dados constam na Tabela 30.

**Tabela 30:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 4 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual, no sentido processual; litigioso no relacionamento da díade parental.	Iniciou litigioso e se tornou consensual.
Instituição GC	Acordo inicial, mas houve esforço seu para a constituição dessa guarda. Foi sua sugestão.	Não houve conflitos no âmbito dos filhos, apenas financeiro. A GC foi a partir de acordo inicial, por sua sugestão.
Reação da criança ao divórcio	Não apresentou comportamentos inadequados.	Sofrimento; diminuição rendimento escolar; aumento de agitação.
Periodicidade contato com o filho	Equilibrada; diária	Equilibrada; diária
Benefícios da GC	Contato com ambos os genitores	Marcante presença paterna

---

		na vida dos filhos; divisão dos encargos financeiros; maleabilidade da rotina
Danos da GC	Ausentes	Ausentes
Participação nas atividades do filho	Constante	Constante
Regras e limites educativos	Ambos	Ambos
Relação ex-cônjuge	Amigável	Instável
Apreciação GC	Positiva	Positiva

---

Os participantes permaneceram casados por 12 anos e consideraram que o divórcio foi estabelecido de forma consensual e que a GC se configurou como aspecto positivo no desdobramento do divórcio, porém, com disparidades frente à constituição da guarda compartilhada e aos pontos de conflito. O pai referiu que houve divergências no sentido de definições da separação em si, mudança residencial e acerca da guarda dos filhos, inicialmente. Afirmou que a genitora queria a guarda unilateral, porém ressaltou ter sido persistente ao reforçar seu desejo de participar e dividir os cuidados dos filhos. Dessa forma, ambos realizaram acordo pré-processual com advogados e peticionaram a ação já com acordo inicial. Para a mãe, o divórcio iniciou litigioso, ressaltando que o maior conflito foi relativo a questões financeiras, não envolvendo as crianças. No entanto, referiu que inicialmente gostaria de obter a guarda unilateral, mas que refletiu e concluiu que a guarda compartilhada seria melhor para todos os envolvidos. Dessa forma, afirmou tê-la sugerido, o que foi aceito pelo ex-marido.

O pai relatou ter optado pela guarda compartilhada por considerá-la melhor para as crianças, dada a possibilidade de contato com ambos os genitores de forma livre, além da participação ativa em questões envolvendo os filhos e seu desenvolvimento. O participante ainda falou sobre a relevância de oferecer acolhimento aos filhos no ambiente familiar. Para a genitora, a guarda compartilhada foi por ela sugerida por considerar que, além do contato assíduo de ambos os participantes no cotidiano dos filhos, auxilia em suas próprias atividades, visto que ela possui rotina bastante intensa de afazeres diários, podendo dividir os compromissos dos filhos com o genitor.

Os dois participantes consideraram a guarda compartilhada positiva aos filhos, por propiciar maior contato com ambos os pais, sendo que dessa forma participam de suas atividades, levando-os e buscando-os na escola e em compromissos extracurriculares. Ambos participam nas reuniões escolares, questões alimentares e educativas, no estabelecimento de regras e limites e com divisão equilibrada do contato com o filho, sendo este diário a ambos. Para a mãe, além dos aspectos positivos relativos à divisão concreta dos afazeres diários dos filhos, evidenciou sentir-se menos sobrecarregada nos cuidados das crianças, possibilitando realizar suas próprias atividades. A participante também falou da divisão dos encargos financeiros como um desfecho positivo da constituição da guarda compartilhada.

Acerca da periodicidade no contato com os filhos, o genitor informa ser constante, havendo divisão equilibrada entre o tempo em que cada um permanece com cada genitor, incluindo pernoites, e há a participação ativa de ambos nas atividades das crianças. A genitora concorda que, durante o dia, ambos os pais dividem a supervisão da rotina dos filhos, referindo que o pai, diariamente, busca os filhos na escola, devido aos seus horários flexíveis no trabalho, enquanto ela fica responsável por pegá-los ao final da tarde. No tocante a pernoites dos filhos, a mãe informou que eles dormem na residência do genitor apenas duas vezes por semana, o que não se configura como equilibrado, diferindo do relato paterno (divisão equilibrada, segundo ele). Pontuou, porém, que a definição dos pernoites ocorre de forma livre por parte dos genitores, podendo haver mudanças devido a imprevistos. Ambos relataram que o estabelecimento de regras é realizado pelos dois, porém, o pai considerou que, na casa materna, os filhos têm menos limites e menor estruturação de horários para cada responsabilidade. Para ele o relevante é a definição prévia bem organizada das atividades, sem alterações nos horários.

Quanto às divergências, evidenciou-se que os motivos de conflito durante o divórcio foram descritos com focos distintos pelos genitores. Para o genitor, o litígio foi concernente à guarda das crianças, mas para a genitora, tal variável não foi conflitante, considerando o âmbito financeiro como o ponto nevrálgico do litígio. Houve, ainda, diferenças na avaliação a respeito da adaptação da criança ao divórcio, tendo o genitor considerado que o filho lidou com facilidade, enquanto a genitora observou certas dificuldades (diminuição rendimento escolar; aumento de agitação).

Acerca do relacionamento atual entre os ex-cônjuges, o genitor o considerou amigável, relatando que realiza, inclusive, atividades pessoais para a genitora (como pagamento de contas bancárias), quando esta requisita. Revelou existência de pontos de conflito, inclusive envolvendo as crianças, exemplificando que a mãe apresenta certos comportamentos contraditórios, como deixar as crianças na casa dos avós maternos, ao invés de lhe solicitar auxílio nesses momentos imprevistos, pontuando que ele está ali para que ela possa recorrer. Do ponto de vista da genitora,

o relacionamento atual entre ambos ainda apresenta conflitos, atribuindo essa questão à instabilidade afetiva do ex-marido, referindo que o bom relacionamento entre ambos depende das variações de humor do genitor.

#### 5.4.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

A Tabela 31 traz a pontuação alcançada pela díade do Caso 4 em termos de recursos e crenças existentes na rotina familiar. Os dados foram comparados às expectativas apresentadas em Pizeta, Rodrigues, Loureiro, Pasian e Fontaine (2019).

**Tabela 31:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas da díade parental do Caso 4.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	36 (↑)	42 (↑)
Crenças Negativas	0 (↓)	1 (↓)

Ambos os genitores apresentaram resultados superiores à média no tocante a seus recursos pessoais para manutenção das atividades diárias dos filhos, quase com ausência das crenças negativas. Esses indicadores, associados às informações sobre o enfrentamento do divórcio sinalizaram aspectos de preservação das funções parentais nesta díade. Desse modo, os achados sugerem que lidaram de forma positiva com imprevistos na rotina e organizaram-se de forma equilibrada entre as obrigações laborais e as necessidades do âmbito familiar, em especial com seus filhos.

#### 5.4.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

As informações alcançadas pelo IEP no caso 4 foram organizadas de forma descritiva na Tabela 30. Os achados são apresentados para cada membro da díade parental.

**Tabela 32:** *Práticas educativas e estilo parental dos genitores do Caso 4.*

Tipo de Prática Educativa	Pai	Mãe
Monitoria Positiva	12	10
Comportamento Moral	12	10

	Punição Inconsistente	1	3
	Negligência	2	3
	Disciplina Relaxada	0	5
	Monitoria Negativa	3	4
	Abuso Físico	3	3
Estilo Parental	Pontos	15 (95%)	2 (40%)
	Classificação	Ótimo	Bom

O genitor apresentou estilo parental classificado como ótimo, com práticas educativas pautadas por Monitoria Positiva (estabelecimento de regras, como realizar os compromissos escolares antes de iniciar atividades de lazer, garantindo que o filho cumpra tais regras) e Comportamento Moral (transmissão de valores sociais ao filho, os quais podem atuar como fatores de inibição do comportamento antissocial. Exemplo pode ser a valorização dos estudos, do diálogo sobre o cotidiano e questões que possam estar incomodando o filho, além de relatar com sinceridade ocorrência de fatores considerados negativos, como brigas na escola). Apresentou alguma pontuação em práticas negativas, sendo as maiores a de Monitoria Negativa (controle bastante assertivo das amizades do filho, assim como em certos momentos familiares, como almoço, para perpetuar as repreensões ao filho) e Abuso Físico (relatou que o filho teme apanhar de si e sente ódio quando isso ocorre).

A genitora evidenciou estilo parental classificado como bom e práticas educativas positivas, de modo geral. Obteve menor pontuação que o genitor em todos os índices de práticas positivas e maior pontuação nos índices de prática negativa, com foco na Disciplina Relaxada (ameaça de castigos ao filho e disciplina com castigos físicos, porém não os cumpre, inclusive deixando o filho sair do castigo após certa insistência. Ainda, quando ele não obedece alguma orientação ou ordem sua, ela não leva em consideração este comportamento) e Monitoria Negativa (críticas a atitudes do filho, como quando não arruma o quarto ou insistência veemente para que o filho relate ocorrências que o deixaram “estranho” em algum momento, mesmo quando ele não está se mostrando à vontade para falar destas situações).

Esta díade parental apresentou exercício da coparentalidade de forma cooperativa. Desta forma, trazem planos parentais coesos em relação ao filho, focando no desempenho escolar, atividades extracurriculares e na promoção do estabelecimento de regras e limites e supervisão de atividades da criança.

#### 5.4.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

O comportamento infantil foi examinado, por cada um dos genitores, a partir do SDQ. Assim, foi possível considerar os achados relativos ao total de dificuldades, a cada subescala relativa a problemas de comportamento e aos indicadores de recursos da criança (comportamento pró-social). Esses achados constituem a Tabela 33.

**Tabela 33:** *Indicadores de Saúde Mental da criança do Caso 4 pela díade parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	5	9
	Classificação	Normal	Normal
Escala Emocional	Escore	2	1
	Classificação	Normal	Normal
Problemas de Conduta	Escore	0	2
	Classificação	Normal	Normal
Hiperatividade	Escore	2	6
	Classificação	Normal	Limítrofe
Relacionamento com colegas	Escore	1	0
	Classificação	Normal	Normal
Comportamento Pró-Social	Escore	8	5
	Classificação	Normal	Limítrofe

Para o genitor, o comportamento do filho foi considerado Normal. Sinalizou pequenas dificuldades em Sintomas Emocionais (insegurança e medo), Hiperatividade (dificuldade de concentração na hora de fazer lição de casa e de se sentar de forma adequada durante as refeições, alguns componentes de agitação motora) e problemas em Relação a Amizades (consegue manter melhores relações com adultos que com outras crianças), que associou como derivados das vivências do divórcio.

A genitora também avaliou o desempenho do filho como Normal. No entanto, informou maior número de dificuldades no tocante a Hiperatividade, pois além das dificuldades apontadas pelo genitor, ela descreveu que o filho atua de maneira impulsiva, não refletindo antes de tomar decisões, muitas vezes interrompendo tarefas cotidianas antes de completa-las, como lições



escolares e auxílio em alguma atividade doméstica. Em sua avaliação, o filho obteve menor pontuação no Comportamento Pró-Social, com recursos classificados como Limítrofes.

#### 5.4.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

As variáveis do Método de Rorschach e do Teste de Pfister foram consideradas em relação a parâmetros normativos e a seguir, seus desvios em relação ao esperado, foram organizados em agrupamentos de itens para representar diferentes funções psicológicas. Nesse processo é que foi utilizada a proposta avaliativa de Loureiro e Romaro (1985), como descrito no método.

Assim, o estudo de caso se inicia pela avaliação do funcionamento lógico e teste do real. Os indicadores do Rorschach e do Pfister em relação a esse conteúdo psicológico estão organizados na Tabela 34.

**Tabela 34:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 4.*

Método	Variável	Pai	Mãe	
<b>Projetivo</b>				
Rorschach		G%	80 ↑↑	14 ↓↓
	Modos de apreensão	D%	18 ↓	37 x
		Dd%	9 ↓	49 ↑↑
		Dbl%	-	-
	Determinantes	F%	73 ↑↑	37 x
		F+%	50 x	54 x
		K%	-	8 x
	Conteúdos e banalidade	A%	82 ↑	42 ↓
		Ban%	27 x	11 ↓
			<b>EAD</b>	<b>TIO</b>
Aspecto formal		Formação camada	Formação camada	
		Formação alternada	Formação camada	
Pfister		Ascendente, alternada	Ascendente	
	Modo colocação	Ascendente, alternada	Ascendente, direta	

		Descendente, direta	Ascendente, alternada
Cores	Br%	18 ↑↑	7 x
	Az%	22 ↑	11 ↓
	Vd%	-	7 ↓↓

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média;  
EAD = estrutura assimétrico-dinâmica; TIO = tapete com início de ordem.

A partir dos indicadores obtidos pelo Rorschach, o pai apresentou abordagem da realidade mais intelectualizada que afetiva e pessoal, demonstrando boa adaptação e preservação do funcionamento lógico. Evidenciou indicativo de carência na espontaneidade ou receio em manifestá-la, preservando, de forma adequada, a capacidade de organizar, planejar e controlar o comportamento a partir das percepções e experiências vivenciadas. Sinalizou aptidão para dirigir o pensamento com atenção clara e julgamento exato, indicando boa capacidade em compartilhar o pensamento dentro de seu grupo e contexto social, com boa capacidade de adaptação intelectual. A partir do Pfister, houve indicativos de possível constrição da expressão de sentimentos e afetos, resultando em atitude supercontroladora, pouca espontaneidade no contato com o ambiente e dificuldade de adaptação socioemocional associada a enrijecimento afetivo e atitudes mais estereotipadas.

A mãe, a partir do Rorschach, trouxe evidências de reduzida apreensão global dos estímulos, porém com manutenção do controle lógico pelo recurso da racionalização de forma adaptativa e socializante. Destacou utilizar seus recursos lógicos de forma minuciosa, analítica e sistemática, com ênfase no esforço de ajuste ao concreto. O Teste de Pfister apontou indicadores de personalidade lábil e vulnerável, no entanto, com possibilidades de adaptação e busca de equilíbrio emocional pela análise sistemática e cuidadosa dos estímulos da realidade.

**Tabela 35:** *Indicadores relativos a controle dos impulsos dos genitores do Caso4.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo	FC: CF + C	2:0	2:1
	Relação entre determinantes K: (kan + kob + kp)	0:1	3:8
	FE: (EF + E)	0:0	3:5

Rorschach		$\Sigma K: \Sigma Cp$	0:2 (E.P.)	3:2 (I.D.)
	Fórmulas	$\Sigma k: \Sigma Ep$	0:0 (coartado)	8:6,5 (I.D.)
	Vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	18% (introversivo)	34% (ambiguo)
		Fórmula Angústia	-	17%↑
		Choques	Cartões III e X	Cartões II e IX
Pfister		Normalidade	36 ↓	37 ↓
	Síndromes *	Estímulo	30 x	46 ↑
		Fria	22 ↓↓	38 ↓
		Incolor	34 ↑	7 ↓↓
		Acima da média	Az Br Pr	Vm Vi La
	Cores	Abaixo da média	Am Vd Vi Ci	Az Vd Ma Pr Ci

*Legenda:* \* = valores em porcentagem; ↑ = acima da média; ↓ abaixo da média; x = média; EP = extratensivo puro; ID = introversivo dilatado.

A partir dos dados de controle dos impulsos do Rorschach paterno, depreende-se presença de vivência emocional com alto controle racional como forma de processo defensivo de socialização. Há, ainda, indicadores de preponderância de atitude afetiva infantil, a qual pouco leva em consideração as exigências do meio e necessidades de adaptação. Porém, há os aspectos positivos de tais indicadores, como a vivacidade e certa espontaneidade no contato. A partir do Pfister, o participante sinalizou adaptação pela potencialidade criativa, porém com expressão afetiva rigidamente controlada pela racionalidade. Apresentou, por um lado, indicadores de maturidade afetiva, mas por outro, indícios de insatisfação nas vivências afetivas, o que pode indicar conflito psíquico e a fuga de situações afetivas como tentativa de manutenção de equilíbrio interno.

A partir das informações relativas ao controle dos impulsos do Rorschach materno, houve indicativos de vivência emocional com certo controle racional e conteúdo menos impulsivo, com espontaneidade nas trocas interpessoais e abertura às relações. Os dados do Pfister apontaram indicadores de potencialidade imaginativa e criativa, com interiorização dos afetos. Depreendeu-

se alto nível de angústia e baixa estabilidade e equilíbrio emocional, propiciando a incontinência afetiva, com dificuldade de adaptação e falta de elementos estabilizadores. Houve dados sugestivos de acentuada impulsividade, extroversão e diminuição da autocrítica, contrabalanceados com tentativa de adaptação pelo enrijecimento afetivo, mas reduzido autocontrole, o que pode ocasionar tensão e ansiedade, conflito e inquietação.

**Tabela 36:** *Indicadores do relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 4.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe	
Rorschach	Determinantes	K	-	3
	Conteúdos	FC	2	2
		H, (H)	-	2, 2
		Hd, (Hd)	-	5, 1
		H%	-	28,5 (↑)
Pfister	Cores	Vd %	-	7 ↓
		Ma%	-	-

*Legenda:* ↓ = abaixo da média; ↑ = acima da média.

Os dados do Rorschach relativos ao relacionamento interpessoal da figura paterna denotam rebaixado interesse e menor disponibilidade interna para o contato com as pessoas e dificuldade para se interessar pelo outro. Os dados sugerem busca ansiosa por contato humano e dificuldade nas relações humanas, tentando coordenar-se pelo contexto formal e pouca afetividade. Tais achados estão em consonância com os indicadores do Pfister, os quais sugerem insensibilidade emocional, diminuição da abertura para os relacionamentos interpessoais levando a um retraimento social, com dificuldade de adaptação ao ambiente pelo enrijecimento afetivo.

A genitora, nessa variável, evidenciou dinamismo e expressão afetiva socialmente adaptada, com bom potencial para estabelecer o contato afetivo, com criatividade e distinção adequada da realidade externa e o mundo interno. Sinalizou adequada disponibilidade afetiva ao contato humano e interesse no contato interpessoal. No Pfister sinalizou rebaixamento nos sinais relativos à esfera do contato e relacionamentos afetivos e sociais.

**Tabela 37:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 4.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe	
Projetivo				
		F+%	50 x	54 x
		F%	73 ↑↑	37 x
	Determinantes	K	-	3
		kan	1	6
Rorschach				
	Relação entre	K: kan+ kob + kp	0:1	3:8
	Determinantes	FC: CF + C	2:0	2:1
		ΣC: Σ E	0,5 : 0	1,5 : 6,5
	Conteúdo	(H)	-	2
	Síndrome Incolor	34% ↑	7% ↓↓	
	Azul	22% ↑	11% ↓	
Pfister	Cores	↑	Az Br Pr	Vm Vi La
		↓	Am Vd Vi Ci	Az Vd Ma Pr Ci
	Síndromes	↑	SI	SE
		↓	SN SF	SN SI

*Legenda:* ↑= acima da média; ↓= abaixo da média; x = média;  
SI= Síndrome Incolor; Síndrome Normal; Síndrome do Estímulo.

Os indicadores do Rorschach relativos a mecanismos de defesa psíquica do genitor apontaram forte supressão dos contatos, com controle e restrição da vida afetiva, apresentando inadequação do investimento racional na dinâmica psíquica. Os dados do Pfister indicaram uso intenso das defesas contra os estímulos e medo do desencadeamento de impulsos que conduziriam à perda do equilíbrio, assim como vulnerabilidade afetiva e expressão dos afetos pela negação. Assim, indicou dificuldade para canalizar e expressar as emoções de forma adaptada com excesso de controle e inibição, o que assinala possível supressão de sentimentos e afetos, resultando em atitude de supercontrole, indicando dificuldade de adaptação social, com forte função repressora.

Quanto à esfera dos mecanismos defensivos, a genitora, a partir do Rorschach, demonstrou capacidade adequada de se adaptar à realidade exterior por meio de atividade reguladora intelectual e conduta de autocontrole adaptativo, com fronteiras estáveis entre mundo interno e externo. Houve indícios de tendências infantilizadas na expressão dos desejos, representação de si e das relações (imaturidade afetiva), levando pouco em conta as exigências do ambiente, com possibilidade de deslocamento de conflitos. Os dados obtidos a partir do Pfister denotaram reduzido controle e adaptação, baixa repressão e falta de elementos psíquicos estabilizadores. Também houve indicadores de agitação, produtividade ansiosa e dispersiva, caracterizando sinais de impulsividade com possibilidade de descargas explosivas, o que pode significar certa desadaptação no uso dos mecanismos defensivos.

#### 5.4.7. Análise integrativa dos achados do Caso 4

Busca-se, nesse momento, estratégia para descrever e compreender as múltiplas variáveis presentes nas díades parentais e em suas vivências de exercício da guarda compartilhada de filhos, após divórcio conjugal. A partir da perspectiva de Estudo de Caso alcança-se o nível descritivo e interpretativo de principais achados, como a seguir exposto.

Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 1, pode-se sistematizar as seguintes informações:

- a) A guarda compartilhada é efetivamente exercida pela díade parental. A rotina foi constituída de forma livre, com transição ativa do filho entre as residências materna e paterna, havendo diariamente contato ativo de ambos os participantes com o filho. Tanto o pai quanto a mãe são os responsáveis pelo estabelecimento de rotina diária, colocação de regras e limites educativos, com participação ativa em compromissos relativos ao filho, como atividades escolares e extracurriculares, assim como na organização do cotidiano familiar. Os encargos financeiros também são divididos de forma equilibrada entre os genitores.
- b) Os dois participantes consideraram a guarda compartilhada positiva para o filho, principalmente por esta possibilitar o contato com ambos os pais. A genitora revelou que tal modalidade de guarda lhe propicia maior tempo para que realize suas próprias atividades, existindo divisão equilibrada dos cuidados do filho com o genitor (ex-cônjuge).
- c) Presença de recursos bem estruturados em termos da organização familiar e quase ausência de crenças negativas na díade parental.
- d) Estilos parentais adequados, tendo o pai focalizado práticas positivas, enquanto a mãe sinalizou algumas práticas de disciplina relaxada e monitoria negativa. O exercício da coparentalidade se

mostrou cooperativo, com envolvimento coeso de ambos os genitores nas atividades diárias do filho.

e) Características de personalidade do pai e da mãe compatíveis com parâmetros adaptativos à realidade externa. O pai sinalizou funcionamento predominante do tipo inibitório social e de controle intelectual (enrijecimento afetivo), além de reduzido interesse pelos relacionamentos interpessoais e controle/restrição da vida afetiva. A mãe evidenciou estilo de organização psíquica pautado pelos afetos (angústia e vulnerabilidade emocional) e com atenção a minúcias como estratégias adaptativas, assim como espontaneidade nas trocas interpessoais, conseguindo estabelecer adequado contato afetivo.

f) Pela perspectiva parental, esse menino de oito anos de idade não sinalizou dificuldades em termos de saúde mental, embora a mãe o reconheça com alguns indicadores de hiperatividade. Ambos concordam que o filho possui bons recursos adaptativos em termos sociais.

## 5.5. ESTUDO DE CASO 5: GUARDA COMPARTILHADA DE CRIANÇA ESCOLAR EM FAMÍLIA RECONSTITUÍDA E AMPLAMENTE ESTENDIDA

### 5.5.1. Dados de Identificação e Constituição Familiar

O caso 5 envolve um menino de oito anos cujos pais estão divorciados há dois anos e meio. O filho convive assiduamente com ambos os genitores, sendo que eles participam de forma assertiva em seus cuidados e responsabilidades educativas, além da irmã que também foi fruto do relacionamento entre os participantes. Esses dados estão sistematizados na Tabela 38.

**Tabela 38:** Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 5.

Membro	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filho	8	2º ano EF	Estudante	Solteiro
Mãe	30	EF	Manicure	União estável
Pai	34	EM	Vigilante	Divorciado
Irmã	6	1º ano EF	Estudante	Solteira
Madrasta	33	EM	Telemarketing	Solteira
Padrasto	31	EM	Cobrador	União estável
Irmão Materno	15	9º ano EF	Estudante	Solteiro
Irmão Materno	12	7º ano EF	Estudante	Solteiro
Irmão Materno	8m	-	-	Solteiro
Irmão Materno	8m	-	-	Solteiro
Avó Materna	51	EM	Faxineira	Casada
Marido da avó	43	-	Afastado	Casado
Tio Materno	15	9º ano EF	Estudante	Solteiro
Padrinho	28	EF	DJ	Solteiro

*Legenda:* EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio.



Os genitores mantiveram relacionamento por oito anos, época em residiam junto com seus filhos, sendo que os irmãos maternos mais velhos da criança em questão residiam com os familiares extensos maternos. Com o divórcio e a saída do genitor da casa, a residência fixa do filho se constituiu com o pai e a residência fixa da filha com a mãe, havendo a alternância de moradia para ambos de forma livre. Com a separação, a genitora passou a residir com seus familiares, sendo que os mesmos tornaram-se apoio social.

Ambos os genitores se encontram em novos relacionamentos. A genitora já tem mais dois filhos gêmeos da nova união conjugal e a companheira do genitor encontrava-se grávida, no momento da entrevista. A família, dessa forma, passou por profundas mudanças em termos de sua formação, configurando-se enquanto família reconstituída e estendida.

Dado que o filho fixou residência com o pai, era este quem o levava para a escola no período da manhã e buscava no horário de almoço, quando almoçavam juntos, incluindo a filha. Quando o pai estava no trabalho, o filho permanecia na residência com a atual esposa do participante.

### 5.5.2. Entrevista semiestruturada

A partir das entrevistas realizadas com os genitores, foi possível elaborar a Tabela 39. Ela traz as percepções parentais sobre o divórcio e a guarda compartilhada.

**Tabela 39:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 5 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual no sentido processual, litigiosa no sentido relacional.	Consensual, com algumas disputas financeiras
Instituição GC	Tentou GU, decisão judicial (AC) → GC	Tentou GU, decisão judicial (AC) → GC
Reação do filho ao divórcio	Incompreensão, choro na escola, agressividade	↓ humor, choro, fechamento, agressividade

Periodicidade contato com o filho	Dias intercalados, ↑ pai, +- livre residência fixa pai, irmã mãe	Dias intercalados, ↑ pai, livre, residência fixa pai, irmã mãe
Benefícios da GC	Presença paterna na vida dos filhos, preferência pela GU	Não referidas, preferência pela GU
Danos da GC	Deslocamento de casas dependendo limites; confusão, ≠ educativas	Confusão, ≠ educativas
Participação nas atividades do filho	Constante, ↑ pai	Constante
Regras e limites educativos	Pai	Mãe
Relação ex-cônjuge	Diálogo mínimo pelos filhos	Tranquila, respeitosa
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

*Legenda:* GU = Guarda Unilateral; AC = Audiência de Conciliação; ↑ = maior; ≠: diferenças.

Os participantes informaram que o divórcio se realizou de forma consensual, porém ambos relataram pontos litigiosos, ainda que em relação a diferentes aspectos. Enquanto o genitor avaliou que o conflito ocorreu no aspecto relacional marital, para a genitora tais aspectos conflitantes eram concernentes ao âmbito financeiro. Nesta direção ela relatou que optou por não receber pensão alimentícia para que permanecesse com bens, conseguindo chegar de forma mais rápida ao acordo para divórcio.

Ambos referiram o desejo inicial pela guarda unilateral, mas o genitor afirmou ter sido orientado pela advogada sobre a maior probabilidade de conseguir a guarda compartilhada, por compreender que o judiciário não levaria em consideração os cuidados despendidos aos filhos, mas sim seu gênero. A mãe também desejava a guarda unilateral, porém refletiu que a guarda compartilhada seria melhor para as crianças, uma vez que o filho já estava residindo com o pai há um ano (desde o momento do acordo de separação judicial).

Ambos relataram a percepção de que o filho teve sofrimento psíquico devido ao divórcio, apresentando comportamentos de choro, agressividade e fechamento afetivo. Sobre o contato com a criança, ambos perceberam que este ocorre de forma livre, sendo que pela residência fixa ser paterna, possui maior tempo de convívio com o pai. Quanto a tal aspecto, no entanto, o genitor

trouxe a percepção de ter maior participação envolvendo questões do filho, enquanto a genitora não apresentou tal entendimento, considerando que sua presença nas atividades da criança é constante.

Sobre o benefício da guarda compartilhada, o genitor, em um primeiro momento, afirmou não observar existir, porém em seguida revelou que a presença paterna enquanto responsável pela educação do filho (e não apenas coadjuvante) é um ponto positivo. A genitora relatou a percepção de não haver benefícios, reforçando o desejo de obter a guarda unilateral, apontando que a desintegração familiar nunca é positiva aos filhos. Quanto aos danos, o genitor destacou que a livre convivência da criança nos dois ambientes familiares favorece que o filho se utilize desse recurso quando algo o desagrada. Por exemplo, quando se impõem limites que o contrariam, este recorre à residência materna, local que o genitor considera não haver regras estabelecidas. Para ele este é outro ponto negativo desta modalidade de guarda, ou seja, as diferenças em práticas educativas, o que pode causar confusão para a criança. A genitora também referiu estes dois últimos fatores relatados pelo pai como danos possíveis da guarda compartilhada de filhos.

Cada um dos participantes considerou ser o responsável pela colocação de regras e limites, ressaltando que o outro genitor não possui práticas educativas assertivas. Acerca da relação entre ambos, informaram comunicação mínima e focalizada no tema dos filhos, considerada como respeitosa por parte da genitora. Apesar de destacarem eventuais prejuízos associados à guarda compartilhada, ao final da entrevista acabaram por avaliá-la de forma positiva. Esta resposta nos pareceu pouco condizente com os conteúdos anteriormente referidos, talvez expressando elementos socialmente desejáveis mais do que os próprios sentimentos pessoais, o que não pode ser verificado neste momento por outras estratégias.

### 5.5.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

A organização familiar foi foco de investigação por meio de entrevista, sendo seus achados sistematizados em relação aos recursos e crenças disponíveis nos genitores. Estes dados compõem a Tabela 40.

**Tabela 40:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 5.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	30 (↑)	24 (x)
Crenças Negativas	3 (↓)	9 (x)

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

O genitor evidenciou percepção de bons recursos para a organização familiar (resultado superior à média), com poucas crenças negativas (resultado inferior à média). Entretanto, dentro das pontuações relativas a crenças negativas, sinalizou que o filho não obedece suas ordens e sinalizou ruminação frente a situações de contrariedade e quanto aos rendimentos familiares.

A genitora pontuou dentro da média para os indicadores da organização familiar e quanto a crenças negativas. Apesar disso, comparativamente ao pai da criança, evidenciou menos recursos para sistematizar a rotina de uma casa, com mais crenças negativas. Apesar de seus resultados gerais se encontrarem dentro da média normativa, nas questões concernentes a crenças negativas, a genitora apresentou pontuação de negatividade nas percepções quanto ao que a criança precisa no cotidiano, sobre repetições de reações da criança frente a situações novas/difíceis e, ainda, sobre sua percepção de rendimentos suficientes.

#### 5.5.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

As informações referentes ao estilo parental dos genitores derivaram dos achados com o IEP. Estes dados estão presentes na Tabela 41.

**Tabela 41:** *Práticas educativas e Estilo Parental dos genitores do Caso 5.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
Monitoria Positiva		10	11
Comportamento Moral		9	10
Punição Inconsistente		1	2
Negligência		2	3
Disciplina Relaxada		3	4
Monitoria Negativa		7	6
Abuso Físico		2	1
Pontos		4 (50%)	5 (55%)
Estilo Parental	Classificação	Regular	Bom

Os participantes apresentaram estilos parentais diferentes. O pai apresentou estilo classificado como regular, porém com pontuação próxima ao percentual considerado bom,

apresentando sua maior pontuação nas estratégias de Monitoria Negativa. Isso pode ser percebido em sua autorreferência de comportamento bastante controlador acerca das atividades rotineiras envolvendo o filho. Exemplo desse processo são os telefonemas que o pai faz ao filho quando a criança não está em sua presença.

A mãe apresentou estilo parental classificado como bom. No entanto, nas pontuações de práticas educativas isoladas, houve proximidade entre os indicadores dos dois participantes, sendo que ambos obtiveram pontuações em todas as práticas negativas. A genitora também apresentou sua maior pontuação em estratégias de Monitoria Negativa. Relatou que ao perceber o filho mais introspectivo, insiste para que ele relate o que supostamente há de errado, mesmo quando a criança demonstra o desejo de não dialogar sobre tais conteúdos.

Nesse caso, os participantes evidenciaram coparentalidade do tipo conflituosa. Sinalizaram comunicação parental no que concerne aos filhos, porém com elevado nível de conflito e crítica ao outro, caracterizando limites vivenciados no exercício da parentalidade.

#### 5.5.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

A partir das informações do SDQ foi possível sistematizar indicadores relativos à saúde mental do filho, conforme percepção de ambos os pais. Estas informações constam na Tabela 42.

**Tabela 42:** *Indicadores de saúde mental da criança do Caso 5.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	9	26
	Classificação	Normal	Anormal
Escala Emocional	Escore	4	5
	Classificação	Limítrofe	Anormal
Problemas de Conduta	Escore	0	8
	Classificação	Normal	Anormal
Hiperatividade	Escore	4	8
	Classificação	Normal	Anormal
Relacionamento com colegas	Escore	1	5
	Classificação	Normal	Anormal
Comportamento Pró-Social	Escore	9	7
	Classificação	Normal	Normal

Sob a perspectiva do genitor, o filho encontra-se dentro das normativas no sentido comportamental. Apenas sinalizou na subescala de Hiperatividade uma pontuação compatível com a classificação limítrofe, apontando alguma dificuldade nessa área pela percepção paterna, com referência de agitação em momentos que exigiriam concentração do filho, como ao realizar as lições escolares ou em jantar de família.

Para a genitora, no entanto, a criança apresentou indicadores clínicos de problemas de comportamento em todas as subescalas. Na Escala Emocional, considera o filho frequentemente com humor rebaixado, parecendo uma criança temerosa e insegura. No tocante a Problemas de Conduta referiu sua perspectiva de que a criança reage com forte agressividade quando contrariado, não obedece quando orientado por si e apresenta comportamentos opostos, como mentir. Em termos de Hiperatividade referiu que o filho sinaliza dificuldade de concentração e muita agitação. No contato com colegas, segundo a mãe, o filho demonstra comportamentos de enfrentamento com outras crianças, evidenciando preferir realizar atividades solitárias. Apesar disso, percebeu os recursos Pró-Sociais de seu filho como adequados, tal qual o relato do pai, revelando que o filho sinaliza empatia com outras pessoas.

#### 5.5.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

As variáveis relacionadas às características e ao funcionamento da personalidade dos genitores foram avaliadas pelos métodos projetivos Rorschach e Pfister. A Tabela 43 apresenta dados referentes ao funcionamento cognitivo dos pais.

**Tabela 43:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 5.*

Método	Variável	Pai	Mãe	
Projetivo				
Rorschach		G%	41 x	12 ↓↓
	Modos	D%	20 ↓	50 ↑
		Dd%	29 ↑	37 ↑↑
	Determinantes	Dbl%	8 ↑	-
		F%	66 ↑	50 x
		F+%	87 ↑	88 ↑
	K%	4 ↓	12 x	

Conteúdos e banalidade	A% Ban%	46 <i>x</i> 21 <i>x</i>	44 <i>x</i> 37 <i>x</i> ↑
Aspecto formal		Formação Alternada	Formação Alternada
		Estrutura Manto	Formação Camada
		Formação Camada	Formação Camada
Pfister		Ascendente	Descendente, Alternada
	Modo colocação	Descendente, Diagonal	Descendente
		Ascendente, Direta	Descendente, Direta
Cores	Br%	22 ↑↑	-
	Az%	4 ↓↓	-
	Vd%	18 <i>x</i>	-

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os dados do Rorschach do genitor sinalizaram bons recursos lógicos, com apreensão global dos estímulos, meticulosa observação, atenção precisa e o julgamento exato. Evidenciou boa adaptação sociocognitiva, adequado vínculo com a realidade e facilidade no contato com atividades concretas. Os dados do Pfister demonstraram que o funcionamento lógico atua como fator de contenção dos impulsos, no entanto, houve certo rebaixamento nos mecanismos de autorregulação emocional.

A genitora, a partir do Rorschach, denotou inteligência prática e concreta, focalizada na análise de especificidades e boa capacidade de observação. Apresentou esforço de adaptação realizado prioritariamente pelo pensamento e adequado controle racional, com conformidade social e adaptação ao exterior. A partir do Pfister sinalizou certa dificuldade de adaptação ao exterior por rebaixamento no controle dos impulsos.

**Tabela 44:** *Indicadores do controle de Impulsos dos genitores do Caso 5.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo	FC: CF + C	3:0	2:0
	Relação entre K: kan + kob + kp	1:2	2:1
	Determinantes FE: EF + E	2:0	0:1,5

		$\Sigma K: \Sigma Cp$	1:1,5 (coartativo)	2:1,5 (I. D.)
Rorschach	Fórmulas	$\Sigma k: \Sigma Ep$	2:1 (I. D.)	1:2,5 (E.D.)
	Vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	29% (introversivo)	25% (introversivo)
		Fórmula Angústia	12,5%	12,5%
		Choques	-	Pranchas VI e IX
		Normalidade	33 ↓	40 x
	Síndromes *	Estímulo	29 x	40 x
		Fria	22 ↓	2 ↓↓
Pfister		Incolor	49 ↑↑	0 ↓↓
	Cores	↑	Pr Br Am	Ma Vm
		↓	Az Vi La Ma Ci	Vi Az Vd La Am Pr Br Ci

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os dados obtidos a partir do Rorschach sugerem que o genitor possui adaptação adequada às vivências emocionais, controlando-as racionalmente com integração da emoção, garantindo, dessa forma, flexibilidade das funções intelectuais. Pareceu expressar a afetividade de forma socialmente adaptada, com sinais de maturidade emocional e capacidade de estabelecer contato com o ambiente de forma positiva. Demonstrou que a ressonância afetiva se mostra inibida, porém com presença de reflexividade e ponderação, com indicativo de angústia controlada a partir do funcionamento lógico, não evidenciando interferir nas funções cognitivas e afetivas. Os dados do Pfister, por outro lado, evidenciaram dificuldade na manutenção de uma conduta adequada e adaptada ao ambiente. Sinalizou rígido controle emocional a partir da função repressora, denotando insegurança e imaturidade afetiva e imaginativa.

A genitora, a partir do Rorschach, evidenciou também controlar os afetos a partir da função lógica, com instabilidade e parcial amadurecimento de recursos afetivos. Houve indicativos de que as vivências emocionais são voltadas para si, mas com abertura a comunicação e expansividade. A partir do Pfister a genitora apresentou indicadores de possibilidade de descargas afetivas abruptas e explosivas, com rebaixamento nos indicadores de controle e a falta de elementos estabilizadores internos.



**Tabela 45:** *Indicadores do relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 5.*

Método	Variáveis		Pai	Mãe
Projetivo				
Rorschach	Determinantes	K	1	2
		FC	3	2
	Conteúdo	H, (H)	2, 1	2, 0
		Hd, (Hd)	2, 0	2, 0
		H%	21 (↑)	25 (↑)
Pfister	Cores	Vd	9 ↓	9 ↓
		Ma	-	11 ↑↑

*Legenda:* x = dentro da média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

A partir do Rorschach, o genitor demonstrou abertura afetiva para o contato humano e personalidade preservada. Nos dados obtidos a partir do Pfister, no entanto, sinalizou restrição no interesse para o contato interpessoal.

Com os indicadores do Rorschach, a genitora denotou disposição para as interações de forma preservada. Porém, a partir do Pfister, houve indícios de dificuldade de adaptação ao ambiente, enrijecimento afetivo e diminuição da abertura para os relacionamentos, possibilitando retraimento social. Os dados sinalizaram, ainda, atitude reativa à necessidade de amparo, proteção e sentimentos de inferioridade.

**Tabela 46:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 5.*

Método	Variáveis		Pai	Mãe
Projetivo				
Rorschach		F+%	87 ↑	100 ↑↑
		F%	66 ↑↑	37 x
	Determinantes	K	1	2
		kan	1	1
	Relação entre Determinantes	K: kan+ kob + kp	1:2	2:1
	FC: CF + C	3:0	2:0	

		$\Sigma C: \Sigma E$	1,5:0	1,5: 2,5
	Conteúdo	(H)	1	-
	Síndrome Incolor %		49 ↑↑	-
	Azul %		4 ↓↓	-
Pfister	Cores	↑	Pr Br Am	Ma Vm
		↓	Vd Vm Ci Az Pr Ma	Vd Vi Pr Ci La Am Az Br
	Síndromes	↑	SI	SE
		↓	SN SF	SF SI

*Legenda:*  $x$  = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média;

SE = síndrome estímulo; SN = síndrome normal; SF = síndrome fria; SI = síndrome incolor.

Os indicadores do Rorschach sinalizam que o genitor apresenta a racionalização como defesa contra os impulsos, com boa preservação da lógica sobre as vivências emocionais, a partir de elevado controle racional dos impulsos. Com o obtido do Pfister, houve indicadores de negação e repressão dos estímulos, evidenciando a fuga de situações afetivas como forma de tentativa de manutenção de seu equilíbrio psíquico.

A genitora, a partir do Rorschach, demonstrou controle rígido dos impulsos pelo pensamento, podendo indicar distanciamento dos aspectos afetivos, porém com dinamismo interno. A partir do Pfister houve indicadores de regressão e descargas abruptas, caráter de excitabilidade, incontinência afetiva e dificuldade de adaptação social.

#### 5.5.7. Análise integrativa dos achados do Caso 5

Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 5 pode-se sistematizar as seguintes informações:

a) Os participantes exercem a guarda compartilhada de maneira consistente, no entanto, em termos de convivência concreta, essa se mostrou desregulada, uma vez que o genitor permanece a maior

parte do tempo com o filho. Os participantes informaram que mantêm entre si um diálogo mínimo, voltado aos cuidados e às necessidades do filho. Evidenciaram, pelos dados obtidos, visão de práticas educativas divergentes. Conseguem manter o equilíbrio dos investimentos financeiros necessários para o filho de forma adequada entre ambos.

b) Os genitores referiram não perceber benefícios advindos da guarda compartilhada. Posteriormente o pai admitiu que sua presença mais assídua com o filho é uma reverberação de tal modalidade de guarda. Ambos os pais destacaram alguns danos da guarda compartilhada, frisando que as diferenças de colocações de regras e limites são o principal fator prejudicial ao desenvolvimento do filho.

c) O genitor apresentou bons recursos de organização familiar e quase ausência de crenças negativas. Por sua vez, a genitora sinalizou menos recursos em sua organização familiar e mais crenças negativas.

d) O pai evidenciou um estilo parental classificado como Regular, enquanto o estilo da mãe foi considerado Bom. Ambos apresentaram grandes pontuações na estratégia parental de Monitoria Negativa. A coparentalidade exercida por esses participantes ocorre de forma conflituosa, apresentando divergências nas condutas entre os genitores.

e) No que concerne às características de personalidade, o pai evidenciou adequado vínculo com a realidade e preservação do funcionamento lógico, ao qual recorre como forma de controle dos afetos, conseguindo integrar suas emoções. A mãe apresentou indícios de controle racional superficialmente adaptado, com indicadores de instabilidade e imaturidade afetiva. Ambos os pais demonstraram disposição e abertura para o contato humano de forma equilibrada.

f) No que diz respeito aos indicadores de saúde mental do filho, a díade parental apresentou percepções díspares. No ponto de vista do pai, o filho apresenta comportamentos considerados normais, com sinais de hiperatividade. Na perspectiva materna, o filho sinalizou comportamentos considerados como Anormais, dada a intensidade das manifestações de inquietação e desrespeito às regras, dificultando as interações com os outros.

## **5.6. ESTUDO DE CASO 6: GUARDA COMPARTILHADA DE ADOLESCENTE COM FAMÍLIA ESTENDIDA E PAIS RESIDINDO EM CIDADES DIFERENTES**

### **5.6.1. Dados de identificação e constituição familiar**

O caso 6 envolve um menino de 13 anos, cujos pais foram casados por 10 anos e estão divorciados há três anos. O filho convive com ambos os genitores, sendo que estes dividem as

responsabilidades sobre seus cuidados de forma equilibrada. O filho mantém contato assíduo com os avós paternos e maternos, os quais atuam enquanto apoio na realização de seus cuidados concretos.

**Tabela 47:** *Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 6.*

Membro	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filho	12	8º ano EF	Estudante	Solteiro
Mãe	42	MBA - Adm.	Bancária	Divorciada
Pai	43	PG (GE)	Empresário	Divorciado
Avó Materna	64	EF	Do lar	Casada
Avô Materno	64	EF	Vendedor	Casado
Avó Paterna	71	EM	Do lar	Casada
Avô Paterno	67	EM	Aposentado	Casado

*Legenda:* EF =Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio, PG = Pós-Graduação, Adm= Administração, GE=Gestão Empresarial.

Após o divórcio, a genitora se mudou para São Paulo, devido transferência no trabalho. Dessa forma, durante a semana, o filho passou a residir com o genitor na residência dos avós paternos. Em todos os finais de semana, a genitora retorna a Ribeirão Preto, morando na casa antiga do casal (dado que ela adquiriu a parte do ex-marido nesta casa onde o casal morou por muitos anos), onde o filho permanece com a mãe e os avós maternos. Dessa forma, a configuração familiar se reconstituiu no formato de família extensa, em que ambos os genitores mantêm contato assíduo com o adolescente, além de contarem com auxílio dos próprios pais.

Dentro da rotina estabelecida, a constituição de um dia típico do adolescente é descrita por ser levado à escola pelo pai no período matutino. No horário de almoço, o avô paterno o pega, transportando-o à residência da genitora, onde ele almoça e fica à tarde com a funcionária que sempre trabalhou com eles. Essa funcionária acompanha o adolescente à atividade extracurricular que ele precisa realizar (inglês ou futebol), indo com Uber ou táxi. Por fim, o genitor busca o filho neste local da atividade complementar, sendo que jantam e dormem juntos na residência dos avós paternos.

### 5.6.2. Entrevista semiestruturada

A Tabela 48 apresenta as informações, de forma estruturada, relativas à constituição do divórcio e da guarda compartilhada e as experiências pessoais de cada genitor frente a essa situação.

**Tabela 48:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 6 sobre guarda compartilhada (GC)*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual, MF	Consensual, apoio psicológico, MF
Instituição GC	MF: naturalmente; Advogada orientou	MF; Advogada orientou
Reação do filho ao divórcio	Tristeza (apenas inicialmente, poucos comportamentos)	Irritação; introspecção
Periodicidade contato com o filho	Pai: durante a semana; Mãe: finais de semana; Livre	Pai: durante a semana; Mãe: finais de semana; Livre
Benefícios da GC	Amadurecimento	Abertura no contato com os dois; Responsabilidade dividida, convivência paterna
Danos da GC	Distanciamento materno; relacionamento distante entre pais	Maiores encargos financeiros são dela
Participação nas atividades do filho	Constante	Constante
Regras e limites educativos	Pai	Conjunto
Relação ex-cônjuge	Formal, mãe não quer amizade	Diálogo pelo filho (obrigação)
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

*Legenda:* MF= Mediação Familiar.

Ambos os participantes trouxeram a percepção de que a constituição do divórcio ocorreu de forma consensual, relatando que eles passaram por procedimento de Mediação Familiar (MF), em instituição privada, em que foi trabalhado conjuntamente práticas colaborativas de se lidar com o conflito e a importância de tais mecanismos para a manutenção da saúde mental do filho. Como desdobramento desse procedimento, a profissional responsável pela mediação familiar lhes indicou uma advogada, a qual esclareceu o processo de guarda compartilhada, sendo que já entraram com esse acordo na petição inicial ao Tribunal de Justiça.

O genitor considerou que o filho apresentou poucos comportamentos alterados em função do divórcio, referindo apenas certo rebaixamento no humor. A mãe, por outro lado, trouxe a percepção de que o filho vivenciou maior sofrimento, apresentando comportamentos de introspecção e irritação, com expressões de certa agressividade dentro do ambiente familiar. Entretanto, para a mãe tais condutas do filho são referentes a diversas mudanças ocorridas após o divórcio, não apenas pela separação conjugal em si. Ela exemplifica que logo após o divórcio o genitor se envolveu com outra pessoa que lhe disse estar grávida, sendo que posteriormente se descobriu que esta gravidez não era dele. Assim, o adolescente precisou lidar com estes acontecimentos, aliados ao fato de a genitora mudar de cidade logo após o estabelecimento do divórcio, ocorrendo maior distanciamento físico em relação ao filho durante a semana.

Acerca da divisão temporal no contato com o filho, os dois apresentaram relatos consonantes, verbalizando que o adolescente possui liberdade de transição entre as residências, assim como ambos se mostraram abertos a readaptações conforme necessidade do outro genitor. No entanto, devido à residência fixa materna ser em outra cidade, o filho permanece com o pai durante a semana e com a mãe durante os finais de semana, com poucas exceções.

Sobre os benefícios da GC, o pai considerou que essa propiciou amadurecimento afetivo ao filho. A mãe avaliou que a responsabilidade de ambos os genitores sobre questões envolvendo o filho continuou equilibrada e que a guarda compartilhada propicia maior contato com ambos os genitores, além de maior convivência paterna. Acerca dos danos, o pai referiu que o distanciamento físico materno causa sofrimento ao filho, enquanto para a mãe o dano observado foi referente ao âmbito financeiro.

Ambos relataram participação constante em todas as atividades envolvendo o filho. A genitora considerou que os dois são responsáveis pela colocação de regras e limites conjuntamente, mas o genitor considerou ser o maior responsável nesse sentido. Pontuou que, devido ao fato de a mãe residir em outra cidade, ela permanece com a parte mais lúdica e não

participa ativamente de práticas educativas. No entanto, a percepção materna é a de que, apesar de haver a distância física, ela permanece afetivamente próxima no sentido de educar o filho, relatando exemplos de auxílios realizados em tarefas escolares por meio do recurso do Skype.

Sobre o relacionamento entre os ex-cônjuges também houve percepções díspares, uma vez que o pai considerou o contato com a mãe muito formal, trazendo o entendimento de que ela não quer a manutenção de diálogo, sendo que ele se considera disposto ao estabelecimento inclusive de amizade. A genitora avaliou que há diálogo a respeito do filho, devido às obrigações, considerando não ser necessária maior comunicação para além de questões envolvendo o filho. De modo geral, os dois participantes consideraram a guarda compartilhada como positiva para o filho.

### 5.6.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

Os modos de organização da família foram investigados com ambos os pais, chegando-se a reconhecer seus recursos e crenças negativas. Estas informações compõem a Tabela 49.

**Tabela 49:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 6.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	29 (↑)	28 (x)
Crenças Negativas	1 (↓)	0 (↓)

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os participantes apresentaram resultados acima da média em termos de recursos parentais para manter as atividades diárias do filho, com quase ausência de crenças negativas. Esses indicadores sugeriram percepção positiva de sua própria organização familiar, além de ausência de alterações na análise lógica do contexto por parte dos genitores.

### 5.6.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

As práticas educativas dos genitores foram examinadas pelo IEP. Os achados constam na Tabela 50.

**Tabela 50:** *Práticas educativas e estilo parental dos genitores do Caso 6.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
Monitoria Positiva		12	12
Comportamento Moral		9	11
Punição Inconsistente		2	2
Negligência		1	2
Disciplina Relaxada		1	5
Monitoria Negativa		4	10
Abuso Físico		0	0
Pontos		13 (90%)	4 (50%)
Estilo Parental	Classificação	Ótimo	Regular

O genitor apresentou estilo parental classificado como ótimo, focalizando suas práticas educativas em Monitoria Positiva, expresso pela abertura ao diálogo com o filho, deixando-se disponível a escuta e a auxiliá-lo nas questões que possam ser demandadas, assim como informou estabelecer regras e rotina de vida, explicitando ao filho o motivo e a importância de tais procedimentos. Além disso, pautou-se por estratégias de Comportamento Moral, dedicando-se para perpassar ao filho suas crenças relativas ao uso de substâncias ilegais, estabelecimento de amizades e questões educativas e educacionais. Sinalizou apenas alguma pontuação em Monitoria Negativa, expressa como prática educativa negativa em sua forma de rígido controle de amizades e locais que o filho frequenta.

A genitora, por sua vez, apresentou estilo parental classificado como regular. Alcançou elevadas pontuações nas práticas parentais de Monitoria Positiva, referindo escuta atenta às necessidades do filho, participação ativa em sua rotina diária, escolar e extracurricular, destacando como importante para o filho o equilíbrio entre momentos de lazer e estabelecimento de regras para convívio, sempre justificados. Referiu recorrer ao diálogo sobre o futuro do adolescente, possibilidade de trabalho e atitudes de terceiros, positivas ou negativas, comentando sobre seus comportamentos e explicando seu ponto de vista ao filho, caracterizando prática educativa baseada no Comportamento Moral. Foi possível identificar práticas negativas de Disciplina Relaxada, sinalizada pela não manutenção de castigos quando o filho pede para sair, o que pode ser justificado pelo fato da mãe residir em outra cidade e permanecer menos tempo fisicamente com o filho. Também sinalizou Monitoria Negativa, apresentando comportamentos de



superproteção, como telefonar diversas vezes para o filho quando não está em sua presença, com preocupação exacerbada sobre uso de substâncias ilegais em eventos com amigos, reduzindo a eficiência de seu estilo parental.

O exercício da coparentalidade por esses participantes se concretiza de forma conflituosa. Sinalizaram reduzida comunicação referente às atividades do filho, focalizando questões do adolescente, porém com elevado nível de conflito.

#### 5.6.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

Para qualificar os indicadores relativos à saúde mental do adolescente foram organizadas as informações de ambos os pais a partir do SDQ. Estes dados compõem a Tabela 51.

**Tabela 51:** *Indicadores de Saúde Mental do adolescente do Caso 6 pela díade parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total Dificuldades	Escores	12	15
	Classificação	Normal	Limítrofe
Escala Emocional	Escores	4	5
	Classificação	Limítrofe	Anormal
Problemas de Conduta	Escores	2	1
	Classificação	Normal	Normal
Hiperatividade	Escores	5	7
	Classificação	Normal	Anormal
Relacionamento com colegas	Escores	1	2
	Classificação	Normal	Normal
Comportamento Pró-Social	Escores	9	9
	Classificação	Normal	Normal

A partir da perspectiva do genitor, o filho apresentou comportamento classificado como Normal, sinalizando pequenas dificuldades em aspectos Emocionais. Segundo ele, às vezes o filho apresenta humor rebaixado, insegurança e medo, o que o genitor associa ao distanciamento materno.

Na avaliação da genitora, o filho também pontuou alto em sintomas emocionais, por descrevê-lo com muitas preocupações, para além das pertinentes a sua faixa etária, além de sinalizar insegurança e medo frente a novas situações. Para a mãe, o adolescente se mostra agitado, tem facilidade de perder a concentração ao realizar atividades escolares e, por vezes, apresenta comportamentos impulsivos, resultando em elevada pontuação em hiperatividade. Disso resultou uma visão geral de problemas de comportamento no filho que foi classificado como limítrofe a partir da avaliação materna.

#### 5.6.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

Os dados obtidos pelos métodos projetivos de Rorschach e do Pfister permitiram caracterizar os principais indicadores psíquicos de cada um dos genitores. Estas informações constam nas próximas tabelas, com destaque para o funcionamento lógico na Tabela 52.

**Tabela 52:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 6.*

Método	Variável	Pai	Mãe
<b>Projetivo</b>			
	G%	54 ↑	53 ↑
	Modos	31 x	25x
	apreensão	15 x	22 ↑
	Db1%	-	-
<b>Rorschach</b>			
	Determi-	31 x	47 ↑
	nantes	25 ↓↓	80 ↑
	K%	9 x	23 ↑↑
	Conteúdos e	39 x	28 ↓
	banalidade	23 x	15 ↓
		Formação Alternada	TIO
	Aspecto formal	Formação Camada	Tapete Furado
		Tapete Furado	Tapete Furado
<b>Pfister</b>			
		Ascendente, Simétrica	Descendente, Direta

Modo colocação		Simétrica	Descendente, Direta
		Descendente	Descendente, Direta
Cores	Br%	2 ↓↓	9 x
	Az%	53 ↑↑	22 x ↑
	Vd%	22 x ↑	20 x

*Legenda:* x = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média, TIO= Tapete com Incício de Ordem.

Os dados obtidos a partir do Rorschach paterno sugerem que seu modo de pensar é propenso à generalização e tendência a abertura da percepção, com abordagem adequada do concreto e adaptação à exigência exterior. Sinalizou, entretanto, certa ineficácia nos esforços de intelectualização, com relaxamento na precisão analítica. A partir do Pfister o genitor sinalizou funcionamento cognitivo aparentemente preservado, com uma forma não amadurecida de lidar com as emoções e possível busca de equilíbrio pela organização formal.

A partir do Rorschach materno houve indícios de adequado funcionamento lógico e abertura à percepção do ambiente externo, com análise mais minuciosa e meticulosa do ambiente. Apresentou sinais de atenção precisa e julgamento exato, com boa apreensão dos estímulos do exterior, no entanto, evidenciando certo distanciamento dos aspectos afetivos. Denotou também dinamismo interno, com reflexão e controle vinculados a boa capacidade imaginativa. Com o Pfister obteve-se indícios de instabilidade lógica, embora com esforço de equilíbrio emocional, adaptando-se à realidade de forma adequada.

**Tabela 53:** *Indicadores do controle de Impulsos dos genitores do Caso 6.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe
	FC: CF + C	1:1	1:6
Relação entre	K: kan + kob + kp	2:3	3:5
Determinantes	FE: EF + E	0:1	1:1
Rorschach	$\sum K: \sum C_p$	2:2 (ambigual)	3:6,5 (E. D.)
	Fórmulas	$\sum k: \sum E_p$	3:1 (I. D.)
Vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	31% (ambigual)	25% (introversivo)
	Fórmula Angústia	7,5%	9%
	Choques	-	Prancha II
	Normalidade	82 ↑↑	55 x

Pfister	Síndromes *	Estímulo	13 ↓↓	22 ↓
		Fria	79 ↑↑	55 ↑
		Incolor	6 ↓↓	16 x
		↑	Az Vd	Az Ci Ma Vi
	Cores	↓	Vm Vi La	La Am Pr
			Am Pr Br Ma	

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

O Rorschach paterno trouxe indicadores de expressão afetiva socialmente adaptada, com estilo reflexivo e bastante flexível para vivenciar as emoções acompanhando as exigências ambientais. Os dados do Pfister sugerem grande esforço para garantir o equilíbrio e aparentar normalidade, a partir de mecanismos constritivo-inibitórios, no entanto, com intenso empobrecimento emocional nas vivências.

Os dados do Rorschach materno indicam redução do controle e acentuação da vivacidade afetiva, com espontaneidade face ao mundo exterior, predominando estilo extratensivo de interação com a realidade. Sinalizou rebaixamento da integração de elementos afetivos com a realidade objetiva, podendo expressar descontrole emocional. A partir do Pfister foi possível depreender um fechamento em si, com vivência focalizada à introversão, mantendo conduta adaptada e equilíbrio emocional. Houve indicadores de esforço de controle e reduzida manifestação afetiva, com presença de ansiedade e tendências depressivas.

**Tabela 54:** *Indicadores do Relacionamento Interpessoal dos genitores do Caso 6.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo	K	2	3
Rorschach	Determinantes		
	FC	2	1
	Conteúdo		
	H, (H)	3, 1	1, 3
	Hd, (Hd)	1, 0	1, 0
	H%	15 x	39 ↑

Pfister	Cores	Vd	22 x ↑	20 x
		Ma	-	7 ↑

*Legenda: x = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.*

O pai, a partir do Rorschach, evidenciou utilização positiva das reações afetivas, demonstrando experiência próxima à empatia e interesse pelo contato humano. No mesmo sentido, com o Pfister obteve-se indicadores de aptidão na compreensão de situações de forma afetiva e racional, com características relacionadas à empatia e interesse ao contato humano.

Com os dados do Rorschach materno depreendeu-se dinamismo interno e projeção de suas próprias qualidades aos seres humanos, denotando a busca de identificação, capacidade de empatia e interesse social. Tais dados acompanham o Pfister que evidenciou adequação nos relacionamentos interpessoais e na esfera dos contatos sociais, com a possibilidade de compreensão do outro, embora com alguma resistência pelo temor de mobilização emocional nesse contato.

**Tabela 55:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 6.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe	
	F+%	25 ↓↓	80 ↑	
	F%	31 x	47 ↑	
	Determinantes			
	K	2	3	
	kan	1	3	
Rorschach	Relação entre	K: kan+ kob + kp	2:3	3:5
	Determinantes	FC: CF + C	2:1	1:6
		∑C: ∑E	2:1	6,5: 1,5
	Conteúdo	(H)	3	1
	Síndrome Incolor %	6 ↓↓	16 x	
	Azul %	53 ↑↑	22 x ↑	
	↑	Az Vd	Az Ci Ma Vi	

	Cores			
Pfister		↓	Vm Vi La Am Pr Br Ma	La Am Pr
		↑	SN SF	SF
	Síndromes			
		↓	SE SI	SE

*Legenda:*  $x$  = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média;

SN= Síndrome Normal; SI= Síndrome Incolor; SF= Síndrome Fria; SE= Síndrome Estímulo.

Os dados do Rorschach paterno indicaram reduzido controle lógico, com tendência a expressões afetivas pouco elaboradas. Os dados do Pfister denotaram falta de elementos estabilizadores para os impulsos, com forte tentativa de supressão dos sentimentos. No entanto, restaram sinais de labilidade afetiva e retraimento defensivo com inibições e dificuldade de expressar emoções de maneira adaptada, denotando dificuldade de elaboração dos conflitos, podendo comprometer o equilíbrio da personalidade.

A genitora, a partir do Rorschach, evidenciou eficiência em seus esforços de intelectualização e orientação defensiva no sentido racional. Apresentou dinamismo de base, maturidade, imaginação criadora e mecanismos de defesa adequados contra a angústia, com esforço de adaptação a partir do pensamento. Há, entretanto, grande vivacidade dos afetos, com indicativo de certa instabilidade emocional e espontaneidade no contato, com evidências de capacidade de supressão de impulsos, porém associado a risco de perda do controle. A partir do Pfister, denotou indicadores de adequação na repressão e atenuação de estímulos, assim como boa capacidade de controle e adaptação social, focalizando aspectos de contenção afetiva como estratégia adaptativa.

#### 5.6.7. Análise integrativa dos achados do Caso 6

Busca-se, nesse momento, estratégia para descrever e compreender múltiplas variáveis presentes nos envolvidos e em suas vivências ligadas ao exercício de guarda compartilhada de filhos, após divórcio conjugal. Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 6 pôde-se sistematizar as seguintes informações:

a) A guarda compartilhada é exercida de forma ativa e congruente, apesar de algumas disparidades na avaliação de cada participante referente à sua operacionalização. A despeito de a genitora

residir em outra cidade e o filho permanecer sob os cuidados do pai e dos avós paternos durante a semana, ela se mantém bastante próxima do filho e participativa em questões que o envolvem, sendo que todos os finais de semana permanece com a criança. Há divisão temporal estabelecida de forma concreta, uma vez que a genitora reside em outra cidade. Houve divergências na percepção de participação na rotina do filho, visto que o pai considerou ser o maior responsável por essas questões, enquanto a mãe apontou que a distância física não limita sua participação nas ocupações do filho, trazendo a percepção de exercício de presença ativa.

b) Sobre os benefícios advindos do estabelecimento da guarda compartilhada, o pai destacou o amadurecimento afetivo do filho, por considerar a separação do casal conjugal e as mudanças advindas desse fato como fatores estimuladores de crescimento. Para a mãe, a guarda compartilhada é positiva por propiciar contato frequente com ambos os genitores, demonstrando a importância da presença paterna no cotidiano do filho e a divisão de responsabilidades entre o casal parental. No que concerne aos danos, o pai denotou considerar que o distanciamento físico materno possui influência negativa sobre seu filho. Outra consideração realizada pelo pai foi o distanciamento relacional entre ambos os genitores, fator que ele considera negativo para o desenvolvimento do filho. A mãe considerou como dano da guarda compartilhada apenas a questão dos encargos financeiros, por considerar que ela é a maior responsável, sem divisão equitativa dos encargos.

c) O pai apresentou resultado acima da média no que concerne aos recursos parentais para organização familiar e quase ausência de crenças negativas. A mãe denotou resultados compatíveis com a média no tocante aos recursos parentais para manutenção de atividades diárias e ausência de crenças negativas permeando sua organização familiar.

d) O pai apresentou estilo parental considerado ótimo, enquanto a mãe alcançou classificação como estilo parental regular. Os dois genitores apresentaram predomínio de pontuações nas estratégias positivas para educar o filho. A coparentalidade exercida por essa díade parental ocorre de forma conflituosa, com diálogo no que se refere à criança, porém permeado de conflito.

e) Acerca das características de personalidade, o pai sinalizou preservado funcionamento cognitivo e indícios de alguma imaturidade no trato com as emoções, sinalizando flexibilidade para lidar com o afeto a partir das exigências ambientais. Evidenciou abertura ao relacionamento interpessoal, com busca de equilíbrio pessoal a partir da organização racional. A mãe demonstrou indicadores de adequado funcionamento lógico e abertura ao contato com o ambiente externo, com vivacidade afetiva e bastante abertura, empatia e interesse no contato humano.

f) No que diz respeito aos indicadores de saúde mental do filho, a díade parental apresentou percepções díspares. No ponto de vista do pai, o filho apresenta comportamentos considerados

normais, com indicativo de apenas de alguns sintomas emocionais. Na perspectiva materna, o filho apresenta comportamentos classificados como limítrofes, com foco em sintomas emocionais e hiperatividade.

## **5.7. ESTUDO DE CASO 7: GUARDA COMPARTILHADA DE ADOLESCENTE DIANTE DO CÂNCER MATERNO**

### **5.7.1. Dados de identificação e constituição familiar**

O Caso 7 se refere a uma menina de 15 anos, cujos pais se divorciaram há dois anos. Ela convive cotidianamente com ambos os genitores e com os dois irmãos mais velhos. Todavia, seus cuidados e responsabilidades são realizados prioritariamente pela genitora, a qual é responsável por mediar o relacionamento da adolescente com o pai, apesar de ambos participarem ativamente de sua rotina e atividades. Tais informações encontram-se sistematizadas na Tabela 56.

**Tabela 56:** *Caracterização sociodemográfica da constituição familiar do Caso 7.*

Identificador	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
Filha	15	1º ano EM	Estudante	Solteira
Mãe	49	ESC (Enfermagem)	Do lar	Divorciada
Pai	47	ESC (Administração)	Representante Comercial	Divorciado
Irmã	25	ESC	Educadora	Solteira
Irmão	23	ESI	Estudante	Solteiro

*Legenda:* EM = Ensino Médio, ESI= Ensino Superior Incompleto , ESC= Ensino Superior Completo.

A partir da concretização do divórcio, as mudanças familiares passaram por leve modificação em relação à residência. Em um primeiro momento, a filha optou por morar com o



genitor, por considerar que ele ficaria mais sozinho, uma vez que a genitora possuía mais dois filhos do primeiro casamento. Posteriormente, devido ao diagnóstico de câncer da genitora há um ano (em relação ao momento da entrevista), a adolescente optou por residir com ela há seis meses. Apesar disso, ambos os pais mantiveram-se presentes no cotidiano na adolescente, exercendo a parentalidade tanto de forma concreta, quanto simbólica. Dessa forma, a constituição familiar após dissociação conjugal se estabeleceu a partir da manutenção da estrutura nuclear.

O cotidiano familiar se estabeleceu de forma livre, isso é, não ficou estabelecido local e horários fixos de residência. Dessa forma, a adolescente poderia transitar entre as residências dos pais à vontade. Após o diagnóstico de câncer, a genitora iniciou tratamento intensivo e se aposentou do trabalho, possuindo maior flexibilidade de horários, o que favoreceu aproximação maior com a mãe, visto que o genitor trabalha com viagens. Assim, um dia típico na vida da adolescente se estabeleceu de forma que a mesma permanecia maior parte do tempo na residência da mãe, sendo esta a responsável por levá-la e buscá-la na escola, além dos deslocamentos necessários para as atividades do período vespertino. O genitor, então, poderia busca-la em tais atividades, permanecendo com a mesma no momento do jantar e levando-a novamente à casa da genitora.

### 5.7.2. Entrevista semiestruturada

A partir das entrevistas realizadas com os genitores foi possível recuperar informações relevantes sobre o processo de divórcio e constituição da guarda compartilhada. Estes dados foram sistematizados na tabela 57.

**Tabela 57:** *Sistematização das percepções parentais do Caso 7 sobre guarda compartilhada (GC).*

Variável	Pai	Mãe
Constituição do Divórcio	Consensual	Consensual
Instituição GC	Acordo inicial, sem conflitos.	Acordo inicial, sem conflitos.
Reação da filha ao divórcio	↓ humor, ↓ desempenho escolar	↓ humor

Periodicidade contato com o filho	Livre, ↑ mãe	Livre, ↑ mãe
Benefícios da GC	↑ autonomia da filha, ↓ imposição convivência	Participação paterna, amadurecimento da filha
Danos da GC	Não referidos	Não referidos
Participação nas atividades do filho	Constante	Constante
Regras e limites educativos	Ambos	Ambos
Relação ex-cônjuge	Muito boa	Muito boa
Apreciação da GC	Positiva	Positiva

O relato de ambos os participantes foi concordante, não se observando contradições nas percepções da forma como o divórcio foi constituído. Os genitores permaneceram casados por 20 anos e tanto o pai quanto a mãe referiram que houve consenso quanto ao divórcio, sem conflito no estabelecimento da guarda compartilhada, inclusive afirmaram que o trâmite processual foi realizado a partir de advogado único. Acerca da questão financeira, houve relatos concordantes entre ambos que desde o início o genitor optou por assumir todos os encargos da adolescente, visto que a genitora não possuía renda própria.

Ambos informaram que desde o início não houve conflito sobre a moradia da filha. Foi a genitora quem deixou a residência no momento do divórcio, acompanhada pelos filhos mais velhos, sendo que a adolescente preferiu continuar na casa com o pai, uma vez que esse ficaria sozinho, fato que foi aceito pela mãe de forma tranquila. Os genitores relataram a percepção de que a filha apresentou tristeza e inibição afetiva após a separação. O pai verbalizou, ainda, que ela teve queda no rendimento escolar, o que já foi recuperado atualmente. Ambos informaram que a filha lhes solicitou atendimento psicológico após o divórcio dos pais. No entanto, a genitora passou por diagnóstico de câncer no ano seguinte ao divórcio, ao que ambos atribuíram a manutenção de instabilidade da adolescente.

Por esse motivo externo ao divórcio, houve grandes mudanças na forma em que a rotina familiar se estabeleceu. Inicialmente a adolescente morava com o genitor, mas almoçava e passava

a tarde com a genitora. Após o diagnóstico de câncer da mãe, a adolescente passou a residir com a mesma há seis meses, permanecendo até o presente momento, tendo contato diário com o pai no final da tarde e noite, quando ele a leva para a residência materna.

De modo geral, informaram que a filha evidencia recursos internos e externos para lidar com as adversidades. Consideram que a guarda compartilhada estimulou o amadurecimento pessoal da filha, sem identificar fatores prejudiciais associados a esta modalidade de guarda. A genitora ainda considerou como benefício da GC a maior aproximação paterna no convívio diário da filha, com maior participação do pai nas atividades da adolescente. Os relatos acerca de participação na vida da filha, colocação de regras, relação entre os ex-cônjuges e apreciação da GC como positiva foram harmônicos entre os participantes.

### 5.7.3. Inventário de Organização Familiar e Crenças Negativas

As informações sobre os estilos e as crenças envolvendo a organização da família também foram sistematizados a partir da percepção de ambos os pais. Estes dados estão apresentados na Tabela 58.

**Tabela 58:** *Recursos da Organização Familiar e Crenças Negativas do Caso 7.*

Variáveis	Pai	Mãe
Recursos familiares	45 (↑)	38 (↑)
Crenças Negativas	1 (↓)	0 (↓)

Os resultados do IEP apontaram recursos familiares acima da média para manter a organização familiar, sendo praticamente ausentes as crenças negativas. Estes indicadores evidenciaram adequado enfrentamento das atividades e ocupações parentais, sinalizando lidar de forma positiva com imprevistos na rotina. Os participantes pareceram organizar suas obrigações laborais e as necessidades do âmbito familiar de forma equilibrada, referindo apoio recíproco quando há imprevistos.

### 5.7.4. Inventário de Estilos Parentais (IEP)

Em termos de práticas educativas têm-se as informações derivadas do IEP. Os achados foram organizados na Tabela 59.

**Tabela 59:** *Práticas educativas e Estilo Parental dos genitores do Caso 7.*

Tipo de Prática Educativa		Pai	Mãe
Monitoria Positiva		11	12
Comportamento Moral		10	10
Punição Inconsistente		1	0
Negligência		3	1
Disciplina Relaxada		2	0
Monitoria Negativa		6	6
Abuso Físico		0	0
Estilo Parental	Pontos Classificação	9 (75%) Bom	15 (95%) Ótimo

O genitor apresentou estilo parental classificado como bom, com práticas educativas focalizadas nos cuidados da filha a partir de métodos de Monitoria Positiva. Assim, aproxima-se da filha de forma ativa em seu cotidiano, tomando consciência e interessando-se por suas atividades e se manifesta de forma assertiva para tentar auxiliar a adolescente, quando esta demonstra alguma dificuldade. O pai também recorre a práticas baseadas no Comportamento Moral, no sentido de diálogo sobre situações que possam oferecer risco à própria adolescente ou a terceiros. Apresentou também pontuações em práticas negativas, ressaltando-se a Monitoria Negativa, pois referiu sua insistência quando a filha sinaliza alguma alteração de humor, mesmo que a adolescente não queira conversar sobre sua tristeza e fatores associados.

A genitora evidenciou estilo parental classificado como ótimo e práticas educativas positivas de modo geral. Referiu muita proximidade afetiva e diálogo aberto, respeitando os momentos da adolescente e perpassando seus valores à respeito da vida e de como se manifestar frente a situações adversas, deixando-se à disposição para prestar ajuda quando necessário. No entanto, também obteve pontuação importante na prática educativa de Monitoria Negativa, pois referiu que muitas vezes se preocupa além do necessário com a filha, realizando diversas ligações e insistindo para que a mesma converse acerca dos problemas vivenciados, mesmo contra sua vontade.

O exercício da coparentalidade nesse caso pareceu transcorrer de forma cooperativa. Ambos os genitores possuem amplo diálogo e participação conjunta nas decisões pertinentes à filha, assim como ao estabelecimento de regras, limites e educação.

#### 5.7.5. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

No tocante aos indicadores relativos à saúde mental da adolescente foi possível sistematizar as informações dos genitores a partir do SDQ. Estes achados são apresentados na Tabela 60.

**Tabela 60:** *Indicadores de Saúde Mental da adolescente do Caso 7 pela diáde parental.*

Variável SDQ		Pai	Mãe
Total de Dificuldades	Escore	5	3
	Classificação	Normal	Normal
Escala Emocional	Escore	2	2
	Classificação	Normal	Normal
Problemas de Conduta	Escore	0	0
	Classificação	Normal	Normal
Hiperatividade	Escore	1	0
	Classificação	Normal	Normal
Relacionamento com colegas	Escore	2	1
	Classificação	Normal	Normal
Comportamento Pró-Social	Escore	10	10
	Classificação	Normal	Normal

Os genitores apresentaram percepções consistentes acerca do comportamento da filha, considerando-o adequado em todas as categorias. Não houve dissidência marcante entre as avaliações dos genitores em qualquer variável, sendo que ambos apontaram ausência de dificuldades e de problemas em termos de saúde mental, referindo bons recursos pró-sociais na filha.

#### 5.7.6. Características de personalidade dos genitores pelo Rorschach e Pfister

A descrição dos principais indicadores técnicos obtidos dos métodos projetivos Rorschach e Pfister focalizou as diferentes funções psíquicas. Inicialmente a Tabela 61 aborda componentes do funcionamento lógico dos genitores.

**Tabela 61:** *Indicadores do funcionamento lógico e teste do real dos genitores do Caso 7.*

Método	Variável	Pai	Mãe		
Projetivo					
		G%	39 <i>x</i>	70 ↑↑	
	Modos apreensão	D%	39 <i>x</i>	10 ↓↓	
		Dd%	23 ↑	10 ↓	
	Rorschach	Db1%	-	10 ↑	
			F%	31 <i>x</i>	60 ↑↑
		Determinantes	F+%	75 <i>x</i>	100 ↑↑
			K%	15 ↑	-
		Conteúdos e banalidade	A%	69 ↑	50 <i>x</i> ↑
	Ban%		46 ↑	40 ↑	
Pfister	Aspecto formal	Tapete Furado	Formação Simétrica		
		Tapete Furado	Formação Camada		
		Tapete Furado	Formação Camada		
	Modo colocação	Ascendente, direta	Ascendente, Direta		
		Ascendente, inversa	Ascendente, Direta		
		Ascente, inversa	Ascendente, Direta		
	Cores	Br%	11 ↑	7 <i>x</i>	
		Az%	16 <i>x</i>	18 <i>x</i>	
		Vd%	9 ↓↓	9 ↓↓	

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média ; ↓ = abaixo da média.

Pelo Rorschach o genitor apresentou indicadores de inteligência prática, análise sistemática da realidade, contato mais formal e tentativa de controle pela minuciosidade nas observações. Com os dados obtidos no Pfister, houve indicadores de organização lógica pouco elaborada, com instabilidade funcional do pensar.

Por sua vez, a genitora sinalizou, no Rorschach, bom funcionamento cognitivo, com riqueza intelectual, tendendo a análises gerais e superficiais do mundo, porém precisas e formalmente elaboradas. Apresentou abordagem mais intelectualizada e social da situação e certo distanciamento dos aspectos afetivos. A partir do Pfister a genitora evidenciou atitude estável e madura, funcionamento cognitivo e emocional adequado ao esperado, com a busca desse equilíbrio a partir de comportamento cauteloso e prudente, com certo retraimento nos contatos.

**Tabela 62:** *Indicadores do controle de impulsos dos genitores do Caso 7.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe	
	Relação entre	FC: CF + C	1:0	0:1
	Determinantes	K: kan + kob + kp	2:4	0:1
		FE: EF + E	2:0	2:0
Rorschach		$\sum K: \sum Cp$	2:0,5 (I. D.)	0:1 (coartativo)
	Fórmulas	$\sum k: \sum Ep$	4:1 (I. D.)	1:1 (coartativo)
	Vivenciais	$\frac{VIII+IX+X}{R} * 100$	31% (ambigüal)	20% (introversivo)
		Fórmula Angústia	-	-
		Choques	-	Prancha II
	Síndromes *	Normalidade	43 ↓	49 x
		Estímulo	49 ↑	53 ↑
		Fria	34 ↓	27 ↓
Pfister		Incolor	17 x	7 ↓
		↑	La Vm Ci Br	Vm Am Ma
	Cores	↓	Vd Pr Ma	Vd Vi Pr Ci

*Legenda:* \* = em porcentagem; x = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

No Rorschach o pai sinalizou estilo introversivo de vivência afetiva, sem sinais de choque ou angústia elevada, sugerindo adequado controle dos impulsos. Apresentou sinais de afetividade fina e discreta, pronta para a adaptação, com a ressonância afetiva direcionada para o interior, com potencialidade imaginativa e criativa. No entanto, os dados do Pfister apontaram indicadores de desequilíbrio emocional e desadaptação, com sobrecarga impulsiva e reduzidos elementos estabilizadores internos.

Os dados do Rorschach da genitora foram claros em apontar restrição emocional intensa, com elevada repressão, sugerindo instabilidade na coordenação dos impulsos. Os achados com o Pfister evidenciaram manutenção de conduta adaptada, com aumento da excitabilidade e manifestação afetiva, apresentando fuga de situações estimulantes como estratégia defensiva. Apontou repressão primitiva e tendência aos padrões fixos, convenções e crenças, dificultando a elaboração de conflitos, podendo comprometer o funcionamento equilibrado da personalidade.

**Tabela 63:** *Indicadores de relacionamento interpessoal dos genitores do Caso 7.*

Método	Variáveis	Pai	Mãe
Projetivo			
	K	2	-
Rorschach	Determinantes		
	FC	1	-
	Conteúdo		
	H, (H)	1, 1	1, 0
	Hd, (Hd)	-	-
	H%	15 (x)	10 (x)
Pfister	Cores		
	Vd	9 ↓	9 ↓
	Ma	-	11 ↑↑

*Legenda:* ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média.

Os dados do Rorschach paterno sugeriram adequado relacionamento interpessoal, embora com restrição no contato afetivo. Tais evidências acompanham os dados obtidos a partir do Pfister, os quais evidenciaram menor disposição para os contatos, podendo levar a um retraimento social.



O Rorschach materno, por sua vez, evidenciou indicadores de restrição nos interesses de interação com os outros, com possível rebaixamento na adaptação social e no estabelecimento do contato afetivo. A partir do Pfister emergiram indícios de diminuição da abertura para o relacionamento interpessoal e possível retraimento social, com rigidez restritiva.

**Tabela 64:** *Indicadores dos mecanismos de defesa dos genitores do Caso 7.*

Método Projetivo	Variáveis	Pai	Mãe
	F+%	75 <i>x</i>	100 ↑↑
	F%	31 <i>x</i>	60 ↑↑
	Determinantes		
	K	2	-
	kan	4	1
Rorschach	Relação entre	K: kan+ kob + kp	2:4
	Determinantes	FC: CF + C	1:0
		∑C: ∑E	0,5:0
	Conteúdo	(H)	1
			-
	SI%	17 <i>x</i>	7 ↓
	Az%	16 <i>x</i>	18 <i>x</i>
	↑	La Vm Ci Br	Vm Am Ma
	Cores		
Pfister	↓	Vd Pr Ma	Vd Vi Pr Ci
	↑	SE	SE
	Síndromes		
	↓	SN SF	SF SI

*Legenda:* *x* = média; ↑ = acima da média; ↓ = abaixo da média;

SE = síndrome estímulo; SN = síndrome normal; SF = síndrome fria; SI = síndrome incolor.

Os dados do Rorschach sobre mecanismos de defesa indicam que o pai recorre a adequado controle racional sobre os afetos, porém com inibição e empobrecimento emocionais. Os achados do Pfister sugerem negação e repressão dos estímulos, porém acompanhados por tendência a

excitabilidade, com sobrecarga emocional. Assim, a negação e a restrição dos contatos emocionais pareceram caracterizar retraimento defensivo.

A genitora, a partir do Rorschach, indicou o uso exacerbado e rígido da racionalidade para o controle afetivo, sinalizando possível constrição da personalidade. Pareceu inibir ao máximo suas vivências internas, caracterizando movimentos de coartação emocional. Os dados do Pfister demonstraram alto nível de excitabilidade, impulsividade e força nas vivências afetivas, porém com reduzida solidez na estrutura e com baixa tolerância à frustração. Esses processos parecem dificultar a elaboração de conflitos e o equilíbrio da personalidade, embora aparentemente adaptada.

#### 5.7.7. Análise integrativa dos achados do Caso 7

Como tentativa de síntese analítica dos achados obtidos com os genitores do Caso 7 pode-se sistematizar as seguintes informações:

- a) Os participantes exercem a guarda compartilhada de maneira consistente, havendo convivência equilibrada entre os genitores e a filha, ainda que a mesma, no momento, esteja residindo fisicamente com a mãe. Os dois genitores relataram a manutenção do diálogo e concordância entre práticas educativas e no exercício da parentalidade. No que concerne à questão financeira, esta é assumida pelo pai em sua integralidade.
- b) Ambos os genitores avaliaram a guarda compartilhada como positiva para a filha, apontando que possibilitou maior aproximação afetiva e concreta entre pai-filha, além de claro estímulo à maturidade emocional na filha.
- c) Os participantes evidenciaram bons recursos de organização familiar e quase ausência de crenças negativas em sua rotina de vida.
- d) Os estilos parentais pareceram adequados, sendo que ambos apresentaram em sua maioria estratégias positivas e algumas práticas de monitoria negativa. Nesse caso, a coparentalidade ocorre de forma cooperativa, visto que os participantes mantêm diálogo frequente acerca de questões envolvendo a adolescente, possuem interações de qualidade e elaboram de forma conjunta o estabelecimento de e operacionalização das atividades cotidianas a serem realizadas.
- e) Sobre as características de personalidade, os dois apresentaram indicadores adequados no sentido do contato com a realidade externa. O genitor demonstrou contato mais formal e análise mais sistemática e minuciosa da realidade, adequação no controle dos impulsos e interesse nos relacionamentos interpessoais. A genitora apresentou indícios de riqueza intelectual e afetiva, intensa repressão e reduzido interesse em relacionamentos interpessoais.

f) A partir da perspectiva da díade parental, a adolescente não apresentou dificuldades em termos de dificuldades comportamentais ao longo da vida.

## **6. DISCUSSÃO**

A literatura científica nacional apresenta poucos estudos referentes à temática do exercício da guarda compartilhada após dissolução conjugal (Zanini & Pasian, 2018). Nesse sentido, um ponto relevante a ser inicialmente considerado é a dificuldade de acesso aos possíveis participantes do estudo. A pesquisadora é psicóloga do sistema judiciário na comarca em que foi realizada a pesquisa e, ainda assim, enfrentou resistência no acesso e aceite dos juízes das Varas de Família e Sucessões. Das três Varas da Família dessa cidade, apenas uma forneceu autorização para a realização do estudo, com a ressalva de que a pesquisadora poderia acessar os autos após a expressa permissão verbal das partes constituintes do processo, em função do segredo de justiça. Além disso, após o contato com os possíveis voluntários identificados pelo Cartório da respectiva Vara formalmente autorizado para realizar as indicações, a grande maioria dos possíveis casos demonstrou resistência frente à participação, assim como indícios de desconfiança acerca da forma com a qual a pesquisadora pôde acessá-los, o que exigiu os devidos e pertinentes esclarecimentos formais. Esses comentários iniciais confirmam a complexidade da temática envolvida, mobilizadora de tensões e momentos conflituosos na história dos envolvidos, dificultando o próprio processo de coleta de informações a respeito das vivências existentes no exercício da guarda compartilhada de filhos.

Neste momento inicial de reflexão sobre a temática do estudo e sua execução, cabe destacar o contraste entre a dificuldade de acesso a partes processuais em Varas de Família e aos eventuais casos procurados pela pesquisadora (com claros sinais de resistência ao tema da guarda de filhos) e a percepção claramente positiva sobre a guarda compartilhada referida pelos participantes efetivamente avaliados. Associado a isso há que comentar que os instrumentos de autorrelato apontaram resultados também bastante positivos, com adequados estilos parentais, bons recursos na organização de rotina familiar e reduzidas crenças negativas, marcando participantes próximos ao socialmente desejável. Estas características podem sinalizar viés na adesão dos casos desta pesquisa, aceitando dela participar aqueles genitores que se sentiram seguros e com boas experiências para relatar sobre a guarda compartilhada, contrastando com a elevada quantidade de recusas ao estudo e frequentes conflitos entre genitores observados na prática profissional cotidiana da pesquisadora junto ao fórum.

Deste modo, há que se hipotetizar a presença de marcada desejabilidade social nas respostas dos voluntários que aderiram a esta pesquisa, como comentaram Costa e Hauck Filho (2017) em seu estudo. De acordo com estes pesquisadores, as respostas socialmente desejáveis

constituem um fenômeno complexo e que podem emergir por diversos motivos. Isso pode ocorrer mesmo em investigação realizada por multimétodos e com adequados controles metodológicos como na presente pesquisa, envolvendo a contraposição de percepções independentes de ambos os genitores a respeito da guarda compartilhada de seu(ua) filho(a). Talvez as pessoas que não aceitaram participar da pesquisa (índice próximo a 90% dos casos contatados) tenha vivenciado mobilização afetiva frente à temática em estudo (exercício da guarda compartilhada), não apresentando o desejo de refletir sobre ou compartilhar suas experiências neste campo.

Anastasi e Urbina (2000) conceituaram a resposta socialmente desejável como uma forma de enviesamento nos comportamentos emitidos em processos de avaliação psicológica. Caracteriza uma tendência para que avaliandos atribuam a si mesmos atitudes ou comportamentos com valores socialmente desejáveis, preterindo comportamentos e atitudes socialmente indesejáveis, sobretudo quando os temas investigados envolvem valores sociais. Assim, os participantes deste estudo podem ter respondido aos instrumentos com base em seu autoconceito ideal, e não com base em real autoavaliação, o que pode estar associado aos escores bastante positivos nas técnicas de exame psicológico pautadas em autorrelato.

Estas observações da pesquisadora, contrapondo o perfil de investigadora e de psicóloga judiciária, merecem lugar neste início de discussão dos achados, numa tentativa de contribuir com o conhecimento sobre a temática da guarda de filhos. Nota-se relevância social e clínica desta área frente ao crescente aumento de casos e de demanda por estudos psicossociais por parte dos juízes que buscam embasar suas decisões a partir de evidências empíricas. Deste modo, ainda que os achados dos participantes possam eventualmente conter esforços de autorrelatos positivos sobre si, sua família e a guarda compartilhada, tratam-se de evidências empíricas cautelosa e cuidadosamente colhidas e examinadas à luz de diferentes instrumentais e métodos avaliativos, oferecendo, portanto, a devida sustentação para o trabalho. Constitui-se como uma das poucas pesquisas desenvolvidas no contexto sociocultural do Brasil a respeito da temática da guarda compartilhada (Zanini & Pasian, 2018).

Feitas estas preliminares considerações éticas e metodológicas, passemos a refletir sobre a estrutura familiar evidenciada nos casos após o divórcio. Em três deles (Casos 3, 4 e 5) se reestabeleceram enquanto famílias reconstituídas, com a participação de novos companheiros no cotidiano familiar, os quais participam de forma ativa nas atividades envolvendo os filhos e atuando enquanto apoio social dos genitores. Em tais configurações, os casos 3 e 5, o filho possui a residência física paterna, enquanto no caso 4 há a residência partilhada. Outros três casos (Casos 1, 2 e 6) apresentaram a composição familiar estendida, com a participação dos avós – paternos e maternos – com papéis importantes na manutenção da rotina familiar e cuidados dos filhos. Dentre

estes últimos, nos casos 1 e 2, o filho possui residência física materna e, no caso 6, residência física paterna. Apenas em um dos casos avaliados nesta pesquisa (Caso 7) houve a manutenção da constituição familiar enquanto nuclear, perpetuando a realização dos cuidados dos filhos com foco em ambos os genitores enquanto responsáveis pela assistência da filha em seu cotidiano e suas ocupações. Nesse caso, há a residência parental compartilhada. Estas reconstituições familiares acompanham os achados relativos à diversidade de constituições de família encontradas na literatura científica da área. Nesse sentido, na pós-modernidade, há uma diversidade de configurações familiares, incluindo as chamadas famílias-mosaico, que se recompõem com diversas figuras familiares e que passam a fazer parte de sua composição, elevando a complexidade das interações (Castro, 2013; Roudinesco, 2003; Shine, 2007).

Sobre a participação nas atividades dos filhos e colocação de regras e limites educativos, entre os casos em que há a residência física compartilhada (caso 4 e 7), houve a participação ativa de ambos os genitores em questões e atividades envolvendo os filhos, o que pareceu favorecer ação conjunta e coesa. Dentre os casos em que há a residência física materna, no caso 1, também há o compartilhamento das decisões referentes ao filho, participação em suas ocupações e estabelecimento de regras de forma integrada. No caso 2, contudo, apesar de haver a participação de ambos os genitores nas atividades envolvendo o filho, no tocante ao estabelecimento de regras de convívio, cada participante se considerou como o responsável pela educação do filho, apontando que o outro não educa de forma assertiva. Nos casos em que há a residência física paterna, também houve diferença em tais práticas. Assim, no caso 5 a genitora participa menos das atividades envolvendo o filho e o estabelecimento de regras e limites fica a encargo da família paterna, porém a genitora informou ser a responsável pela colocação das regras em seu ambiente familiar. No caso 6 houve dissonância nos relatos acerca da participação nos cuidados do adolescente, sendo que a genitora considerou realizá-los com maior assiduidade que o genitor, apesar de o filho residir com o mesmo. Quanto à colocação de regras, a mãe considerou realizá-las de forma conjunta com o pai, porém, o genitor considerou ser ele o maior responsável por tais cuidados. No caso 6, a genitora não participa de questões envolvendo o filho, tampouco da formalização de limites, com exceção de quando o mesmo se encontra em sua residência, quando procura manter o mesmo funcionamento existente na casa do genitor.

Esses relatos tendem a acompanhar evidências apontadas na literatura científica da área (Bastaitis & Mortelmans, 2016). Indicam que a estrutura familiar e a parentalidade estão relacionadas, sendo que crianças residindo apenas com a mãe evidenciaram menor controle parental, enquanto crianças com residência física partilhada sinalizaram maior nível de controle parental. Nos atuais achados, os filhos que residiam apenas com o pai apresentaram menor

controle maternal e aqueles residindo apenas com a genitora evidenciaram maior participação paterna no cotidiano. Grande relevância é dada aos resultados referentes a relacionamento entre pai e filhos na residência física compartilhada, seja em termos de satisfação, como de maior envolvimento do genitor, o qual é atribuído à formalização da guarda compartilhada, possibilitando ampla convivência com o filho (Ferrera et al., 2018).

De todos os casos aqui avaliados, apenas o caso 2 apresentou dificuldade na comunicação parental ao que concerne o filho. O divórcio se constituiu de forma litigiosa e houve diversas divergências nos relatos a respeito da constituição do mesmo. Apesar do relacionamento ainda se mostrar conflituoso entre a díade parental, ambos consideraram a guarda compartilhada positiva ao filho. Estudos da área sinalizam que a parentalidade compartilhada é viável mesmo para os filhos de pais com alto nível de conflito, por ser considerada como mais eficaz contra a alienação parental, o abandono afetivo e o preconceito de gênero. Apesar de possíveis conflitos com os ex-companheiros, a guarda compartilhada encontra-se no melhor interesse das crianças, pois os envolvidos tendem a fortalecer desejos e esforços de fazê-la funcionar (Fransson et al, 2016; Nielsen, 2015; Nielsen, 2017; Noronha & Valetin, 2014). A literatura científica (Silva & Gonçalves, 2016) apresenta dados de que a preservação desenvolvimental dos filhos é dependente da qualidade do contato entre os pais, relacionamento pacífico e compartilhamento de regras, considerados fatores protetivos. Neste caso, apesar de tais características não estarem presentes no relacionamento da díade parental, ambos os pais trouxeram comportamentos positivos e baixa incidência de problemas de conduta relativos ao filho.

Nos outros seis casos examinados, apesar de alguns pontos de conflito terem se perpetuado, trouxeram a comunicação e relacionamento relativamente estável entre ex-cônjuges, ainda que mínimo, em alguns casos, focalizando apenas questões relativas aos filhos. Esses achados estão em concordância com a literatura científica, a qual sugere que a interação parental com maior cooperação geralmente rebaixa conflitos interparentais e favorece sucesso no exercício da coparentalidade (Ferraro, Petern & Pasley, 2019; Finzi-Dottan & Cohen, 2012). Cabe ressaltar que houve uma peculiaridade no Caso 7, em que a genitora havia acabado de se curar de um câncer de mama e que os participantes trouxeram essa forte experiência como variável prenhe para uma reaproximação familiar.

O caso 7 foi o único em que os genitores apresentaram estilos parentais plenamente congruentes, qualificados de forma idêntica a partir do IEP, tendo sido considerados como ótimos. Nesse caso, segundo Maccoby, Depner e Mnookin (1990), os participantes do caso 7 exerceriam a coparentalidade cooperativa, uma vez que traçam planos parentais conjuntos, negociam e aplicam visões semelhantes quanto à regulação emocional e comportamental da filha. Tais dados

acompanham a literatura científica que aponta que pais que possuem estilos parentais congruentes e colocação de regras e limites de forma negociativa priorizam o desenvolvimento e manutenção da saúde mental dos filhos. Na medida em que partilham tarefas associadas à prestação de cuidados, aplicando as mesmas regras, normas, reforços e valores na educação, sinalizam a coparentalidade positiva, o que contribui para a preservação desenvolvimental dos filhos (Bastais & Mortalmans, 2016; Lamela et al., 2010 a; Lamela et al., 2010 b). Nesse caso 7, em específico, na avaliação de ambos os genitores a filha não sinalizou quaisquer dificuldades comportamentais, segundo relatos individuais no SDQ, fortalecendo a hipótese de preservação da saúde mental da prole diante da coesão parental. Ambos apresentaram estilos parentais marcados com autoridade positiva e de forma congruente, o que também vai de acordo com Kuppens e Celeumans (2018) em que trouxeram resultados em que essa forma de autoridade propicia baixa incidência de problemas de conduta e elevação dos comportamentos pró sociais.

Os demais casos avaliados apresentaram estilos parentais com alguma dissonância interna, pois apesar de todos apresentarem foco em práticas positivas, houve diferenças na utilização de práticas educacionais negativas. Dentre os casos que apresentaram práticas educativas diferenciadas, os casos 1, 2, 4 e 5 não referiram dificuldades no comportamento de seus filhos, conforme escore total no SDQ e em suas subescalas de problemas de comportamento. Nesse sentido, apesar dos estilos parentais não congruentes, os filhos mantiveram o desenvolvimento e a saúde mental preservados, segundo os genitores. Tais achados estão parcialmente em acordo com a literatura científica, que pressupõe a necessidade de consistência nas práticas educativas parentais. Entretanto, as inconsistências foram referentes às práticas de autoridade negativa, sendo que as positivas foram consistentes, de modo geral, o que é apontado pela literatura como fator protetivo para a preservação comportamental adequada nos filhos, segundo Kuppens e Celeumans (2018).

Apesar da grande relevância à comunicação e existência de estilos parentais consistentes e coesos para a preservação da saúde mental infantil, estudos indicam que a importância da convivência dos filhos e a manutenção de relação preservada com ambos os genitores atuam para minimizar sofrimento emocional e priorizar o desenvolvimento. Assim, o efetivo exercício da coparentalidade funcionaria como variável de grande importância dentro do sistema familiar que transitou por uma separação conjugal para a predição de saúde mental infantil (Hack & Ramires, 2010; Lamela & Figueiredo, 2016). Segundo a definição de Maccoby, Depner e Mnookin (1990), os casos 4 e 5, apesar de apresentarem estilos parentais dissonantes, evidenciaram a coparentalidade cooperativa, visto que esses participantes apresentaram baixo nível de conflito, diálogo estabelecido no que concerne ao filho e planos parentais coesos. Por sua vez, o caso 2



apresentou a coparentalidade descomprometida, uma vez que essa díade parental possui conflito inter-relacional, pouca comunicação, sendo que ambos exercem a parentalidade de forma ativa, porém sem plano conjunto.

Nos casos 3 e 6 houve diferenças tanto nos estilos parentais dos genitores, quanto na avaliação de cada um frente à saúde mental dos filhos. No caso 3 enquanto o genitor apresentou estilo parental ótimo e considerou o comportamento do filho como saudável, a genitora apresentou estilo parental regular (com elevação nas práticas de Monitoria Negativa) e considerou o comportamento do filho como limítrofe, com sinais clínicos em termos de sintomas emocionais e hiperatividade. No caso 6 o genitor apresentou estilo parental regular (com elevação das práticas de Monitoria Negativa), mas considerou adequado o comportamento do filho, enquanto a genitora apresentou estilo parental bom, porém avaliou como problemático o comportamento do filho em todas as subescalas do SDQ. Em ambos os casos, os filhos possuem a residência física paterna. Esse tipo de contexto foi analisado no estudo de Bastaits e Mortalmans (2016), onde identificaram que, apesar de maior apoio paterno, tal configuração contribui para o rebaixamento do apoio materno no cotidiano dos filhos, o que pode contribuir para problemas comportamentais. Ainda, acerca da coparentalidade, segundo Maccoby, Depner e Mnookin (1990), o exercício parental nos casos 3 e 6 permite considerá-la como conflituosa, pois nesses casos há certo nível de conflito, porém com manutenção de diálogo e partilhamento de prestação de cuidados aos filhos.

De modo geral, no que concerne ao contato parental com os filhos, todos os casos avaliados apresentaram a parentalidade compartilhada, ainda que em diferentes níveis e classificações funcionais. Em todos houve relato de efetiva participação de ambos os genitores na vida dos filhos, o que contribui para a proteção desenvolvimental geral e para a saúde mental das crianças e adolescentes (Havermans, Vanassche & Matthijs, 2017; Silva & Gonçalves, 2016). Isto pode ser confirmado nos atuais achados empíricos, onde os indicadores do SDQ, de forma geral, foram bastante positivos para os filhos, evidenciando preservação de seu comportamento e desenvolvimento geral, mesmo em fases diferentes da vida.

O exercício da coparentalidade favorecedor da preservação da saúde mental dos filhos exige diversas perspectivas analíticas. São considerados fatores contribuintes a sua realização saudável: indicadores relacionados ao funcionamento psíquico de cada um dos pais, capacidade de negociação, forma com que estes se envolvem na rotina, nas ocupações dos filhos e em atividades de lazer. Estes fatores variam de acordo com a disponibilidade e a realidade pessoal (Brito, Cardoso & Oliveira, 2010; Kotulski, Christofari, Bloss, Arpini & Paraboni, 2017; Levy, 2010; Schnneebeli & Menandro, 2014). Nesse sentido, para além do relacionamento estabelecido entre os genitores, as características de funcionamento psíquico podem contribuir para o exercício

da coparentalidade e para a manutenção do desenvolvimento saudável dos filhos, uma das grandes justificativas do atual estudo, de natureza descritivo-interpretativa e exploratória a partir de estudos de caso.

Assim, sob a perspectiva de funcionamento psíquico dos genitores, estudos recentes no contexto internacional demonstraram que as relações parentais e características de funcionamento psicológico dos genitores possuem grande associação com a autoestima infantil e desempenho escolar, sobretudo quando há participação paterna em casos de guarda compartilhada. Da mesma forma, a coparentalidade foi identificada como fator protetivo para o bem-estar infantil no período pós-divórcio (Bastaitis & Motelmans, 2016; Havermans, Vanassche & Matthys, 2017; Lansfor, 2009). Nesta mesma direção caminharam os achados desta pesquisa.

Assim, no que concerne aos achados sobre as características de personalidade dos participantes, de modo resumido, encontrou-se que no caso 1, o pai apresentou abertura ao contato interpessoal e funcionamento mais intelectualizado, enquanto a mãe se mostrou com maior dinamismo afetivo e indicativo de recursos adaptativos; no caso 2, o pai apresentou rebaixado interesse no contato externo e funcionamento afetivo rígido e a mãe demonstrou interesse nos relacionamentos interpessoais e certa instabilidade emocional; no caso 3, o pai apresentou recursos adequados no vínculo com o mundo externo, manifestações afetivas preservadas e disposição ao contato humano, enquanto a mãe trouxe indícios de controle emocional através do rigor lógico e menor disposição interna ao contato com o outro; no caso 4, o pai apresentou enrijecimento afetivo e redução no interesse no relacionamento interpessoal e a mãe apresentou características de ser pautada pelos afetos e espontaneidade nas trocas sociais; no caso 5, o pai apresentou indicativos de vínculo adequado com a realidade e funcionamento lógico e a mãe apresentou controle emocional pelo rigor lógico, e certa imaturidade e instabilidade afetiva, sendo que ambos apresentaram interesse pelo contato interpessoal; o caso 6, o pai apresentou preservação no funcionamento cognitivo, porém indicadores de imaturidade nos tratos com as emoções, enquanto a mãe demonstrou funcionamento lógico, preservado vivacidade afetiva, empática e interesse no contato humano; e por fim, no caso 7, o pai demonstrou contato positivo com a realidade, porém com um tratamento mais formal, interesse no contato humano e adequado controle dos impulsos, já a mãe demonstrou riqueza intelectual e afetiva, contato positivo com a realidade e rebaixado interesse no relacionamento interpessoal. A partir do ponto de vista dos genitores, a maior parte seus filhos apresentaram adequados indicadores de saúde mental e bom desempenho escolar, com exceção dos casos 5 (em que o pai considerou o comportamento do filho como Normal e a mãe como Anormal) e 7 (em que o pai o considerou como Normal e a mãe Limítrofe). Em todos os casos avaliados, a participação paterna no cotidiano e questões

relacionadas ao(s) filho(s) foi positivamente valorizada pela díade parental, atuando como fator favorável ao adequado desenvolvimento da prole. Tais características parentais somadas à participação ativa paterna e ao exercício da coparentalidade podem estar atuando como fatores protetivos ao desenvolvimento dos filhos, como explicitado pela literatura descrita anteriormente.

Porém, importante ressaltar que não há estudos na literatura nacional acerca de características de personalidade e parentalidade. Silva e Vieira (2018), em sua pesquisa de revisão integrativa da literatura, encontraram apenas artigos internacionais nesse sentido, em que não há diferenciação entre os aspectos relativos especificamente ao pai e a mãe. As autoras concluem que as diversas características de funcionamento psíquicos de pais e mães podem ressoar em diferentes comportamentos em relação à parentalidade e frisam sobre a importância da realização de pesquisas futuras com a investigação de aspectos relacionados apenas ao pai e à mãe.

Nesse ponto de vista, estudos realizados no âmbito nacional destacam a importância do(a) filho(a) conviver com ambos os genitores, visto que cada figura parental possui características intrínsecas que podem contribuir em algum aspecto para o desenvolvimento infantil (Brito et al., 2010; Grzybowski & Wagner, 2010 a; Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012). Levando tais aspectos em consideração, pode-se considerar que os (as) filhos (as) dos casos aqui avaliados podem estar se beneficiando de aspectos positivos de cada genitor, uma vez que mantém convivências ativas com ambos, apesar do rompimento conjugal. Sob a perspectiva parental, com exceção dos casos 5 e 6, descritos anteriormente, em que houve divergência a respeito dos indicadores de saúde mental do filho, os casos remanescentes demonstraram coadunação acerca do processo desenvolvimental do filho, considerando-o compatível ao esperado para a fase, sendo classificado como normal.

Todos os participantes, apesar de relatarem pontos de conflito e certas dificuldades na operacionalização da guarda compartilhada, a classificaram como positiva enquanto estrutura de família após o divórcio. Este relato quase unânime dos avaliados acompanha evidências presentes na literatura científica nacional e internacional da área, sugerindo como enriquecedora a experiência de diferentes membros familiares (Grzybowski & Wagner, 2010; Resmini & Frizzo, 2018). Esses estudos demonstraram a relação dos diferentes membros da família com a guarda compartilhada, destacando a importância da flexibilidade dos horários, do maior envolvimento paterno e da convivência com os filhos, assim como maior satisfação materna em relação à modalidade de guarda. Esta tendência ocorreu nos achados no presente estudo, visto que a maior parte dos avaliados referiu que a maleabilidade na convivência entre genitores e filhos, além do maior envolvimento paterno, configuram alguns dos ganhos da guarda compartilhada. Houve relato de maior satisfação materna com este tipo modalidade de guarda compartilhada, trazendo

a experiência de maior tempo para a realização das próprias atividades e maior divisão dos compromissos relativos aos filhos.

Além disso, alguns participantes apresentaram outros relatos de componentes favoráveis da guarda compartilhada: maior autonomia dos filhos, convívio mútuo, maior liberdade de escolha e divisão de responsabilidades relativas ao filho(a). Essas qualidades foram referidas mesmo em genitores com relacionamento conflituoso e permeados por dificuldades de comunicação. Tais relatos trazidos pelos participantes se fazem consistentes com os achados da literatura científica sobre o tema (Sena & Penso, 2019; Silva & Gonçalves, 2016). Tais estudos apresentam como pontos positivos da guarda compartilhada: reequilíbrio dos papéis parentais, convívio mútuo, qualidade relacional entre as partes e esforço para consistência nas práticas parentais em relação aos filhos, o que contribui para o exercício da coparentalidade. Alguns participantes deste atual estudo apontaram que a guarda compartilhada pode propiciar maior autonomia e liberdade de escolha dos filhos. Sodermas e Matthjis (2014) destacaram que adolescentes com residência física partilhada apresentaram maior conscientização e amadurecimento no sentido de organização e planejamento.

Sobre aspectos negativos referentes a essa modalidade de guarda, alguns participantes referiram não haver danos, enquanto outros relataram a dificuldade nas diferenças de práticas educativas, deslocamento residencial, certo distanciamento materno, conflito interparental e diferença de tratamento no sentido emocional. Esses achados estão parcialmente de acordo com a literatura científica da área, visto que essa traz aspectos referentes a maior necessidade de organização da rotina tanto dos pais quanto dos filhos, insegurança frente a inconstância na rotina e o conflito entre os genitores (Alves et al, 2015; Gadoni-Costa et al, 2015; Soddermans e Matthjis, 2014). Porém, da mesma forma que nestes estudos, apesar dessas dificuldades encontradas no cotidiano, os participantes consideraram a guarda compartilhada como positiva.

Os trabalhos científicos ainda são poucos e retratam particularidades de contextos socioculturais, sendo arriscado abstrair noções gerais ou generalizar diretrizes técnicas para a prática profissional do psicólogo judiciário neste campo das modalidades de guarda de filhos. Apesar dessas dificuldades, em síntese o atual estudo conseguiu trazer à tona evidências empíricas sistematicamente colhidas por meio de multimétodos que apontaram a percepção da guarda compartilhada como positiva para os envolvidos, apesar de percalços em sua operacionalização, reconhecendo bons recursos pró-sociais no comportamento dos filhos. Os achados confirmaram evidências da literatura científica da área que, apesar de reduzida, sugere benefícios da guarda compartilhada após dissolução marital. No entanto, ressalta-se a possibilidade de respostas permeadas por efeitos da desajustabilidade social, visto que houve dificuldade de acesso a

voluntários para o estudo, sinalizando complexidade técnica e ética neste campo da guarda compartilhada, exigindo contínua investigação científica antes da preconização de padrões para exercício da coparentalidade em famílias após separação conjugal, cuidado essencial para embasar atuação profissional na área das perícias psicossociais em Vara de Família.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos objetivos inicialmente propostos para o presente trabalho, os resultados encontrados podem ser considerados relevantes para auxiliar psicólogos da área forense na realização das perícias em Varas de Família, contribuindo para reflexão destes profissionais no contato com os periciandos acerca dos benefícios da coparentalidade cooperativa e o exercício harmônico da guarda compartilhada, favorecendo relacionamento interparesntal e com os filhos. O presente trabalho também pode contribuir para os métodos de investigação psicológica frente a esse tema, evidenciando a riqueza das informações sistematicamente colecionadas a partir de instrumentos de autorrelato e métodos projetivos, permitindo conhecimento e compreensão dos indivíduos de forma mais profunda e em questões que podem, inclusive, não estar no plano consciente. A junção deste tipo de indicadores técnicos fortalece as evidências do psicólogo e minimiza riscos de manipulação de informações, frequentes no ambiente judiciário.

No que concerne a limites associados a esta investigação, vale considerar a dificuldade de acesso aos participantes, pelos vários motivos arrolados, envolvendo desde questões técnicas e éticas, como “segredo de justiça”, até resistência à exposição pessoal e familiar, com muitas negativas à participação no estudo, o que pode ser considerado pela mobilização emocional associada à questão da guarda de filhos.

Apesar da resistência inicial, os resultados encontrados foram bastante positivos, o que nos leva a refletir, em contraponto com a baixa adesão à participação, sobre a influência da desejabilidade social nos achados. É preciso ponderar que os genitores participantes do estudo relataram experiências positivas acerca do tema, responderam aos instrumentos de autorrelato enfatizando benefícios da guarda compartilhada e esforços para sua adequada efetivação na vida cotidiana. Independentemente deste possível viés sobre as respostas, variável que procuramos controlar pelos cuidados metodológicos e diversidade de medidas tomadas, os achados são soberanos, pois representam os relatos e as vivências de genitores em exercício da guarda compartilhada há mais de um ano, ou seja, vivendo a realidade judicialmente definida para sua vida após separação conjugal.

Trata-se, portanto, de temática de difícil operacionalização investigativa, por sua própria natureza, mas que foi enfrentada neste trabalho com múltiplos controles metodológicos, resultando em informações relevantes para o campo no contexto contemporâneo do Brasil. Certamente há ainda muito a caminhar para o avanço do conhecimento nesta área. Entende-se que seria importante a realização de outros estudos científicos para avançar na coleta de informações

que favoreçam a compreensão da complexa temática, envolvendo outros locais e realidades socioculturais do país, dada sua dimensão continental e com tantas diversidades comportamentais. Cabe destacar que seriam muito promissores estudos futuros com delineamento longitudinal, acompanhando as famílias desde a entrada no sistema de justiça até sua estabilização no pós-divórcio e definição de guarda dos filhos. Também seria enriquecedor incluir a investigação da perspectiva dos filhos sobre a operacionalização da guarda compartilhada, linha de pesquisa pouco identificada na literatura científica disponível no momento, embora certamente relevante para o tema em foco.

